

1-INTRODUÇÃO

Este texto tem o objetivo de apresentar um estudo investigativo realizado, durante o Mestrado em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, em que procurei interpretar a educação pré-escolar no município, através das políticas educacionais que possibilitaram a abertura e expansão das Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEIs-, no início da década de 1980 até ano de 1996. Essas instituições infantis foram consideradas, por este estudo, como um marco na política educacional municipal voltada para o setor.

Anteriormente à década de 1980, o município contava com poucas instituições públicas que tinham a finalidade de prestar atendimento pré-escolar, dentre as quais destaco o Jardim de Infância Mariano Procópio, pertencente à rede pública estadual, que iniciou suas atividades em 1926. Além dessa instituição, a cidade contava com programas assistenciais como Mobral, com os Núcleos de Desenvolvimento Infantil (NDI), Creche Casulo da Legião Brasileira de Assistência (LBA), Associação das Damas Protetoras da Infância (ADPI), Programa de Atendimento e Promoção ao Pré-Escolar (PAPPE), instituições caritativas, filantrópicas e conveniadas, dentre outras.

Como essa forma de atendimento pouco contribuía para melhorar as condições de vida das crianças pobres, praticamente, não era capaz de provocar alterações nos altos índices de repetência e evasão nas primeiras séries do antigo 1º grau, hoje Ensino Fundamental.

Assim, com a finalidade de facilitar a leitura, proporcionando melhor apreensão do conteúdo, estruturei esta dissertação em itens que foram subdivididos em tópicos. Os itens iniciais tratam dos estudos que auxiliaram a compreensão do tema e a temática. Para isso, procedi a algumas incursões históricas que contribuiriam para que eu pudesse melhor entender os acontecimentos presentes.

Nos itens finais, dediquei-me ao estudo das políticas públicas educacionais que levaram à ampliação da educação pré-escolar em Juiz de Fora do período de 1980 a 1996. Esse marco temporal foi delimitado, pois na década de 1980 ocorreu a abertura das EMEIs, um impulso para o processo de expansão desse segmento educacional no município. A data limite, 1996, foi escolhida, pelo fato de a educação infantil ter passado a ser considerada como primeira etapa da Educação Básica pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº.9.394/96) e a ser responsabilidade dos municípios. A seguir passo a descrever, resumidamente, o conteúdo de cada item.

O item desta dissertação que se segue à introdução foi se estruturando da seguinte forma: inicialmente, procedi à apresentação dos caminhos que percorri para elaborar a

questão. A seguir, escrevi o objetivo geral no qual centralizei a realização de um trabalho sobre as Escolas Municipais de Educação Infantil em Juiz de Fora, enfatizando as políticas públicas no período demarcado para o estudo. Prosseguindo, descrevi a metodologia, que se consubstanciou em uma pesquisa qualitativa com abordagem historiográfica.

Foram ouvidos, através de entrevistas semi-estruturadas: o Prefeito Antonio de Mello Reis (gestão 1977/1982); os Secretários de Educação Maria Luiza de Oliveira Moraes (1977/1972) e Murílio de Avelar Hingel (1967-1973); e três técnicos responsáveis pela educação infantil, lotados na Secretaria de Educação que preferiram manter sua identificação em sigilo. Com o depoimento desses entrevistados percebi quando o município começou a se preocupar, de forma efetiva, criando as EMEIs, além de entender como se dera o processo de expansão da educação pré-escolar em Juiz de Fora de 1980 a 1996.

A leitura e interpretação de documentos foram imprescindíveis nesta dissertação. Os documentos analisados foram: Leis Federais, Estaduais e Municipais, Decretos, Atos de Governo, Pareceres, Regimento Interno da Secretaria de Educação, Projetos Políticos, Projetos Políticos Pedagógicos das EMEIS, Relatórios, Planos de Educação, Publicações Oficiais, Projetos, Convênios, entre outros. Foram lidas, também, notícias dos jornais Diário Mercantil e Tribuna da Tarde, do período de 1975 a 1996, para observar a repercussão dada pela imprensa local sobre a educação infantil.

No item seguinte, procurando historiar sobre a educação infantil, várias vezes precisei ultrapassar as fronteiras do país, uma vez que diversos movimentos e instituições transnacionais influenciaram na constituição do atendimento à criança pequena no Brasil, resguardando-se as especificidades do contexto econômico, político e social brasileiro.

Considereei que, para entender o pré-escolar, uma das etapas da educação infantil, seria preciso compreender como o atendimento à infância foi sendo implementado no Brasil. Para isso, enfatizei a creche, o jardim-de-infância e as instituições voltadas para crianças abandonadas. Procurei observar como essas instituições foram sendo implantadas no país buscando, também, identificar quem eram os responsáveis por prover tais instituições no final do século XIX e início do século XX, datas em que o aparecimento desses locais se intensificou em nossa sociedade.

Desde já, adianto que o atendimento assistencial foi o que prevaleceu no território brasileiro. Seus objetivos centravam-se no cuidado, higiene e alimentação. Isso devido ao contexto histórico, econômico, político e social do País. Ainda que instituições de cunho pedagógico tenham surgido paralelas às instituições assistenciais, em sua maioria, voltavam-se para crianças pertencentes a uma elite minoritária.

No escopo deste trabalho, busquei, ainda, compreender como, no decorrer dos anos, essa situação foi se modificando e a educação pré-escolar foi sendo incorporada nas legislações brasileiras. Identifiquei, também, como o Estado passou a ser o responsável por provê-la e como esse segmento passou a ser considerado direito da criança pequena, pela Constituição de 1988 e primeira etapa da Educação Básica em 1996, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9394/96).

Procedi também à apresentação a maneira como a concepção de infância, que preconiza que as crianças deveriam ser educadas em instituições próprias, separados dos adultos, foi sendo concebida, com a intenção de se formar um sujeito desejado para o perfil de sociedade em transformação, como as sociedades modernas.

Ao observar o histórico da educação infantil, percebi que esta sempre se constituiu como uma área frágil no Brasil, recebendo poucos incentivos financeiros e políticos das esferas governamentais. Dessa forma, foi um segmento educacional que foi ganhando visibilidade lentamente por motivos como: industrialização; urbanização; a saída da mulher para o mercado de trabalho; reivindicações populares; surgimento de teorias que defendiam a educação infantil como necessária para o desenvolvimento infantil; a necessidade de melhorar à educação básica; entre outros. Tais fatores impulsionaram, na década de 1980, a expansão desse segmento de ensino, principalmente, o pré-escolar, voltado para a faixa etária de 4 a 6 anos.

Com relação às crianças de 0 a 3 anos, a incursão histórica revelou que a assistência foi o setor mais marcante, ficando a cargo de iniciativas privadas, filantrópicas e governamental o atendimento. Esse geralmente era desenvolvido com baixo custo, com a presença de profissionais leigos, voluntários.

O item quatro foi construído após a minha inserção no campo, pois, ao me deparar com os dados recolhidos sobre as políticas educacionais voltadas para a infância, com falas de protagonistas do processo de constituição das Escolas Municipais de Educação Infantil e na repercussão dada pelos jornais Diário Mercantil e Tribuna da Tarde, sobre os mesmos temas, pude perceber que os acontecimentos educacionais locais se davam permeados aos contextos políticos, econômicos e sociais brasileiros. Dessa forma, ainda que sucintamente, procurei compreender esse contexto e como o sistema educacional brasileiro foi sendo pensado e consolidado.

Destaquei os contextos político, econômico, social e educacional do Brasil desde a década de 1920, época em que o sistema educacional brasileiro começou a ser construído. Percebi que o setor educacional brasileiro, para responder às mudanças econômicas e

políticas, embora inicie um processo de fortalecimento, de expansão para as camadas populares, deixou lacunas que precisam ser resolvidas, ainda nos tempos atuais, com relação à qualidade.

Pensava-se na repetência, principalmente na primeira série, visto que, na década de 1980, os índices de reprovação e evasão no Brasil e em Juiz de Fora eram muito altos. Assim, no município, especificamente, para buscar a mudança desse quadro, no início da década de 1980, privilegiou a educação pré-escolar como uma das estratégias, que se consolidou na abertura das (EMEI's).

Nesse panorama, o processo de expansão da educação pré-escolar no município de Juiz de Fora esteve atrelado, também, à melhora da educação básica, daí a necessidade de resgatar as políticas que permearam, também, a educação em geral.

Outro fator que me despertou o interesse em resgatar a década de 1920 foi a implantação de uma instituição pública voltada para a criança menor de 7 anos no município, denominada Jardim de Infância Mariano Procópio, primeira escola infantil de Juiz de Fora, inaugurada em 1926.

Para dar a conhecer o local de que falo, situo o município de Juiz de Fora-MG, lócus de minha pesquisa, contando um pouco de sua história, sempre enfatizando a cidade permeada e influenciada por um contexto nacional (econômico, político e social) mais amplo e destacando como estes influenciaram no setor educacional.

No item cinco teço considerações sobre as políticas voltadas para a infância em Juiz de Fora, foco central de análise desta dissertação. Levantei ações e programas voltados para a infância menor de 7 anos em Juiz de Fora, com o intuito de mostrar quais políticas estavam sendo desenvolvidas pela esfera municipal em prol das crianças nas décadas de 1970 e 1980. Essa iniciativa me auxiliou a compreender um contexto mais amplo de políticas públicas municipais sendo gestadas desde a década de 1970, que possibilitaram, na década de 1980, a abertura das Escolas Municipais de Educação Infantil-EMEI's.

No item seis trato da criação das Escolas Municipais de Educação Infantil e da evolução da proposta. No período determinado para análise desta pesquisa, percebe-se que o município iniciou o desenvolvimento de ações formais voltadas para o atendimento pré-escolar. O aumento desse atendimento ocorreu no final da década de 1970 e início dos anos de 1980 com a construção de 13 EMEI's, estando atrelado, também, à interferência de organizações internacionais, como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e da Organização Mundial da Educação Pré-Escolas (OMEP). Na realidade, a

interferência desses órgãos mostrou-se decisiva na expansão da educação pré-escolar na cidade.

Essas agências internacionais defendiam uma proposta apoiada na compensação de déficits, que a criança trazia de seu meio social e cultural, pobre de estímulos necessário para o bom desempenho na escola. Foi com essas idéias que se investiu nos setores educacionais brasileiro, principalmente na educação pré-escolar.

Mas, como em todo o Brasil, Juiz de Fora não conseguiu atender a toda a demanda por educação pré-escolar, após a construção das EMEIs, por ter dificuldade em manter as instituições com qualidade e continuar ampliando o setor, visto que havia poucos recursos financeiros. Para amenizar a falta de verbas, as lideranças locais procuraram alternativas. Uma delas foi assinar vários convênios com as instâncias federal e estadual para aumentar o número de instituições infantis. Apesar de todas as dificuldades financeiras, o número de EMEIs foi ampliado de treze, em 1982, para vinte e quatro, em 1996.

Nesse sentido, o que priorizei neste trabalho foi a compreensão das políticas públicas voltadas para a educação pré-escolar no município de Juiz de Fora de 1980 a 1996. Observando qual a atuação do município nesse período, destaco como este construiu suas próprias políticas públicas direcionadas para o pré-escolar.

Ao estudar as EMEIs, tive a oportunidade de compreender como as políticas públicas educacionais foram construídas para atender à infância juizforana. Estas seguiram uma tendência nacional, resguardando as especificidades de um município que ansiava por seu desenvolvimento industrial e que, para tal, procurou investir em políticas sociais, entre elas, a educacional, para mostrar suas potencialidades.

2- QUESTÃO E METODOLOGIA

2.1-História da Questão

Antes de explicitar a questão que deu origem a esta dissertação, contarei a minha trajetória acadêmica como estudante de graduação, pois foi a partir de investimentos, leituras, estudos sobre a educação infantil, participação em grupos de estudos (Grupo de Pesquisa Políticas Públicas da UFV), pesquisas de campo relacionadas à área, participação em pesquisas de iniciação científica, que comecei a fazer investimentos sistemáticos referentes à educação pré-escolar, que me motivaram a desenvolver um estudo relativo a esse segmento de ensino em Juiz de Fora-MG.

De 2000 a 2001 participei de uma pesquisa intitulada “A Confluência das Políticas Educacionais e Sociais: os núcleos comunitários de Viçosa/MG”. Este foi meu primeiro contato com instituições e profissionais ligadas à educação infantil. Neste projeto foram enfocadas as creches municipais da referida cidade sob o ângulo das políticas públicas. Essa investigação foi desenvolvida pelos integrantes do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas da Universidade Federal de Viçosa.

A pesquisa teve por objetivo analisar não apenas como se dera o processo amplo de constituição das creches municipais em Viçosa/MG, mas também, quais eram os objetivos pretendidos com a sua criação. Buscou-se, ainda, detectar como e em que condições tais instituições funcionavam; quais mudanças ocorreram e as repercussões que tiveram; quais melhorias e concepções eram traçadas, se foram realizadas e como estavam no período analisado. Além de observar essas especificidades, procurou-se identificar os aspectos educacionais e sociais que estavam presentes nessas instituições.

De 2001 a 2002, desenvolvemos outra pesquisa de iniciação científica, intitulada “Do Assistir ao Educar: Dinâmicas das Políticas Públicas para Infância Pobre em Viçosa (MG)”, também relacionada à educação direcionada a criança menor de 7 anos. Nesta se procurou analisar o atendimento oferecido pelas creches municipais de Viçosa/MG à infância economicamente desfavorecida da região. É importante ressaltar que essa pesquisa se deteve a analisar o atendimento oferecido nas instituições, enquanto estavam sob a administração da Secretaria Municipal de Ação Social, até 1998, quando foram transferidas para a Secretaria Municipal de Educação.

Após ter participado dessas duas pesquisas, pudemos observar que vários aspectos referentes à educação infantil ainda precisavam ser explicitados. Dessa forma, nos anos de

2002 e 2003, desenvolvemos outro projeto, dessa vez relacionado com profissionais que trabalhavam com crianças em idade pré-escolar. Nomeado de “Políticas Públicas e o Desafio da Profissionalização do Educador Infantil: perfil da formação dos professores de pré-escolas públicas em Viçosa-MG” pesquisa vinculada ao Grupo de Pesquisa Políticas Públicas da UFV¹. Nesse trabalho analisamos a formação das profissionais que atuavam, em especial, com o pré-escolar na cidade de Viçosa-MG, buscando compreender como a formação influenciava na prática cotidiana e no fazer pedagógico dessas professoras. Além disso, pretendíamos traçar um perfil das docentes, bem como fazer um levantamento das políticas públicas implementadas no município relacionadas com a formação, inicial e continuada desses profissionais.

Dentro desse contexto, realizei diversos estudos e abordagens sobre a educação para a infância e percebi que há, ainda, um universo de questões que precisam ser estudadas, principalmente as relacionadas à faixa etária de 0 a 6 anos. Segundo o histórico da educação infantil, o atendimento a essa faixa etária não se encontra equalizado, além do fato de haver muitas instituições que não atendem os padrões necessários de qualidade.

Com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre as políticas de educação infantil e tendo vivido a experiência de ter estudado e freqüentado uma EMEI em Juiz de Fora, em minha infância, optei por estudar a política de implantação dessas escolas em meu curso de Mestrado. Sendo assim, tomei como recorte empírico o atendimento à infância realizado pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (MG) através das Escolas Municipais de Educação Infantil.

Como fora mencionado, a incorporação da educação infantil como a primeira etapa da Educação Básica feita pela LDB n°. 9.394/96 configura-se como um avanço para esse segmento educacional. A Lei estabelece que cabe aos municípios a responsabilidade por tal provimento.

Alguns municípios brasileiros já vinham municipalizando a educação infantil e desenvolvendo políticas voltadas para o setor antes da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prever ser uma responsabilidade dessas instâncias políticas. Juiz de Fora encontra-se entre esses municípios. Ao inaugurar uma rede de Escolas Municipais de Educação infantil, no ano de 1982, o município começou a se organizar politicamente para ampliar o atendimento pré-escolar na cidade. Lentamente, foi tomando para si a responsabilidade pelo atendimento pré-escolar público.

¹ - Coordenado pelo Prof. Dr. Milton Ramon Pires de Oliveira.

Com esses conhecimentos e ciente de que, esse processo de expansão, ocorrera em um contexto político, econômico e social mais amplo, dediquei os estudos investigativos desta dissertação ao segmento de ensino pré-escolar, levantando as políticas que permearam esse segmento de ensino nas décadas de 1980 e 1990.

2.2-Questão

A presente pesquisa teve como tema de estudo a educação infantil pública, enfatizando as Escolas Municipais de Educação Infantil vinculadas ao órgão responsável por prover a educação no Município de Juiz de Fora (MG).

O município de Juiz de Fora tem buscado se adequar às legislações vigentes. A Lei de Diretrizes e Bases de 1996, no seu artigo 30, estabelece que educação infantil deve ser oferecida em creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade e pré-escolas, para crianças de 4 a 6 anos de idade. (BRASIL, 1996).

Na busca da compreensão e contextualização da Educação Infantil no município de Juiz de Fora, o período pesquisado situou-se de 1980 a 1996. A justificativa para esse período, primeiramente, deve ao fato de que, a partir da década de 1980 observa-se uma crescente preocupação com a educação infantil. Assim, surgem e se fortalecem políticas públicas e educacionais que culminaram, em Juiz de Fora, na construção de Escolas Municipais de Educação Infantil que tinham a finalidade de atender à criança com idade inferior a sete anos, aumentando o número de matrículas nesse segmento educacional. O limite temporal estabelecido para o estudo, ano de 1996, deveu-se à alteração na legislação, quando a educação infantil passou a ser considerada como a primeira etapa da educação básica, ampliando a responsabilidade dos municípios em provê-la.

Nesse sentido, procurei responder a seguinte questão: **Como as Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) foram se constituindo no período de 1980 a 1996 no município de Juiz de Fora-MG ?**

Para melhor compreender a questão mencionada, considerei necessário fazer-lhe um desdobramento, estabelecendo algumas questões orientadoras, quais sejam:

1- Quais fatores levaram a implantação das Escolas Municipais de Educação Infantil-EMEI?

2- Qual a origem da demanda por escolas de educação infantil no Município (governamental, familiar, movimentos sociais)?

3- Quais concepções estavam presentes nessa iniciativa?

4- Quais políticas acompanham esse processo até 1996?

2.3- Metodologia

Para que pudesse ampliar minhas possibilidades de interpretação do processo que elegi como meu tema principal, desenvolvi uma pesquisa qualitativa com abordagem historiográfica.

Faço essa afirmação, pois considero que a pesquisa qualitativa possibilita compreender questões específicas e interpretá-las, sem, no entanto, ter o objetivo de demonstrar verdades absolutas. Privilegiei, como mostram Bogdan e Biklen (1994) quando descreveram o que seria pesquisa qualitativa, a percepção do processo a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação, ou seja, Prefeitos, Secretários de Educação e técnicos responsáveis pela educação infantil no município. Posteriormente, especificarei a contribuição que cada um desses informantes ofereceu para esta dissertação. O que pretendi investigar relacionou-se ao entendimento das políticas públicas que permearam o processo de surgimento e desenvolvimento das EMEIs em Juiz de Fora-MG.

A leitura e interpretação de documentos, como Leis - Federais, Estaduais e Municipais -, decretos, Atos de Governo, Projetos Políticos Pedagógicos, Projetos, Convênios, Atas, Relatórios, Planos de educação, publicações oficiais, ofícios foram importantes para a percepção do processo de expansão do pré-escolar na cidade.

Foram lidas, também, notícias dos jornais Diário Mercantil e Tribuna da Tarde, do ano de 1975² a 1996, que possibilitaram o entendimento da repercussão dada pela imprensa local, sobre as ações políticas voltadas para as crianças de 0 a 6 anos.

Apesar do foco desta dissertação se concentrar no atendimento educacional à infância na faixa etária de 4 a 6 anos, que, geralmente, recebe o nome de pré-escolar, procurei mostrar e descrever programas que, muitas vezes, ultrapassaram essa faixa etária . Isso porque procurei compreender um contexto mais amplo que permeou o atendimento pré-escolar no município.

Conforme Flick (2004), a investigação qualitativa possui cinco características: a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal; ela é dedutiva, ou seja, os achados recolhidos são em forma de palavras e imagens e não de

² - Esta data foi selecionada, porque se considerou necessário observar as notícias anteriores a 1980, com relação à educação infantil em Juiz de Fora.

números, opondo-se, assim, à pesquisa meramente quantitativa; os investigadores interessam-se mais pelo processo que simplesmente pelos resultados; a análise de dados é feita de forma indutiva. O significado é de importância vital na abordagem qualitativa. Faz-se necessário esclarecer que nem todas as cinco características precisam constar em um trabalho para ela se denominar qualitativa.

O processo de condução de investigação qualitativa reflecte uma espécie de diálogo entre os investigadores e os respectivos sujeitos, dado estes não serem abordados por aqueles de uma forma neutra. (FLICK, 2004- p. 51).

Nesse contexto, penso ser adequado destacar que utilizei a abordagem historiográfica, enfatizando aspectos relacionados à interpretação na análise das entrevistas, análises dos documentos e das reportagens dos jornais. Tenho ciência de que a pesquisa não é neutra, mas sim integrada a um contexto humano impregnado de emoções, paixões, ódios, preconceitos, vontades, crenças, entre outros sentimentos que acompanham o ser humano, que fazem parte do cenário da humanidade e que interferem em seus feitos. O conhecimento é interpretação, mas não verdades absolutas da realidade.

Clareto (2004) aponta que a investigação qualitativa refere-se a uma interpretação, sendo, dessa forma, um processo dinâmico, cheio de desdobramentos que ocorrem durante o processo de pesquisar. Como o próprio movimento de investigar é uma interpretação, fazer conclusões definitivas e generalizações se torna inviável nesse processo.

Esta forma de compreender a pesquisa tem suas bases em uma concepção de conhecimento muito diferente daquela adotada na Modernidade: ele não é objetivo, neutro ou imparcial. Ao contrário, ele é subjetivo, parcial e impregnado do sentir de quem conhece. (CLARETO, 2004, p.4).

O que se busca ao empreender uma pesquisa interpretativa é introduzir um sentido, dar forma, estruturar aquilo que se vê.

Ao entrar no campo, precisamos ter em mente que se trata de uma fase de fundamental importância para o processo investigativo. É um momento muito delicado, que deve ser muito bem planejado e elaborado. Flick (2004) nos traz uma explicação interessante sobre esse aspecto que julguei pertinente comentar nesta dissertação.

O termo trabalho de campo refere-se ao estar dentro do mundo do sujeito, o investigador deve comportar-se de forma a deixar os sujeitos mais tranquilos e confiantes, como se fossem alguém que estivesse fazendo uma visita; não como uma pessoa que pensa

saber tudo, mas que quer aprender; alguém que procura saber e compreender o processo através da fala de sujeitos envolvidos com a educação pré-escolar. Trabalhar para ganhar a aceitação do sujeito, jamais invadir seu espaço. É preciso uma autorização do sujeito para se realizar uma investigação de qualidade. Caso contrário pode acontecer de comprometer a pesquisa.

No trabalho de campo por mim realizado abordei sujeitos que estiveram envolvidos com instituições de educação infantil e, através de entrevistas semi-estruturadas, procurei compreender a percepção desses sujeitos sobre o processo de expansão da educação pré-escolar pública em Juiz de Fora. Observei, em suas trajetórias de vida e profissional, como essas pessoas, Secretários de Educação, Prefeitos, Técnicos envolvidos com esse segmento, concebiam a educação infantil e como expressaram suas opiniões sobre o surgimento das Escolas Municipais de Educação Infantil em Juiz de Fora-MG e das políticas que acompanharam a ampliação desse segmento educacional até o ano de 1996.

Os sujeitos que entrevistei neste trabalho foram imprescindíveis, uma vez que foram pessoas que me auxiliaram a compreender como a educação pré-escolar foi sendo pensada no município de Juiz de Fora no período determinado. Passo a descrever os sujeitos que possibilitaram a interpretação da educação pré-escolar na cidade. Gostaria de destacar que a identidade de três informantes foi resguardada, por ter sido essa a opção preferida de tais entrevistados.

O Prefeito **Antonio Francisco de Mello Reis** foi eleito em 1976 pela antiga Aliança Renovadora Nacional, após dez anos de vitórias do Movimento Democrático Brasileiro – MDB - na cidade. A gestão da referida autoridade teve seu mandato prorrogado até 1982, devido às deliberações do Governo Federal para reorganização partidária após o retorno do pluripartidarismo. Anteriormente a 1975, ele havia atuado como vereador do município.

Em 1979, na administração desse político foi firmado o Convênio Cidade Porte Médio do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - CPM/BIRD-, que deu origem ao projeto das Escolas Municipais de Educação Infantil no ano de 1982. Dessa forma, a autoridade local era imprescindível para compreensão de como ocorrera esse processo e como se pensava a educação pré-escolar no período num contexto político, econômico e social.

Os Secretários de Educação são profissionais responsáveis por elaborar e executar as políticas públicas. Entrevistados esses profissionais observei como as leis, portarias, decretos, entre outros documentos, relacionados ao pré-escolar, foram elaborados. Foram entrevistados dois profissionais que exerceram esse cargo: Maria Luiza de Oliveira Moraes e Murílio de Avelar Hingel.

Maria Luiza de Oliveira Moraes foi Secretária de Educação de 1976 a 1982 e, posteriormente, foi eleita vereadora, cargo em que permaneceu por quatorze anos. Sua contribuição foi muito importante para esta dissertação, pois estava presente e fazia parte da equipe que elaborara o projeto relacionado à abertura das EMEIs, bem como participara do processo de organização das políticas educacionais municipais que possibilitaram intensificar a expansão do pré-escolar na cidade.

Como vereadora, segundo a própria informante, não se desvinculou do setor educacional; “*sua luta*” passou a ser conquistar melhorias para educação no município, inclusive para a educação infantil.

Murílio de Avelar Hingel ocupou diversos cargos, como: Secretário de Educação do município (1967-1973); Assessor Técnico do Departamento do Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura (1973-1979), coordenando o Pró-Município; Diretor do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Juiz de Fora (1986-1988); Ministro da Educação de (1992-1994); Secretário de Educação de Minas Gerais (1999-2002) e Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, ou seja, trata-se de uma personalidade que já ocupou todas as instâncias públicas relacionadas ao setor educacional. Essa experiência auxiliou-me a compreender como se organizava a política educacional a nível nacional.

Os técnicos envolvidos com a educação infantil e lotados na Secretaria Municipal de Educação descreveram ações que foram planejadas e implementadas para a educação pré-escolar em Juiz de Fora. Foram três sujeitos entrevistados nessa categoria, que preferiram não se identificar.

Entre os técnicos, uma participara mais efetivamente do processo de expansão do atendimento oferecido pelo setor assistencial à criança de 0 a 6 anos, em creches comunitárias. Na década de 1990 foi transferida para a Secretaria Municipal de Educação e passou a trabalhar no Setor de Gestão, onde atuou mais detidamente com as EMEIs. Foram realizadas três entrevistas com o sujeito.

Outro técnico entrevistado, que atua na Secretaria Municipal de Educação, no Departamento voltado para a Educação Infantil, detalhou como a rede de educação infantil foi sendo construída em Juiz de Fora, demonstrando como a oferta de educação pré-escolar foi sendo ampliada e como se construíram duas redes paralelas de atendimento na cidade, uma assistencial e outra educacional.

Um terceiro técnico, lotado na 10ª Delegacia Regional de Educação, órgão estadual que acompanhava a implantação das políticas educacionais no município, relatou o que

observara do desenvolvimento das políticas voltadas para a educação infantil nas décadas de 1980 e 1990.

Todos os sujeitos entrevistados foram muito solícitos; as entrevistas ocorreram de forma agradável e todos os informantes se puseram à disposição para um possível retorno. Todas as entrevistas foram gravadas.

O procedimento metodológico de entrevista foi escolhido por considerar que os entrevistados, discorrendo livremente sobre sua atuação no período, lembrando e relembando os fatos políticos, demonstrando maior ou menor participação no cenário da época, trariam informações que ajudariam à realização deste estudo.

Nas palavras de Brandão (2004), a flexibilidade das entrevistas (não-estruturadas ou as semi-estruturadas) não tem nada a ver com uma simples conversa; ela pode até começar assim para criar uma ambiente mais agradável e mais confiável para ambas as partes, mas, durante sua realização, o pesquisador precisa observar os objetivos que pretende alcançar e observar não apenas as palavras, mas também gestos e expressões.

Outro instrumento que utilizei foi a análise de documentos disponíveis, uma vez que os documentos contêm registros que podem indicar como ocorrera o surgimento das Escolas Municipais de Educação Infantil, quais políticas públicas e sociais nortearam essa elaboração, quais convênios foram firmados para possibilitar a manutenção e expansão das escolas infantis.

Os documentos não são apenas textos simples; seus escritos podem enriquecer e ampliar os conhecimentos sobre as instituições. Considerei o texto dos documentos como palavras cheias de significados e impregnadas de concepções sobre o período. Assim, julguei pertinente tratar o documento como um monumento, como bem discute e descreve Le Goff (1994), enfatizando o que está além, ou seja, estando atenta para o que pode estar camuflado em um simples detalhe.

Trabalhar com documentos não é tarefa fácil. Amorim (2000) destaca que os arquivos se oferecem como laboratórios onde são encontradas as bases para pesquisa. Portanto, arquivos bem organizados contribuem para que a pesquisa flua de forma mais fácil. No entanto, no Brasil, essa questão é um pouco complicada, já que o que encontramos, muitas vezes, são arquivos desorganizados e, em certos casos, até danificados, o que prejudica o desenvolver da pesquisa. Muitas pesquisas foram inviabilizadas porque os documentos se encontravam desordenados e dispersos.

Os arquivos da Prefeitura de Juiz de Fora se encontram um pouco desordenados e alguns documentos estão manuscritos (alguns até rascunhados), o que dificultou a

identificação de alguns fatos e informações. Percebi que existem documentos em que faltavam alguns dados importantes para a análise, como data e o nome de quem os elaborara. Lemos (2004) também destaca que esta foi umas das dificuldades que enfrentou, durante a sua pesquisa:

A falta de ordenação para a seleção dos documentos, muitas vezes rascunhos do que seria um projeto ou relatório geral ou parcial, papéis sem indicações básicas como datas e assinaturas, aparente ausência de continuidade de um trabalho, como citação de uma atividade e nunca mais referência sobre ela, como uma proposta de avaliação do projeto das Escolas Municipais de Educação Infantil. (p.14)

Por outro lado, essa desordenação não pode ser considerada apenas como um ponto falho e prejudicial à pesquisa, visto que, arquivos organizados por outras pessoas podem ocultar informações, que para o momento não eram necessárias e pertinentes para quem os arrumara, mas que para outro pesquisador sejam imprescindíveis. Rascunhos, projetos incompletos, relatórios parciais podem ser importantes para a reconstrução do processo de construção das políticas, dos conflitos e das idas e vindas até se chegar às decisões finais.

Foram analisados documentos arquivados do Arquivo Permanente da Secretaria de Educação, nos departamentos de Gestão, Recenseamento e Legislação; do Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora; do Departamento de Informação e Comunicação e arquivo pessoal de algumas autoridades políticas. Foram incorporadas, também, leituras sobre notícias e publicações oficiais dos Jornais: Diário Oficial, Diário Regional, Diário Mercantil, Tribuna de Minas e Tribuna da Tarde, disponíveis na Biblioteca Municipal Murilo Mendes, Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora e Secretaria Municipal de Educação.

Com a análise de documentos, tive a oportunidade de perceber como a educação pré-escolar foi tratada e noticiada no período demarcado para esse estudo no município de Juiz de Fora. Foram analisados:

Leis: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (n.º 9.394/96); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 4.024/61); Lei nº. 5.692/71, que fixa diretrizes para a educação de 1º e 2º graus; Lei Orgânica do Município de Juiz de Fora³ (1990); Lei nº 8056/92, que estabelece sobre a Política Municipal de Atendimento à Criança e o Adolescente; Lei nº. 7565/89 que dispõe sobre o quadro de pessoal; Leis Municipais de Criação e Denominação de Escolas Municipais de Educação Infantil, como: Lei nº. 7683/90;

³ - Anexo 1.

Lei nº. 7917/91, nº. Lei 8604/94, Lei nº. 8652/95, Lei nº. 8937/96, Lei nº. 8595/94; entre outras.

Convênios: CPM/BIRD de 1979 e Projeto das EMEIs de 1979 (PROPRE); Convênios entre Estado e Município para Programas de Educação Pré-Escolar (1984, 1986); Convênio entre Município e Governo Federal sobre Merenda Escolar (1981), Convênio com a Legião Brasileira de Assistência (1975), Convênio com Mobral (1979), Convênio com a Fundação Educar (1986); entre outros.

Fora analisados, ainda, Resoluções Municipais; Plano Municipal de Educação de 1972 e Plano Decenal de Educação 2006; Portarias Municipais; Decretos Municipais; Projeto Político Pedagógico das EMEIs; Pareceres Estaduais e Municipais; Ofícios; Atos de Governo; Atas; Minutas, entre outros documentos que foram pertinentes à análise.

Considerei importante analisar as instituições em seu contexto mais amplo, permeado por ações econômicas, políticas e sociais de âmbito nacional. Seguindo essa concepção, considero que o estudo das políticas voltadas para Escolas Municipais de Educação Infantil em Juiz de Fora/MG mostra relações entre o passado e o presente que precisam ser levadas em consideração para compreendermos a realidade que está presente no momento. Dessa forma, resgatar o passado foi fundamental para entender em qual momento se começou a pensar nessas instituições e com qual objetivo e como foi possível continuar uma política de expansão da educação pré-escolar em Juiz de Fora.

As instituições educacionais são criadas pelos homens e se apresentam como uma estrutura material que é constituída para atender à determinada necessidade humana, isto é, educação. Como se trata de uma necessidade de caráter permanente, conclui-se que são instituições que foram criadas para serem, também, permanentes. Mas, apesar de serem duradouras, as instituições educacionais não se constituem prontas e acabadas. Uma vez produzidas, manifestam-se como um objeto que subsiste à ação da qual resultaram. Estas são permeadas por um contexto histórico e por relações sociais entre si e com a sociedade.

As instituições de educação infantil, no Brasil, foram criadas para atender à determinada necessidade. A industrialização e a urbanização impulsionaram, entre outras, a saída da mulher para o mercado de trabalho, ocasionando que seus filhos precisassem de proteção enquanto estivesse fora. Assim, necessitava-se de alguma instituição que assumisse esse papel.

Entendo que foi rico, para minha pesquisa no município de Juiz de Fora, entender como esses locais foram sendo pensados e por que, ou seja, foi necessário levantar o mais

simples, quando começou a se pensar sobre a elaboração de instituições de educação infantil, para se chegar ao mais complexo, às instituições já consolidadas e seu processo de expansão.

Para entendermos como se formou e se consolidou um sistema público e complexo de educação infantil que concebeu esse segmento como direito da criança, foi preciso não desprezar os acontecimentos políticos, econômicos e sociais que assim o contribuíram historicamente.

Penso ser oportuno salientar que não tive pretensões de construir e afirmar verdades absolutas acerca do tema investigado. Tendo a consciência da não existência da neutralidade, reitero que, certamente, minhas convicções, crenças, conhecimentos prévios influenciaram no trabalho de investigação, análise e interpretações.

A pesquisa bibliográfica forneceu-me elementos para compreender como a criança foi sendo, gradativamente, considerada como sujeito de atenção. Em um segundo passo concentrei minhas atenções na pré-escola, segmento privilegiado de análises desta dissertação, enfocando, principalmente, políticas e programas que se preocupam com esse setor.

3- EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Este item teve como objetivo mostrar a expansão do atendimento voltado para crianças em idade inferior a 7 (sete) anos no Brasil que foi feito em creches, jardins-de-infância, pré-escolas, internatos, instituições para crianças abandonadas e outros estabelecimentos que se destinavam à proteção da infância. Observei a evolução do conceito dessas instituições, passando o atendimento à infância de simples condição de amparo a direito garantido em Constituição. Busquei, também, mostrar como as questões educacionais foram sendo consideradas importantes para as crianças de zero a seis anos.

Ao abordar a história da educação infantil, na medida do possível, contextualizei os seus acontecimentos contrapondo-se à narrativa linear, que apenas descreve os fatos de forma cronológica. Trata-se, como salienta Kuhlmann Jr. (2000), de compreender o passado superando a linearidade para não obscurecer o presente que almejo pôr em questão. “*Seria necessário inventariar o passado da pré-escola, em suas contradições, acertos ou desacertos, para entender seu presente*”. (p. 6).

Com esse levantamento histórico foi possível perceber três perspectivas políticas: uma voltada para a criança pobre; outra voltada para a infância da classe mais abastada e uma terceira voltada para as abandonadas. Tais perspectivas denunciam que a desigualdade social esteve presente na vida das pessoas desde sua tenra idade. Compartilho da idéia de que, provavelmente, tudo que ocorre na infância repercute na vida do sujeito adulto. Sendo assim, a forma como é conduzido o atendimento à criança nas diferentes instituições pode contribuir para formar os sujeitos em diferentes perspectivas.

Em Juiz de Fora/MG percebeu-se que essas três tendências estiveram presentes, demonstrando que, apesar de suas especificidades, a cidade seguiu uma tendência nacional de desigualdades sociais e de atendimento à infância.

3.1 - Sentido moderno da infância

Segundo Mendes (1999), a preocupação com a educação infantil esteve presente em todos os sistemas e períodos educacionais. A infância tem tomado cada vez mais espaço nos nossos tempos, a preocupação com os pequenos nunca se apresentou tão intensa. No entanto, nem sempre foi assim, o lugar das crianças nem sempre foi o mesmo e muitas crianças, ainda hoje, não têm oportunidade de freqüentar os lugares que lhe são de direito. Como será que a criança passou do anonimato para a condição de cidadã com direitos e deveres aparentemente

reconhecidos? Muitas perguntas relacionadas à educação infantil foram respondidas quando olhamos para a história.

Ariés (1991), ao estudar sobre a história social da família, revela que a idéia da infância como um período peculiar de nossas vidas não é um sentimento natural ou inerente à condição humana. Essa concepção, esse olhar diferenciado sobre a infância teria começado a se formar com o fim da Idade Média.

O mesmo autor revela que em muitas sociedades antigas e medievais, o meio onde as crianças se desenvolviam era bastante amplo. Em habitações coletivas e famílias numerosas, a criança aos 6 ou 7 anos de idade começava a inserir-se no mundo dos adultos e exercer um papel produtivo, a partir do momento em que deixava de necessitar dos cuidados físicos mais efetivos e ultrapassar a fase crítica de mortalidade, que naquelas sociedades se mostrava altíssima, principalmente entre as crianças com idade inferior a essa faixa etária. (Belém, 2001)

A partir do século XVII, com as mudanças na organização da sociedade, surge outro sentimento de infância que ocorre com a “*cumplicidade sentimental da família*”, termo utilizado por Ariés (1991) para demonstrar como o pensamento relacionado à criança começa a mudar. A sociedade passa por transformações, preocupa-se, entre outros, com o futuro dos pequenos e com uma educação que os preparassem para as demandas de um mundo em constantes modificações. Essas mudanças atingiram, sobretudo, as crianças pertencentes às famílias mais abastadas. Para as crianças pertencentes às classes menos favorecidas, a situação não se mostrava muito diferenciada das crianças das famílias medievais.

O sentimento moderno de infância se caracteriza pela separação da criança de um convívio mais coletivo com os adultos e na preparação para a sociedade em instituições próprias para a função, possibilitando o surgimento das creches e das pré-escolas.

Concepções européias de descoberta da infância acabam também se espalhando para o Brasil do século XVI, com uma forte influência da Igreja Católica, disseminando a imagem da criança assimilada a de um anjo, imitando o menino Jesus – criança doce, inocente, capaz de, com sua meiguice, tocar a todos que a cercam, convertendo-os. Foi essa crença que fez com que os indiozinhos fossem escolhidos pela recém fundada Companhia de Jesus para semear a palavra de Deus no novo mundo.

A concepção aqui expressa era a da criança como “papel em branco”, ou seja, ainda não havia sido contaminada, como os adultos, pelos maus costumes e pela insensibilidade. Sendo assim, a infância serviria, mais tarde, para divulgar os preceitos e os valores da Igreja Católica.

Ao abordar o atendimento à infância em nosso país, Araújo (2005) destaca que este se iniciou com a chegada dos Jesuítas ao Brasil – Colônia, que investiram nos pequenos índios, filhos gentios que, junto com os órfãos portugueses, vindos da metrópole, eram educados com fins religiosos.

Áries (1991) revela que a escolarização, iniciada na Europa no século XVI, levada a cabo por educadores e padres, católicos e protestantes provocou uma metamorfose na formação moral e espiritual da criança, em oposição à educação medieval feita apenas pelo aprendizado de técnicas e saberes tradicionais que eram ensinados pelos adultos da comunidade. A Idade Moderna passa a preparar, nas escolas, o futuro adulto, compatível com os preceitos da modernidade.

É importante destacar que essas mudanças chegaram ao Brasil, bem depois, devido ao sistema colonial e pela sua tardia industrialização. Como seu sistema econômico agrário não exigia que os indivíduos se escolarizassem para o trabalho nas lavouras, os filhos, geralmente, acompanhavam os pais, desde a tenra idade, nesse trabalho. Sendo uma sociedade escravocrata verificou-se uma ausência de políticas do Estado para criança pobre, mesmo depois do fim da escravidão.

Pode-se dizer que, desde a colonização, jovens perambulantes circulavam pelas ruas do Brasil, vindos nos navios portugueses. Este seria o início da questão do abandono de criança, que se intensifica com o passar dos tempos, tornando necessário pensar em algum lugar que se pudesse livrar “a sociedade destes males”, pois o pensamento dominante pautava na delinquência e marginalidade. (RAMOS, 1999)⁴.

3.2 - Primeiras iniciativas referentes ao atendimento à infância

Com o início do processo de industrialização a situação da infância pouco se alterou. Crianças, principalmente as negras e pobres, trabalhavam em regime pesado nas fábricas, chegavam a permanecer onze horas em frente a uma máquina, tendo apenas vinte minutos de descanso.

No Brasil, do período de seu descobrimento até aproximadamente o final do século XIX, muito pouco se fez pelas crianças, principalmente pequenas, tanto do ponto de vista da proteção jurídica quanto às iniciativas relacionadas ao atendimento. Não havia no Código Civil nenhuma menção à proteção e cuidados com os menores. Na passagem do Império para

⁴ -Para maiores informações, ler: RAMOS, Fábio Pestana. **A história trágico-marinho das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI**. In.: PRIORE, Mary Del (Organização). História das Crianças no Brasil. São Paulo. Contexto, 1999.

a República, os juristas começaram a sinalizar a necessidade de se criar uma legislação especial aos menores de idade. Estas apareceram timidamente como necessidade de proteção aos órfãos e expostos em nosso país.

No âmbito de ação privada, as iniciativas se concentraram, desde o início, no amparo aos órfãos e abandonados, sendo a primeira grande iniciativa desse gênero desenvolvida pela Fundação Romão Duarte, mantenedora da Casa dos Expostos ou da Roda, como era popularmente conhecida, onde as crianças permaneciam até completar 18 anos. Funcionava na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e fora fundada em 1738. Várias crianças enjeitadas eram enviadas a essa instituição, como relata Faria (2005).

A mesma autora diz que essa instituição recebia, no Brasil, crianças brancas, mestiças e, sobretudo, crianças negras. A clientela se caracterizava, principalmente, pela ilegitimidade dos seus nascimentos. A criança enjeitada era retida na Casa da Roda por pouco tempo. Estando em condições, era logo entregue às amas de leite, mulheres que cuidavam dos enjeitados em seus próprios domicílios até completarem sete anos de idade.

Infelizmente, na prática, os objetivos visados pela Casa dos Expostos não tiveram muitos êxitos, pois esta se mantinha precariamente, não possuía padrões de higiene, tanto nas suas instalações como na assistência oferecida à criança. Esta, enquanto estava na Santa Casa de Misericórdia, ficava junto com pacientes infectados com diversas doenças, o que tornava insalubre o ambiente. (FARIA, 2005)

Por volta de 1861 uma outra forma de atendimento à infância foi institucionalizada com a criação do Instituto de Menores e a Casa de Correção da Corte. Esta, conforme explicita Araújo (2005), pode ser considerada como uma das primeiras ações do Estado em relação ao atendimento à criança. O Instituto de Menores funcionou até 1865 recebendo as crianças pobres e abandonadas e aquelas que ameaçavam a tranquilidade e a segurança da população. Kuhlmann Jr. (2005), pedagogo que se destaca na pesquisa historiográfica na área de educação infantil, também escreve sobre o Instituto, enfatizando que este foi visto por muitos como um meio de educar as crianças, principalmente as pobres.

O surgimento de instituições de educação infantil deu-se a partir do século XVIII, primeiramente nos países europeus, depois se espalhando para outras partes do mundo, relacionando-se a várias transformações que ocorreram nas sociedades: mudanças culturais, sociais, econômicas e políticas. A industrialização e a urbanização impulsionaram a saída da mulher para o mercado de trabalho, ocasionando que seus filhos precisassem de proteção enquanto estivesse fora.

Outro fator que incentivou o surgimento de instituições para infância refere-se à nova visão sobre as necessidades das crianças, mesmo que, inicialmente, estas se pautassem em questões relacionadas à proteção, alimentação e medidas higiênicas. Poderíamos dizer que a concepção de infância vem sendo mudada com o passar do tempo.

No Brasil, as motivações para a construção de instituições voltadas para a infância estavam mesmo nas mudanças sociais e políticas que marcaram o fim do Império e o início da República. Essas iniciativas partiram principalmente dos filantropos e de iniciativas não governamentais, como destaca Moncorvo Filho (1926), que defendia que a questão da criança desamparada era grave, demandando urgentes investimentos e intervenções. Defendia que o Estado deveria ser responsável por essa questão, pois observava que este estava mais preocupado com a instrução primária e não com os pequenos que precisavam de proteção, cuidados médicos, alimentares e sanitários.

Nesse panorama, o surgimento de tais instituições relaciona-se, também, com o movimento médico-higienista, que divulgava a alta taxa de mortalidade infantil. Relacionava-se ainda com a difusão internacional das instituições de educação infantil, sustentadas pela modernidade e pelo progresso.

3.3- O trabalho feminino, a industrialização e o surgimento da creche

No Brasil, como em outros países do mundo ocidental, as creches, como modo de guarda diário de crianças pequenas, surgiram vinculadas às necessidades do trabalho feminino industrial fora do domicílio, visando também a responder questões diversas como o abandono, a desnutrição, a mortalidade infantil, a formação de hábitos e a moralização das famílias operárias.

Segundo Pardal (2005), a creche que foi instalada no Brasil seguia modelos internacionais, principalmente os franceses (“sala de asilo e creches”), e tinha por finalidade liberar a mão-de-obra, da mãe, sobretudo, pobre⁵, o da escrava ou da ex-escrava. O Jornal “Mai de Família” (citado pela autora) destacava que no Brasil a instalação de creches e instituições de amparo era de fundamental importância, principalmente depois de 28 de setembro de 1871, quando foi instituído que não mais nasceriam crianças como escravas no âmbito de um grande movimento para a abolição da escravatura. Sendo assim, muitas crianças desprovidas de recursos financeiros precisaram de amparo, assistência e proteção.

⁵ - Nos séculos XVIII e XIX havia uma forte campanha para que as mães cuidassem e amamentassem seus filhos que atingiu, em sua maioria, as classes média e rica, na qual a mãe poderia dedicar-se exclusivamente aos seus filhos.

Mendes (1999) fez o seguinte recorte histórico para explicar o surgimento do pré-escolar no mundo. Durante o século XIX, as crianças, por constituírem mão-de-obra mais barata, foram utilizadas de forma maciça nas fábricas, minas de carvão e tecelagem. Em péssimas condições, trabalhavam até 16 horas por dia, sem condições higiênicas e à base de pancadarias. Na segunda metade do século XIX, por causa dessas condições enfrentadas pelos pequenos foram realizadas campanhas para que essas crianças ficassem em instituições específicas para elas:

Em 1824, foram criadas na Inglaterra e França as chamadas “sala de asilos”, uma estratégia para resolver problemas das mães que trabalhavam e não tinham com quem deixar as crianças. Essas salas eram localizadas próximo do local de trabalho das mães para que as mesmas atendessem seus filhos sem prejudicar as longas jornadas de trabalho (mão-de-obra feminina). (MENDES, 1999).

Argumentava-se que, com a criação da creche, a mulher produziria mais e trabalharia mais tranqüila, pois poderia produzir o sustento de seus filhos e teria quem tomasse conta deles enquanto se ausentava. Para o início do processo de industrialização, que começou no Brasil no final do século XIX, essa questão foi de fundamental importância, pois com a intenção de produzir cada vez mais, as mulheres não poderiam interromper seus trabalhos, nas indústrias, para atender a alguma necessidade de seus filhos.

Apesar do discurso sobre o malefício da creche, esta era considerada um “mal necessário”. Era indicada apenas para mães que não podiam ficar com seus filhos, pois o afastamento era considerado prejudicial para o desenvolvimento das crianças, principalmente, se estas crianças ficassem sem o leite materno. A mamadeira era considerada como um veneno para os pequenos. (PARDAL (2005), MONCORVO FILHO (1926) e NUNES (2005)).

Era aconselhável, neste período, que a mulher tomasse conta de seus filhos pequenos; no entanto, as condições de vida da maioria da população eram precárias, com uma desigualdade social marcante. Como muitas mulheres necessitavam trabalhar para complementar a renda ou até mesmo manter seus lares, não restava alternativa, senão o trabalho.

Pardal (2005) demonstrou que, no final do século XIX e início do século XX, havia uma dualidade entre as mulheres pertencentes às camadas sociais diferentes: “as *mulheres das classes abastadas, destinava-se a maternidade; às pobres, o trabalho (64)*”. A mentalidade

dominante referente à função materna do público feminino, provavelmente, deixava na mulher que precisava trabalhar um profundo sentimento de culpa e de impotência.

No pensamento da época, a mulher deveria dedicar à criança todos os momentos que não fossem consumidos no trabalho. Para tal, a creche abria nos dias úteis e durante as horas de trabalho e teria sua conduta sempre na mira da filantropia, pois creche era vista como um “estabelecimento de beneficência” destinado apenas a mães de boa conduta. (PARDAL, 2005)

Pode-se destacar dois aspectos dessa questão, pois, como já mencionado, o governo, neste primeiro momento, não estava empenhado em estabelecer ações voltadas para a proteção das crianças necessitadas, tarefa, no Brasil, assumida pioneiramente pelos filantropos.

O segundo fato diz respeito à seletividade na entrada da creche. Além de não haver um número expressivo de instituições dessa natureza, a especificidade exigida (“mãe de boa conduta”) poderia constituir-se como fator de discriminação e preconceito, sobretudo em relação às crianças negras. Em um país onde várias famílias escravas tinham sido separadas, era mais difícil atender ao perfil tradicional de família, composta por pai e mãe casados com filhos. Assim, filhos de escravos ou ex-escravos acabavam por serem excluídos.

Embora as instituições destinadas à proteção da criança no Brasil devessem ser organizadas para que o povo recém-liberto fosse atendido, podendo gozar de sua liberdade com dignidade, vimos que no país tal fato não se deu, visto que a sociedade não se encontrava preparada estruturalmente para receber essa demanda. As conseqüências dessa desorganização podem ser percebidas até os dias atuais em que ainda convivemos com graves problemas sociais, bolsões de miséria, acentuada desigualdade social afetando a população pobre e, sobretudo, os negros.

3.4 - O surgimento do jardim-de-infância

Outra proposta que se vê surgir no século XIX foi o Jardim-de-Infância. Primeiramente, começou a se expandir na Europa com o objetivo de que tanto crianças pobres como ricas pudessem utilizar do método Froebel que salientava que os pequenos tinham que ter acesso aos jogos educativos e muita vida ao ar livre. Não era exigido que a mãe trabalhasse fora para encaminhar seus filhos ao Jardim de Infância, já que se destacava a importância de as crianças se desenvolverem e aprenderem lado a lado. (PARDAL, 2005).

A preocupação com o desenvolvimento infantil neste momento se intensifica. O lado educacional conquista cada vez mais seu espaço, não se enfatizando apenas o lado assistencial. Começaram a difundir-se as idéias relacionadas com integração, socialização, atividades lúdicas, entre outras estratégias pedagógicas que visavam permitir que as crianças crescessem e se desenvolvessem de forma integral. Saliento que todas as instituições de educação infantil se preocupavam com o lado educacional⁶, o que acontecia era que o grau variava de acordo com a instituição, com as condições financeiras, estruturais e de formação de pessoal.

Vários estudiosos (Comenius, Rousseau, Froebel, Pestalozzi, Maria Montessori, John Dewey, entre outros), desenvolveram teorias e estudos que indicavam a importância para a criança do lúdico, do relacionamento com outros seres da mesma faixa etária, com o ambiente e consigo mesma⁷.

Instituições com esse caráter surgiram na primeira metade do século XIX na Europa. O surgimento desses espaços se deu como uma forma de regular a vida social, já que o contexto que se apresentava era de uma crescente industrialização e urbanização. (KUHLMANN, 2000).

Porém, enquanto na Europa eram numerosos os Jardins-de-Infância, como necessário à criança em geral, no Brasil, em 1880, tem-se conhecimento de apenas dois: um que a Senhora Meneses Vieira dirigia, no Rio de Janeiro, uma pré-escola anexa ao colégio de seu marido e outro, em São Paulo, que seguia orientações pedagógicas de Pestalozzi e Froebel. Foram criadas classes de pré-escolares na Escola Americana, atual Instituto Mackenzie. Em ambos os casos as crianças que freqüentavam pertenciam à classe mais abastada. Essas são, portanto, as primeiras iniciativas nas quais culpa e o controle não se constituíram como as características marcantes no atendimento pré-escolar. (PARDAL, 2005).

No Brasil, observei que o atendimento à infância era dual⁸: pré-escola para as crianças ricas e creches para as crianças pobres. As funções das instituições também se mostravam, bem diversificadas, pois, enquanto as primeiras estão voltadas para o desenvolvimento infantil, enfatizando os aspectos pedagógicos educacionais, as segundas voltam-se mais para o

⁶ - Não entendo por educacional apenas aspectos pedagógicos elaborados por grandes autores, mas toda ação voltada para o desenvolvimento da criança.

⁷ - As informações apresentadas neste tópico encontram-se no trabalho de Raimunda Lopes Rodrigues Mendes: "Educação Infantil: As Lutas Pela sua Difusão". Belém, UNAMA, 1999.

⁸ - Tal concepção expressou determinado período, especificadamente o final do século XIX e início do século XX. Posteriormente, houve a difusão/ expansão da pré-escola baseada na Teoria da Educação Compensatória (para o pobre em geral).

amparo e proteção, visando atender às necessidades básicas das crianças, quando seus responsáveis não estavam presentes.

Em 1896, foi instalada em São Paulo, pelo Prefeito Fábio Prado, uma rede de parques infantis nos bairros operários. No século seguinte surgiram órgãos que supervisionavam a educação municipal, dentre eles SUPLEMA (Superintendência do Ensino Municipal em São Paulo) que, apesar de sua ação, sofria influência da linha assistencialista. Despertava-se, não só no Brasil, mas também em todo mundo, uma forte consciência da necessidade da pré-escola como etapa obrigatória do processo educacional da criança. (MENDES, 1999).

No entanto, no Brasil, segundo Kramer (1984), nas iniciativas públicas notava-se certa falta de interesse no que se refere ao atendimento infantil. Apesar de a idéia de proteger a infância começar a despertar, as iniciativas de atendimentos ocorriam de formas isoladas, apresentando caráter localizado. Mesmo aquelas instituições dirigidas às classes desfavorecidas, como, por exemplo, o Asilo de Menores Desvalidos, fundado no Rio de Janeiro em 1875; os três Institutos de Menores Artífices, fundados em Minas Gerais em 1876, ou os colégios e associações de amparo à infância (Primeiro Jardim de Infância do Brasil, Menezes Vieira, criado em 1875), eram insuficientes e inexpressivos frente à situação de saúde e educação brasileira.

Em 1909, foi inaugurado o Jardim de Infância Campos Salles no Rio de Janeiro. Enquanto se encontravam creches na Europa desde o século XVIII, Jardins de Infância desde o século XIX, no Brasil, ambos são instituições que se difundiram com mais intensidade no século XX.

No Brasil percebe-se que todo esse movimento de abertura por instituições para atender à infância também fora influenciada pelas condições precárias que muitas crianças viviam. O índice de mortalidade no século XIX era muito alto, tema central do próximo item.

3.5-A mortalidade infantil: um impulso para o atendimento

Observa-se que no século XIX a mortalidade infantil assumia índices alarmantes. Frente ao problema, os médicos e higienistas começaram uma cruzada de valorização da função materna, que desembocou na aliança com a mulher burguesa como se poderá observar. Destacava-se, entre esses médicos e higienistas, o Doutor Moncorvo Filho, que associava a assistência infantil à nação, defendendo o controle, por parte do governo federal, de todas as instituições voltadas para proteger a infância. Ele acreditava que o poder público deveria

assumir o papel reservado aos pais das crianças pobres, a fim de protegê-las da miséria e da delinquência prevalentes nas cidades brasileiras.

Wadsworth (1999) aponta que Mocorvo Filho considerava que os pequenos possuíam um valor intrínseco, pois representavam a matéria-prima a partir da qual a futura força de trabalho poderia ser moldada. Por meio das instituições que organizou, esperava instaurar um modelo institucional de assistência à infância, em que o governo ficaria responsável pela criação de um sistema nacional centralizado de proteção aos menores carentes. Nesse sentido, em 1927, foi criado o Código de Menores, expressão máxima do controle que se queria com relação à situação presente naquele momento, documento cuja discussão será retomada posteriormente.

Os modelos elaborados por Moncorvo Filho forneceram uma perspectiva singular à respeito da criação do sistema de assistência à infância no Brasil, de modo a clarificar como os médicos, eugenistas, advogados e políticos do final do século XIX e início do século XX, percebiam a situação da infância e se reuniram para organização de instituições que tinham o fim de atender crianças pobres.

Em março de 1880, Moncorvo Filho fundou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Rio de Janeiro que se tornou o centro administrativo responsável pela coordenação de todas as outras organizações criadas por ele e da qual emanavam suas campanhas de educação e assistência. Na época preconizava a existência de uma organização à qual caberia inspecionar e regular as amas de leite. Ele se mostrava contrário a essa prática, já que defendia que a própria mãe amamentasse o filho, para evitar a contaminação e diminuir a mortalidade infantil. Além disso, ocupava-se em estudar as condições de vidas das crianças pobres do país, providenciando proteção contra abuso e negligência para com os menores, através de inspeção de escolas, fiscalização do trabalho feminino e de menores nas indústrias.

Um dos seus objetivos era a campanha e disseminação de conhecimentos sobre doenças infantis, como a tuberculose. Seus institutos chegaram a atender 121.346 indivíduos, entre eles crianças, jovens, adultos. Quando Moncorvo Filho fala sobre as instituições que criou, percebe-se que não ficou satisfeito em oferecer esses serviços por meio de organização de caridade privada, uma vez que ele esperava e defendia “arduamente” que o Instituto se tornasse o alicerce de um programa nacional de assistência à infância. Saliento tais questões, considerando que essas informações me auxiliaram a compreender como surgiam as iniciativas para a construção de um sistema público voltado para a infância que, posteriormente, defendeu não só a assistência e proteção, mas também o lado educacional. Em março de 1919, Moncorvo Filho idealizou o Departamento da Criança, um apêndice do

Instituto, que deveria atuar como uma agência de pesquisa e recolhimento de dados que seriam disponibilizadas pelo Governo Federal. No entanto, apesar dos esforços, não teve apoio financeiro do Estado.

Em 1940, finalmente, o Governo Federal criou o Departamento Nacional da Criança, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde Pública, cuja finalidade era fornecer os mesmos serviços que o Departamento idealizado por Moncorvo Filho fornecia. (WADSWORTH,1999)

Pode-se perceber uma preocupação com a educação pré-escolar dos pequenos, pois o órgão fora criado dentro de um Ministério que visava tanto ao lado assistencial, preconizando o cuidado e a proteção, quanto ao educacional.

O trabalho de assistência organizado por Moncorvo Filho teve ajuda das Damas da Assistência, mulheres pertencentes à classe média e alta, que se juntavam para ajudar em campanhas voltadas para as crianças pobres, realizando algumas campanhas e celebrações do Dia das Crianças.

3.6 - A legislação até a década de 1950.

Em termos de legislação, segundo Araújo (2005), verificaram-se algumas sinalizações como o Decreto nº.16.300, de 1923 e o Decreto nº.21417-A, de 1932, que regulamentam a obrigatoriedade de creches nos estabelecimentos industriais e comerciais, de modo que as mães trabalhadoras pudessem amamentar regularmente seus filhos. Em que pese o fato de ser instituído um direito que estabelecesse atendimento às crianças, não se verificaram muitas alterações na sua qualidade de vida, uma vez que as instituições com esse fim eram consideradas não como um direito, mas como favor. Como muitas crianças viviam em situação precária, naquele momento, o viés assistencialista alocava-se de forma mais urgente.

Kramer (1984) afirma que a assistência à infância até os meados de 1920 basicamente se dera através de instituições particulares. O 1º Congresso de Proteção da Infância apelava justamente para o apoio das autoridades governamentais⁹. No intervalo do 1º para o 2º Congresso (realizado em 1933), foram introduzidos novos órgãos na aparelhagem de assistência a infância como lactários, jardins de infância, gotas de leite, consultórios para lactantes, escolas maternais e policlínicas infantis. Havia grande defesa das creches e do atendimento público à infância desvalida e abandonada.

⁹ - A partir de 1918 vê-se surgir os patronatos.

No contexto social e político da emergência do projeto industrial brasileiro, nos anos 1930, é que a criança se torna um campo de intenções sociais. Verifica-se isso, a partir do surgimento de um conjunto de práticas que ofereciam assistência social e apresentavam medidas de controle sobre a infância dos mais pobres. Esse conjunto de práticas foi ordenado no código de menores de 1927, quando a criança pobre começou a ser identificada como “menor”. O Código de 1927 foi um marco na linha política e ideológica que conduziu, de forma hegemônica, o padrão brasileiro de proteção à infância até meados dos anos de 1980, ao mesmo tempo em que tornou visível a infância como uma área de competência jurídica própria. O Código também foi marco na segregação e diferenciação da infância dos pobres, que logo passou a ser identificada como a infância dos delinquentes e abandonados. (NUNES, 2005)

Durante os anos de vigência da política da “menoridade”¹⁰, o reconhecimento social da infância que era alvo de sistema de proteção social oscilou entre práticas que cristalizaram, por um lado, a idéia do abandono como vítima da família e da sociedade e, de outro, considerando o menor como delinquentes. Essa concepção advinha da materialidade de dois tipos distintos de práticas sociais: uma de responsabilidade de ações da esfera privada de assistência envolvendo, sobretudo, as instituições filantrópicas que se propunham a atender os abandonados e outra instituição, de responsabilidade pública, com forte presença do Estado voltada para os chamados delinquentes. (NUNES 2005 E WADSWORTH 1999)

A criação do Departamento Nacional de Criança-DNCr- objetivava unificar serviços relativos não só à higiene da maternidade e da infância, como também à assistência social de ambos. Dentre suas atribuições incluía-se tanto a realização de inquéritos, quanto o estímulo, a orientação e o auxílio financeiro aos governos estaduais e à iniciativa privada.

A tendência médico-higienista do Departamento Nacional da Criança pode ser detectada pelas atividades desenvolvidas principalmente durante a década 1940. Observam-se vários programas neste período como: combate à desnutrição, vacinação e diversos estudos e pesquisas médicas realizadas no Instituto Fernandes Figueira. Outra tendência que se observa nesse departamento foi a individual-assistencialista, incluindo-se nela os programas de fortalecimento da família e de educação sanitária¹¹.

Outro movimento que influenciou na expansão das instituições voltadas para atender à infância refere-se ao Movimento da Escola Nova, através de Anísio Teixeira, Lourenço Filho

¹⁰ - Intensificou-se a preocupação com os “menores” em situação de risco, ou seja, crianças abandonadas ou que os familiares não poderiam prover seu sustento.

¹¹ -Kramer, 1984.

e Heloísa Marinho que enfatizaram, em seus estudos, as idéias de Froebel. O programa educacional do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932, também aproximava as instituições, ao prever o desenvolvimento das instituições de educação e assistência física e psíquica às crianças na idade pré-escolar (creches, escolas maternais e jardins-de-infância).

Para Kramer (1984), embora o discurso dos educadores desse movimento não especificasse, no contexto das primeiras décadas do século XX, as crianças pequenas, os mesmos tipos de discurso surgiram anos mais tarde, em defesa da educação infantil. Em certa medida, ao abordar a questão da infância, mesmo que de forma teórica, tal discurso impulsionou a idéia de que a criança precisava de cuidados, educação, proteção, ideais que são divulgados, até o presente momento, em nossas legislações.

Em 1941 cria-se o SAM (Serviço de Assistência a Menores). Criado por Getúlio Vargas, durante seu governo, com o objetivo de unir as instituições particulares que já atendiam às crianças carentes à estrutura pública, por meio de normas e regras de funcionamento; era uma espécie de internato.

Em 1942, o DNCr projeta uma instituição que reuniria todos os estabelecimentos em um só: a Casa da Criança. Em um grande prédio foi agrupada a creche, a escola maternal, o jardim-de-infância, a escola primária, o parque infantil, o posto de puericultura e, possivelmente, um abrigo provisório para menores abandonados. Kuhlmann Jr. (2005 e 1998) concorda com o ideal do departamento: da necessidade de se pensar integralmente a criança, atendendo em um único local várias idades e modalidades.

Porém, na prática, observa-se, na leitura dos autores citados, que o atendimento voltado para a infância, principalmente, a criança pobre no Brasil, carregou em sua história o estigma do assistencialismo, pois visto que os direitos garantidos em documentos oficiais, na maioria das vezes, não eram desenvolvidos na prática.

Dentro dessa tendência assinalamos o surgimento, em 1942, sob a inspeção de Darcy Vargas e com apoio da Federação das Associações Comerciais e da Confederação Nacional dos Industriais, da Legião Brasileira de Assistência (LBA), que visava a assistir mães e crianças na primeira infância, com ênfase em programas de educação higiênica e de apoio nutricional. Seu objetivo era congregar os brasileiros de boa vontade e promover, por todo o país, serviços de assistência social, prestados diretamente ou em colaboração com o poder público e as instituições privadas, tendo em vista, principalmente, proteger a maternidade e a infância dando ênfase especial ao amparo total à família carente¹².

¹² - Kramer, 1984.

É importante salientar que o processo de industrialização no país foi intensificado nesse período. Tal fato provocou o aumento da demanda pelo atendimento às crianças, visto que muitas mulheres (mães) começaram a integrar a mão-de-obra nas fábricas. Assim, pode-se dizer que o processo de construção de instituições para as crianças pequenas sofreu forte influência do operariado.

Com a aprovação da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), em 1943, tornou-se obrigatória a criação de creches nas empresas que empregavam mão-de-obra feminina; entretanto, protegia-se apenas a amamentação do bebê, sem nenhuma conotação de uma instituição voltada para a educação da criança de 0 a 6 anos. Essa lei recomendava, ainda, a criação de escolas maternas e jardins-de-infância. Apesar da Lei, houve pouca alteração no número de instituições que atendiam a crianças pobres, além de não se ter modificado praticamente nada a qualidade de vida destas crianças. (ARAÚJO, 2005).

Pelo exposto, a preocupação com a infância foi crescente, o que se expressou na elaboração de Decretos, Documentos Oficiais e Leis. No entanto, apesar do interesse em atender a essa infância desvalida ou desprotegida, não se notaram mudanças de fato na realidade vivenciada pelas crianças carentes ou filhos de famílias trabalhadoras. As iniciativas precisavam ser mais contundentes para realmente atender tais demandas.

Até as primeiras décadas do século XX, as instituições infantis foram organizadas, principalmente, com base numa proposta assistencial, recebendo apoio de médicos, juristas e religiosos. Nesse contexto, o atendimento à infância era entendido mais como uma dádiva do que como um direito do trabalhador, sua ênfase se concentrava na alimentação, na higiene e na segurança física.

Kuhlmann Jr. (2005) completa dizendo que a concepção da “*assistência científica*”¹³, formulada no início do século XX, em consonância com as propostas das instituições de educação popular difundidas nos congressos e nas exposições internacionais, já previa que o atendimento à pobreza não deveria ser feito com grandes investimentos. A educação assistencialista promovia uma pedagogia da submissão, que pretendia preparar os pobres para aceitar a exploração social. O Estado não deveria gerir diretamente as instituições, repassando recursos para as entidades.

Novamente enfatizo que havia, e pode-se dizer que ainda existe, uma dualidade no atendimento: creches e pré-escolas tinham caráter mais assistencialista ou mais educativo. Tal

¹³ - Termo desenvolvido pelo autor em sua dissertação de mestrado. Esse termo enfatiza a questão da assistência voltada para a infância no início do século XX. Para maiores informações, ler Kuhlmann Jr. *Infância e educação Infantil: Uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

caráter era normalmente definido pela classe social das crianças atendidas. Desse modo, enquanto os filhos das classes média e dominante eram inseridos em instituições voltadas para o desenvolvimento cognitivo, as crianças pobres eram enviadas para instituições que tinham como objetivo atender às necessidades de guarda, higiene e alimentação.

Mendes (1999) revela que a Organização Mundial de Educação Pré-Escolar¹⁴ (OMEP), inaugurada no país em 1952, foi mais uma iniciativa dirigida para as crianças com idade inferior a sete anos. Salientou que sua atuação ocorre até o momento presente, sendo o objetivo atender à criança na faixa de zero a seis anos de idade, de todas as classes sociais. Trata-se de uma organização educativa internacional, desvinculada de governos. Em 1953, foi fundado no Rio de Janeiro, o Comitê Nacional da OMEP. O trabalho desenvolvido hoje pela OMEP consiste primordialmente em fazer despertar, tanto nos que trabalham em instituições pré-escolares, quanto nos que tem poder decisório no país, a consciência da necessidade de atendimento pré-escolar.

Frente ao exposto, percebe-se que o trabalho com as crianças centrava-se na alimentação, higiene e segurança física. Já o trabalho voltado para a educação, para o desenvolvimento intelectual e afetivo não era valorizado. Assim, quando se fala em educação infantil, levando-se em consideração o contexto histórico e social, vê-se que o cuidado com alimentação e com a higiene, por se constituírem necessidades básicas inerentes aos seres humanos, sempre esteve presente.

3.7-Década de 1960: intensificam-se as discussões sobre a educação infantil

Em 1961, a Lei nº. 4.024 (LDB), além de definir que os sistemas de ensino seriam responsáveis por estimular as empresas a criarem jardins de infância, determinava também que as mesmas deveriam zelar para que as crianças de idade inferior a sete anos recebessem conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes. Cabe ressaltar que as determinações legais citadas não definiam nem a responsabilidade do atendimento enfocado, tampouco quais seriam os recursos financeiros para a sua viabilização, tal postura expressou as indefinições das políticas públicas para a educação infantil no Brasil.

Os artigos 23 e 24 das Leis Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 indicam que as esferas governamentais do país começaram a atentar para a questão do atendimento

¹⁴ - A OMEP foi implantada em Juiz de Fora, no ano de 1979 e influenciou no processo de expansão da educação pré-escolar na cidade. Envolveu-se, também, com a preparação dos profissionais para trabalhar com o setor, funcionando até os dias atuais na cidade.

infantil. No entanto, não se revelava nenhum direito da criança e dever do Estado, apenas se retratava onde as crianças deveriam ser atendidas e estimulavam os donos de indústrias a construírem instituições para atender à criança menor de sete anos (MENDES, 1999).

No período dos governos militares pós-1964, as políticas sociais adotadas a nível federal, através de órgãos criados pela LBA, e a nível estadual continuaram a acentuar a idéia de creche como equipamento de assistência à criança carente, como um favor prestado a esta e sua família, intensificando-se ainda mais a ajuda governamental às entidades filantrópicas. Muitas destas, gradativamente, passaram a esboçar uma orientação mais técnica em seu trabalho, incluindo preocupações com aspecto da educação formal da criança dentro dessa instituição.

Para exemplificar, a proporção dos atendidos em instituições voltadas para crianças em idade pré-escolar até o ano de 1965, utilizei dados estatísticos mencionados por Kramer (1984) que demonstravam como esse tipo de atendimento era deficitário no Brasil.

Em 1965 havia 12.308.638 crianças em idade pré-escolar no Brasil, entre as quais, apenas 199.200 eram atendidas pelos 3.120 jardins de infância – públicos e privados-, com um déficit de 12.109.438 crianças sem qualquer atendimento¹⁵. Com esses dados e com o histórico revelado é possível observar que a questão do atendimento às crianças pequenas não era muito considerado. As atitudes para construir instituições eram muito escassas, ficando mais a cargo de iniciativas privadas e filantrópicas como já mencionado.

Outro fundo que se voltou para o atendimento de crianças pequenas no Brasil em 1965, segundo Abrantes (1984), foi o Fundo das Nações Unidas para a Infância- UNICEF- que passou a colaborar com a assistência e a educação pré-escolar no Brasil, em contato com o Departamento Nacional da Criança. As atividades iniciadas no Brasil pelo UNICEF foram feitas de forma emergencial, através de campanhas de distribuição de leite em pó. Essa iniciativa assistencial foi gradativamente evoluindo, passando a promover e auxiliar programas de nutrição, de saúde, de educação e bem-estar social. O UNICEF chegou aos países ditos de terceiro mundo ou também conhecidos por países em desenvolvimento, registrando, catalogando e mapeando a geografia da pobreza desses países.

O ensino pré-escolar, para o UNICEF, seria uma medida de apoio, utilizado no combate à pobreza e à marginalidade. O que o UNICEF queria demonstrar era que, se as crianças de 0 a 6 anos vivessem em um ambiente privado de alimentos nutritivos, de “cultura”

¹⁵ - Kramer, 1984.

¹⁶ e de estímulos, esses fatores influenciariam o desempenho escolar da criança, provocando, entre outros, o fracasso escolar.

A Legião da Boa Vontade-LBA foi transformada em Fundação pelo Decreto n° 593 de 27/05/1969 e foi responsável pelo Projeto Casulo, que objetivava, com poucos recursos, atender a um grande número de crianças.

Ao atender às crianças, o Projeto Casulo pretendia, também, possibilitar às mães espaço de tempo para poderem ingressar no mercado de trabalho, para que, dessa forma, tivessem oportunidade de aumentar a renda familiar. A instalação de uma Unidade Casulo era feita a partir de solicitação por parte dos estados, de prefeituras municipais ou obras sociais particulares. Era estabelecido um convênio entre a Instituição e o Projeto Casulo, através do qual a LBA passava a financiar a alimentação, o material didático e de consumo, os equipamentos, o material de construção. O pagamento de pessoal ficava por conta da instituição conveniada. Muitas vezes esse pessoal trabalhava sem remuneração, em regime de voluntariado (KRAMER, 1984).

Tal instituição teve forte influência no atendimento assistencial em Juiz de Fora onde firmou convênio com o município no ano de 1975. A atuação dessa instituição na cidade será tratada oportunamente, no item reservado para análise da expansão do Pré-escolar em Juiz de Fora/MG.

3.8-Década de 1970: números nos mostram a expansão da educação infantil

As primeiras estatísticas sobre a educação pré-escolar, no Brasil, datam do início da década de 1970. No Anuário Estatístico do Brasil, esses dados passaram a figurar a partir de 1974, sendo que a publicação da Sinopse Estatística do Ensino do 1º grau 1969/75 (Brasil MEC –SEEC, 1977) veio reforçar essa preocupação de diagnosticar a situação de ensino pré-escolar.

A despeito de nessa década ter havido grande euforia e expectativa com relação ao atendimento infantil, a pré-escola era privilégio de alguns. O Brasil possuía 14.139.159 crianças em idade pré-escolar (2 a 6 anos), mas apenas 346.656 estavam matriculadas no ensino pré-escolar, representado 2,45% da população daquela faixa etária; de 1970 a 1974, esse índice cresceu para 3,51%. Apesar do aumento, tal índice era extremamente baixo. Em termos regionais, os maiores índices de atendimento foram registrados junto às regiões

¹⁶ Dizer que a criança era privada de cultura porque vivia em um meio com poucos recursos financeiros era uma maneira preconceituosa e estereotipada, pois uma cultura não pode ser considerada inferior à outra porque possui menos riquezas monetárias. Nesse período havia a crença da diferenciação entre culturas, sendo mais valorizado à cultura dos ricos.

Sudeste (5,69%), Sul (3,64%) e Centro Oeste (2,72%). O Norte e o Nordeste ficaram com apenas 1,89% e 1,48%, respectivamente.¹⁷

Ferrari e Gasparry (1980) também mostraram que, a partir da década de 1970, o atendimento infantil para crianças pertencentes às famílias com baixa renda, começava a se expandir. No início, o principal objetivo dessa expansão era equalizar as oportunidades educacionais, não apenas no sentido de acesso, mas também no intuito de garantir a permanência dessas crianças na escola, fornecendo-lhes uma formação mais consistente, que compensasse a marginalidade e carência cultural a que estavam submetidas em seu meio.

Esses mesmos autores revelavam que vários planos, metas, diretrizes e pareceres foram inaugurados neste período. Tais autores destacaram, em especial, o parecer n.º 2018/74 que veio para confirmar a idéia de educação baseada na teoria educacional compensatória. Esse parecer traz em seus artigos as seguintes definições:

Que o Governo Federal inicie estudos no sentido de encontrar novas fontes de recursos financeiros para implementar os destinados ao ensino de 1º grau, a fim de subvencionar a educação do pré-escolar.

Que se busque, a curto prazo, a elaboração de legislação específicas destinadas a fixar normas e disciplinar procedimentos relacionados à implantação e ao desenvolvimento, em todo o território nacional, de programas de educação do pré-escolar destinados ao atendimento da população mais (carenciadas) da faixa etária de zero a seis anos.

Que, nessa legislação, se dê ênfase aos programas de emergência, caracterizando como de “educação compensatória” para a população de 6 a 5 ou menos, como parte integrante do ensino de 1º grau, na forma, aliás, do que preconiza o artigo 19 da 5. 692/71. (FERRARI e GASPARY, 1980)

Tais idéias estiveram presentes nos discursos e documentos oficiais que fizeram parte do processo de expansão da educação pré-escolar em Juiz de Fora. Era preciso compensar déficits trazidos pelas crianças de seu meio social, pobre de estímulos, para que estas pudessem progredir no ensino de 1º grau.

Didonet (1992) ressalta que, em 1974, o MEC organizou a administração do pré-escolar no interior do sistema de ensino, expressando assim sua preocupação com o tema: era necessário expandir o número de matrículas ou esse ensino não teria grandes significados no conjunto do sistema de ensino, não se afirmando socialmente. Já na década de 1980 houve um crescimento expressivo do número de matrículas, concorrendo para consolidá-lo como parte

¹⁷ Conforme dados Censitários de 1970 a 1975 e da Sinopse Estatística do ensino de 1º Grau 1969/75 (MEC/SEEC)

constitutiva do sistema educacional. Ainda segundo o referido autor, embora o Governo Federal tenha ensaiado políticas para a infância, até 1990 não se observaram muitos resultados.

3.9- Década de 1980: a constituinte e a educação infantil

Neste momento concentro minhas intenções em descrever algumas iniciativas do Ministério da Educação (MEC) direcionadas à educação infantil na década de 1980. O III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (PSECD), lançado neste mesmo ano pelo MEC, inclui a educação pré-escolar entre as linhas prioritárias de intervenção educacional.

Rosemberg (1992) aponta que, em virtude desse Plano, foi lançado o Programa Nacional de Educação Pré-Escolar, que previa a realização de convênios entre Secretarias Estaduais de Educação e o MEC/COEPRE (Coordenação de Educação Pré-escolar). Esse programa tentou resolver críticas formuladas à concepção de educação compensatória que havia orientado a ação programática do MEC até o referido momento. Mas, segundo análises da autora, o documento ainda preconizava uma extensão da educação infantil, com baixos custos, com apoio da comunidade. Contudo, podemos considerar de certa forma, que esse documento trouxe avanços, visto que preconizava o aumento no número de matrículas e a locação de recursos do MEC para o setor.

De acordo com Kramer e Souza (1988), durante os anos de 1981/1982, a educação pré-escolar tornou-se o programa prioritário do MEC e do Mobral¹⁸, que orientou sua estrutura administrativa para, além de manter seus programas de adultos, oferecer a educação da criança com menos de sete anos de idade.

A educação pré-escolar se tornou, nos anos de 1981 e 1982, prioridade para o MEC e MOBREAL, sendo que esse último voltava-se para o atendimento de crianças de 4 a 6 anos, além de manter seus tradicionais programas para os adultos. Essa ação teve grande repercussão, tanto que, em 1982, o Mobral era responsável por cerca de 50% do atendimento de crianças de 4 a 6 anos na rede pública. O Mobral atendia a 600 mil crianças das 1.079.176 atendidas nas instituições públicas (KRAMER 1984 e ROSEMBERG, 1999).

A educação infantil passa, então, a ser discutida como um direito e uma opção das famílias, sendo questionadas ferreamente as políticas governamentais pautadas na concepção compensatória, massificada e precarizada. Outro ponto de discussão dizia respeito à formação

¹⁸ - Através desse convênio, firmado com o Município de Juiz de Fora, foram criados os Núcleos de Desenvolvimento Infantil, que prestaram atendimento pré-escolar a baixo custo.

necessária para quem atuava na área. Foram elaborados documentos pelo MEC, em parceria com universidades e centros de pesquisas, os Cadernos da Coordenação Geral de Educação Infantil - COEDI, que em consonância com o movimento observado na área, de resgate ou “redefinição” das funções da educação pré-escolar, buscou implementar uma pedagogia da infância, evidenciando a especificidade desse segmento de ensino, procurando distingui-lo da concepção fundamentada na escolarização e/ou assistência.

Outro programa importante que surgiu em 1986 foi o Programa Primeiro a Criança, lançado pelo presidente José Sarney. A ênfase política do fato estava em ter sido o próprio Presidente da República anunciado a expressão “Primeiro a Criança” como um slogan. (DIDONET, 1992).

Em termos de políticas públicas educacionais para a educação infantil, o poder público tateava, com algumas iniciativas, durante a década de 1980, embora a Educação Infantil existisse no Brasil há mais de um século. Os avanços nos programas de políticas públicas foram certamente impulsionados pela reorganização geral da sociedade civil que provocava conquistas no âmbito da legislação, conforme já destacado.

A qualidade na educação e a igualdade de oportunidades educacionais estiveram presentes nos discursos oficiais, configurando-se como uma bandeira dos educadores ao longo de nossa história. Porém, a realidade educacional, quando analisada, mostra-nos um quadro muito diferente, apontando desigualdades nos vários níveis da educação brasileira. Observa-se uma imensa distância entre os ideais de democratização do ensino e a concretização das propostas divulgadas nos discursos oficiais. A década de 1980 configurou um período de transição na prática e no debate relativos à educação da criança pequena.

Ao observar os escritos até o momento, percebo que a década de 1980 foi uma época em que a educação deu um salto em relação as questão do número de atendimentos. Esse período foi marcado por constantes movimentos sociais como o da redemocratização política, reivindicações por melhorias na qualidade educacional, aberturas de instituições de educação infantil, principalmente creches, entre outros, que podem ter influenciado no aumento no número de crianças freqüentando creches e pré-escolas. Apesar de a educação infantil estar se expandindo quantitativamente, ressentia-se da falta de legislação que tratasse de sua especificidade.

A partir de 1987 o Programa Pré-escolar passa a ser coordenado pela Secretaria de Ensino Básico do MEC, inserido no Setor de Ensino Fundamental e Supletivo.

Kramer e Souza (1998) registraram que as implementações das ações, no período de 1975/1987, configuraram-se em respostas do Estado a determinados problemas existentes no

setor educacional, mas configuraram-se, acima de tudo como, uma resposta à mobilização e à crítica dos diferentes setores da sociedade brasileira à situação da infância. Apesar disso, esse movimento impulsionava o discurso sobre a importância da educação infantil e, pode-se dizer, provocava um avanço significativo das políticas públicas.

Munerato (2001) apresenta que, embora a educação infantil ganhasse espaço nos palcos do MEC e das Secretarias de Educação, foi com o movimento nacional “Criança Constituinte”, promovido de junho de 1986 a outubro de 1988 por vários organismos públicos e privados, que a exigência da educação infantil tornou-se realidade forte e irreversível no Brasil.

A comissão Criança Constituinte foi formada por sete ministérios e oito organizações não governamentais. Outros grupos independentes ou articulados com o Movimento Nacional Criança e Constituinte também levantaram bandeira, resultando no reconhecimento da educação de zero a seis anos como um direito da criança, uma vez que se destaca na Constituição de 1988 (art. 205) que a educação é direito de todos.

3.10- Década de 1990: anos expressivos para a educação infantil

Nesta década considero importante destacar dois documentos expressivos para a educação infantil promulgados neste período, quais sejam: O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996).

Com a Constituição de 1988 a criança de 0 a 6 anos de idade passa a ter direito à Educação Infantil. A nova Carta Constitucional reconhece, ainda, à creche e à pré-escola, um caráter educativo, tentando romper o enfoque assistencialista que permeava tais instituições.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, vem para reforçar esses direitos da criança, quando dispõe em seus artigos:

Art. 53- A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Art. 54- É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: IV-Atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos de idade.(BRASIL, 1990).

Segundo Kuhlmann (2000), o crescimento do número de instituições e de matrículas acompanha-se de definições normativas e legais, da formulação de políticas, da reformulação

de práticas, da realização de pesquisas. Devido às propostas vindas da própria área, a Constituição de 1988 vai estabelecer que as creches e pré-escolas passassem a compor os sistemas educacionais. Essa determinação constitucional ganha estatuto legal mais definido apenas oito anos mais tarde, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9.394/96.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº. 9.394/96) trouxe os seguintes dizeres referentes à Educação Infantil:

Art.29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I- Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até 3 anos de idade.

II- Pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á, mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo sendo para o acesso ao ensino fundamental. (BRASIL, 1996).

Ao discutir sobre políticas públicas para educação infantil, Barreto (2001) registrou informações estatísticas referentes à inserção de crianças na faixa etária de 0 a 6 anos na educação em 1999. Para a autora, o número crescente de crianças beneficiadas com o atendimento educacional e as novas demandas produzidas tenderiam a influenciar a postura da profissional de educação infantil, diferenciando daquela exigida nos anos 1980. A formação delineava-se como elemento imprescindível para melhorar a qualidade de ensino e para a atuação profissional.

A taxa de frequência à creche e pré-escola das crianças de zero a três anos, no Brasil, era de cerca de 9,2% em 1999, segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Para as crianças de 4 a 6 anos, era de 50,1%; além daqueles (8,1%) que, nessa faixa etária, já se encontravam no ensino fundamental. A área rural da região Norte do país não estava presente nesses dados estatísticos por ser muito pequena a presença de crianças nessa faixa etária em estabelecimentos de ensino (BARRETO, 2001).

É importante mencionar que as conquistas da Educação Infantil não atingiram todas as crianças da mesma maneira dentro da sociedade brasileira. Costuma-se perceber diferenças

relacionadas aos pequenos, pertencentes às diferentes classes sociais, ou, ainda, à criança negra e pobre.

O movimento que acompanhou a educação infantil também reflete as mudanças das relações familiares e o papel que cada indivíduo desempenha dentro da sociedade. Também se percebem mudanças radicais nas relações econômicas, sociais e políticas, o que repercute, de forma incisiva, no setor educacional em geral e na educação infantil em particular.

No final dos anos de 1990, conquistas e problemas são detectados: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 firmou a educação infantil como primeira etapa da educação básica, mas não equacionou a destinação de verbas específicas. (BRASIL, 1996)

Além disso, a gestão da educação infantil, considerando suas peculiaridades, é também um desafio a ser enfrentando em diversas frentes, quais sejam: os sistemas de ensino se deparam com a urgência de definir políticas públicas e propostas pedagógicas ou curriculares para creches, pré-escolas, escolas de educação infantil, turmas de educação infantil em escolas de ensino fundamental sem recursos, sem quadros e, muitas vezes, sem contar com a colaboração dos governos estaduais.

De certa forma, considero que a autora Rosemberg (2002), em “Organizações Multilaterais, estado e políticas de educação infantil”, especificou bem as mudanças que vêm ocorrendo nessa modalidade desde a década de 1970, quando analisou que as políticas brasileiras de educação infantil, nas últimas quatro décadas, apresentaram-se como resposta a várias tensões. Nos anos de 1970, o despertar dos novos movimentos sociais trouxe o tema para a agenda de suas reivindicações. Nos anos de 1980, pressões em diferentes sentidos provocaram, de um lado, a expansão da educação infantil, seguindo, de modo geral, o modelo de “baixo custo” e, de outro, a consciência social da educação infantil como um direito das crianças pequenas à educação e um direito de assistência aos filhos de pais e mães trabalhadores (BRASIL, 1988). Por fim, nos anos de 1990, a autora identificou o impacto das reformas educacionais contemporâneas relacionadas a órgãos internacionais e organizações multilaterais.

3.11-Educação Infantil na atualidade

Ainda que de forma superficial, enfoquei o processo de atendimento à infância no Brasil. Para isso utilizei, quando possível, bibliografia que retratava o movimento de iniciativas tomadas (privadas e governamentais), de documentos e leis promulgadas; dados estatísticos disponíveis, entre outros. A opção pela organização das informações de forma

cronológica foi feita no sentido de facilitar o entendimento, demonstrando de que maneira a questão do atendimento à infância, sobretudo a pobre, vem sendo tratada.

Assim, como bem demonstra Moncorvo Filho (1926), o problema da infância estava claramente diagnosticado, há pelo menos 100 anos, como um problema gravíssimo que necessitava da intervenção do Estado, sendo, invariavelmente, associado à pobreza. Pilotti e Rizzini (1995) complementam tal idéia afirmando que, em momento algum, tal problema fora enfrentado com uma proposta séria e politicamente viável de distribuição de renda, educação e saúde.

No caso específico das políticas dirigidas à infância, prevaleceu no Brasil a necessidade do controle social; manteve-se, pois, o abismo imenso entre infâncias privilegiadas e menores marginalizados. Sobre isso Pilotti e Rizzini (1995) dizem:

Impuseram-se reiteradamente propostas assistenciais, destinadas a compensar a ausência de uma política social e efetiva, capaz de proporcionar condições equitativas de desenvolvimento para crianças e jovens, sem discriminações de qualquer natureza. (p.14)

Embora as creches e pré-escolas para os menos favorecidos financeiramente tenham permanecido alocadas à parte dos órgãos educacionais, as suas inter-relações se impuseram pela própria natureza das instituições. Não se pode afirmar que essas instituições não tiveram caráter educacional ou não pensassem em aspectos pedagógicos. Mas, efetivamente, a pré-escola encontrava-se dividida. Embora em muitos municípios a mudança se tenha realizado, mas a segmentação do atendimento da criança pobre em instituições estruturadas precariamente continuava na agenda dos problemas da educação infantil brasileira.

A incorporação das creches aos sistemas educacionais não necessariamente proporcionou a superação da concepção educacional/assistencialista. A falta de verbas para a educação infantil tem até estimulado novas divisões, por idade: apenas os pequenos de 0 a 3 anos freqüentariam as creches; as crianças com idade superior a 4 anos seriam usuárias de pré-escolas.

Nesse panorama, percebe-se um movimento no Brasil para incorporar creches que, geralmente, pertencem a órgãos de serviço social ao sistema educacional. Isso se intensificou no ano de 1996, quando a LDB nº. 9.394 de 1996 estabeleceu que em três anos as creches fossem integradas ao sistema educacional. Esse processo demandava a reorganização interna dos órgãos administrativos do governo, pela definição de metas, pelo diagnóstico da situação encontrada, pela adequação do serviço implementado às características do novo órgão gestor,

pela configuração de um perfil educacional articulado com as características próprias da educação infantil (cuidar, educar e assistir).

Kuhlmann Jr. (2000), ao relatar sobre a situação vivenciada pelo Estado de São Paulo no setor neste período, revelava que a incorporação das creches aos sistemas educacionais não necessariamente tem proporcionado a superação da concepção educacional assistencialista.

Ao descrever e, na medida do possível, comentar cada conquista, instituição, proposta, leis, decretos, entre outros, pude perceber que o olhar sobre a infância vem sendo ampliado. A criança passa a ser considerada como “alguém”, um cidadão, que tem direitos, ou seja, é preciso pensar nessa criança como um ser em desenvolvimento.

No histórico apresentado não privilegiei apenas o segmento pré-escola, que é foco central deste trabalho, julguei pertinente destacar os acontecimentos que envolveram a Educação Infantil como um todo. Essa iniciativa se deu por considerar que todas as mudanças ocorridas influenciaram toda a educação para a infância, inclusive as ações voltadas para as crianças abandonadas que são muitas vezes “reconhecidas e consideradas como marginais”. Esses caminhos relatados me fizeram perceber não só conquistas, mas também os descompassos que influenciaram e até prejudicaram “certas crianças” de determinada época, lugar e posição social.

Destaquei três tendências neste histórico, uma voltada para a criança pobre (creches e estabelecimentos equivalentes); outra voltada para a infância da classe mais abastada (pré-escolas e jardins de infância), e uma terceira voltada para os pequenos abandonados (internatos, geralmente, com objetivos corretivo e carcerário), percebendo-se, assim, os objetivos diferenciados de cada segmento.

Atualmente, penso que, pelo menos no discurso, existe uma tendência para incorporar estas três tendências em um único segmento, ou seja, a Educação Infantil. Considero que seria justa esta união, uma vez que todas as crianças, independente da posição social, têm direito à educação e atendimento de qualidade.

No item seguinte discutirei sobre as políticas públicas no contexto político e social brasileiro, no intuito de compreender as mudanças e os reflexos na educação. A seguir, focalizarei o município de Juiz de Fora, a educação na perspectiva municipal com destaque para a educação infantil. Com essa discussão compreendi como todas as conquistas relacionadas à educação infantil são direcionadas, também, pela forma como a sociedade é pensada. Dessa maneira, as mudanças que acontecem nessa sociedade repercutem em todos os setores, inclusive na educação infantil.

4- JUIZ DE FORA, A EDUCAÇÃO E O CONTEXTO DO PAÍS

Este tópico tem o objetivo de enfatizar os contextos político, econômico, social e educacional do Brasil desde a década de 1920, quando posturas econômicas demandavam novas posturas políticas. O setor educacional, para responder a esses processos de mudanças, começa a se fortalecer, expandir para as camadas populares, sendo formuladas e implantadas políticas educacionais a partir desse marco, que modificaram a educação em todo o país. Embora tais mudanças tenham ocorrido lentamente, deixaram lacunas que precisam ser resolvidas, ainda nos tempos atuais, com relação à qualidade.

Apesar dos problemas, a educação no Brasil passou, da quase inexpressividade no início do século XX, para o aumento gradativo até à década de 1990. Nesse contexto de mudanças percebe-se que a educação voltada para a criança em idade pré-escolar passou por um processo de expansão e foi sendo incorporada na legislação timidamente, também, desde a década de 1920, sendo considerada e reconhecida como uma etapa da educação básica em 1996 pelas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96).

Compreender o contexto educacional brasileiro me auxiliou a entender de que forma, nos anos de 1980, fora possível implantar o processo de expansão da educação pré-escolar no município de Juiz de Fora¹⁹. Não se pretende generalizar e focalizar essa expansão em um único motivo, visto que fatores diversos contribuíram para tal aumento. O poder público relacionou o aumento do número de matrículas nesse segmento de ensino à melhoria da educação básica que, em 1980, era considerada como o 1º e 2º graus. Pensava-se na repetência, principalmente na primeira série, visto que, nesse período, os índices de reprovação e evasão em Juiz de Fora eram muito altos. Uma estratégia para se tentar mudar esse cenário foi a abertura das Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), que atendiam as crianças na faixa etária de 4 a 6 anos, em uma perspectiva de educação compensatória.

Defendia-se uma educação pré-escolar como um segmento de ensino que auxiliaria a criança pobre a amenizar suas deficiências nutricionais, psicológicas, motoras, pedagógicas, além de ensinar **bons hábitos**, que não eram trazidos do meio social do qual a criança advinha

¹⁹ - Ao me deparar com os dados recolhidos no campo sobre as políticas educacionais voltadas para a educação da infância menor de 7 anos na cidade Juiz de Fora, com falas de protagonistas do processo de constituição das Escolas Municipais de Educação Infantil na cidade na década de 1980 e na repercussão dada por dois jornais de circulação local – Diário Mercantil e Tribuna da Tarde-, sobre os mesmos temas, pude perceber que os acontecimentos educacionais locais se davam permeados aos contextos políticos, econômicos e sociais brasileiros, que repercutiram no Município, o que me auxiliou a compreender suas respostas diante das políticas implantadas nacionalmente, que refletiam a forma de pensar o Brasil.

e eram considerados como um dos quesitos para se melhorar o desempenho escolar dos pequenos carentes financeiramente.

É importante destacar que busco entender como a educação, de modo geral, foi sendo pensada no decorrer das décadas e a forma como seu desenvolvimento se deu sempre atrelada aos interesses econômicos e políticos do país. Os autores com os quais dialogo para melhor compreender tal questão apontam que diversas lacunas se fazem no processo. Neste texto busco defender que a má qualidade do ensino não se encontrava unicamente nas deficiências trazidas pelas crianças de seu meio social, mas, sim, atrelada a um conjunto de fatores que levaram o ensino público brasileiro, sobretudo o ensino básico, a ter diversas falhas.

O sistema educacional regular brasileiro necessitava de mudanças urgentes, para que o ensino atendesse às demandas de uma nação que almejava o desenvolvimento. Como a educação no Brasil sempre esteve atrelada ao contexto econômico quando este se alterava, era necessário que o sistema educacional também se ajustasse. Entretanto, na realidade, este não conseguiu superar suas defasagens, visto que, ainda hoje, é alvo de problemas.

Outro fator que me despertou o interesse em resgatar o desenvolvimento da educação a partir da década de 1920 foi a implantação de uma instituição pública voltada para a criança menor de 7 anos no município, denominada Jardim de Infância Mariano Procópio, primeira escola infantil de Juiz de Fora, inaugurada em 1926, e, posso afirmar, pioneira da região. Esta iniciativa do Governo Estadual inseriu-se nesse contexto político que pretendo destacar, pois, nesta época Juiz de Fora era destaque econômico em Minas Gerais, sendo alvo de investimentos por parte das esferas governamentais (estadual e federal) em todos os setores, inclusive no educacional.

Embora Juiz de Fora nesta época mantivesse instituições escolares na zona rural, estas se apresentavam precárias, contavam com profissionais leigos e atendiam apenas ao contexto da zona rural, o que acabava não contribuindo, de forma efetiva, para o desenvolvimento industrial da cidade. Nas três primeiras décadas do século XX, cabia aos estados o compromisso com as escolas urbanas, enquanto os municípios geriam, deficitariamente, as escolas rurais.

Apesar de o sistema educacional municipal apresentar defasagens, tal como o restante do país, Juiz de Fora sempre buscou se adequar às políticas desenvolvidas nacionalmente. Assim, preocupava-se com o setor educacional, tanto que foram inauguradas várias escolas no início do século XX, ainda que muitas delas não atendessem às expectativas nem do contexto econômico e tampouco da população. O município, por sua vez, insere-se no estado de Minas Gerais que durante muito tempo se destacou e ainda se destaca no cenário político e

econômico da nação, chegando a dividir com São Paulo a Presidência do País por vários mandatos presidenciais (Política do Café com Leite²⁰). Outro fator, que contribuiu para que Juiz de Fora estivesse implantando os programas nacionais foi estar sempre em contato com o Distrito Federal, que funcionava, no início do século XX, no Rio de Janeiro, muito próximo da cidade.

Essa iniciativa de explicitação de ações que permitiram a configuração política, econômica e social do país também contribuiu para o entendimento dos investimentos realizados pelas lideranças locais em Juiz de Fora, que perceberam a necessidade do setor educacional para o desenvolvimento da cidade.

Nas primeiras décadas do século XX, não havia instituições municipais que atendessem à faixa etária de 0 a 6 anos. Documentos recentes²¹ trouxeram registros sobre uma associação privada – Associação de Damas Protetoras da Infância-, que distribuía alimentação e assistência médica para os pequenos; sobre orfanatos filantrópicos e religiosos e atuação da Santa Casa de Misericórdia, que recebia crianças abandonadas e uma escola estadual - Jardim de Infância Mariano Procópio -, que atendia a crianças em idade pré-escolar.

O contexto político, econômico e social juizforano, apesar de suas especificidades, não se distancia muito da realidade nacional, porém em alguns setores, a cidade se mostrou pioneira: municipalizou a merenda escolar, foi a primeira da região a implantar uma rede de pré-escolar, uma das primeiras a municipalizar o Sistema de Ensino, criar o Conselho Municipal de Educação²², entre outros. Por outro lado, manteve-se tradicional, principalmente nos setores industriais, o que afetou o desenvolvimento do município nas décadas de 1980 e 1990²³.

²⁰ - No início do século XX as lideranças nacionais eram alternadas entre Minas Gerais e São Paulo, estados que se destacavam no cenário agro-exportador.

²¹ - Artigos dos Jornais Diário Mercantil, Tribuna da Tarde, documentos da Secretaria de Educação.

²² - Em 1985 o Decreto 3.202, de 08 de fevereiro de 1985 aprovou o regulamento do Conselho Municipal de Educação de Juiz de Fora que foi o primeiro município, no estado, a reivindicar a delegação de competências por parte do Conselho Estadual para o funcionamento de tal órgão educacional. A delegação de competências pela Resolução n°. 3.335, de 19 de dezembro de 1985, do Conselho Estadual de Educação, atribuiu ao município a autonomia em relação as escolas de sua rede, bem como em relação às escolas privadas de primeiro grau. O argumento utilizado, segundo Crespo (2002), junto aos conselheiros estaduais, era a vantagem de que os conselheiros municipais estariam mais próximos da realidade de Juiz de Fora, que poderiam fazer fiscalização diretamente e acompanhar o funcionamento da rede de ensino.

²³ - Segundo informações trazidas pelos jornais locais o próprio pioneirismo da região foi a maior causa de sua decadência. As indústrias aqui se instalaram em uma época em que o capitalismo industrial engatinhava no Brasil. À época prevalecia o capitalismo concorrencial, alicerçado na empresa familiar. Assim, nosso sistema empresarial se caracterizou por uma grande quantidade de pequenas indústrias sem condições de bons desempenhos de crescimento, pela própria origem de seu capital social. Com a morte dos fundadores dessas indústrias, os herdeiros, já sem as fortes amarras da família patriarcal, tendiam a transformar a unidade original em 2 ou mais organizações de menor porte, o

Iniciarei o item posterior destacando como o Brasil se organizou politicamente desde a década de 1920, momento de mudanças e conflitos que estavam atrelados, muitas vezes, aos aspectos econômicos, que atingiam também o contexto educacional. Finalizarei este item descrevendo, minimamente, a situação econômica e política do Brasil na década de 1990. Enfatizarei também Juiz de Fora, destacando como determinadas políticas no município e como estas influenciaram no processo de expansão da educação pré-escolar na cidade.

4.1-Breve resgate das mudanças no País pós 1920

Neste tópico que prossegue procedi a incursões pelos campos da História da Educação e Política do Brasil, que me auxiliaram a elucidar como o setor educacional foi sendo moldado, desde a década de 1920, quando o Estado percebeu – ou foi levado a perceber - sua necessidade diante do desenvolvimento do país. Esse desenvolvimento se intensificou, posteriormente, no processo de industrialização e urbanização, que mudou as configurações políticas e econômicas brasileiras, possibilitando que a nação deixasse de ser exclusivamente produtora agrícola, exigindo uma nova formação educacional das camadas populares.

Desde a década de 1920, a situação interna brasileira modificava-se gradativamente, gerando uma crise no sistema econômico e, pode-se dizer, até político do país. Essa crise, provocada pela disputa entre grandes e pequenas oligarquias, foi tornando-se mais intensa com o aparecimento no cenário político dos grupos médios urbanos, do operariado devido à intensificação do processo industrial no Brasil. Esses grupos contribuíram de certa forma, para aceleração e rompimento do tradicionalismo econômico, político e social que permeou a vida brasileira durante toda a República Velha. Nesse novo modelo econômico, apoiado cada vez mais no capitalismo, a educação se torna necessária.

As bibliografias consultadas permitiram perceber que a educação no Brasil foi se desenvolvendo acompanhando as mudanças econômicas, já que o sistema econômico determinava e determina a demanda dos recursos humanos que devem ser preparados pela escola. Isso fica claro quando olhamos mais de perto o caso brasileiro. Enquanto era dominado pelas grandes oligarquias e burguesia (paulista) agrárias²⁴, que não necessitavam de

que obviamente iria diminuir a sua produtividade, além de os empresários locais não conseguirem acompanhar as mudanças tecnológicas pelas quais o país vinha passando. (Diário Mercantil, 04/04/82, p. 8).

²⁴ - No início da República, a organização do Estado por meio de um pacto federativo foi ofuscada por um outro pacto – o dos coronéis- em torno do monopólio do poder (Política do Café com Leite). Para tal, era preciso manter intocada a base agro-**exportadora, pois**, assim, estaria assegurada a dependência da imensa maioria das camadas populares,

mão-de-obra qualificada, o sistema educacional caminhou em passos muito lentos, atingindo uma pequena porcentagem da população. Porém, quando a economia se modificou e o setor industrial começou a se desenvolver com mais intensidade, a escola se tornou imprescindível, passando o Estado a investir mais nesse setor, nem que fosse por pressões dos empresários e da população. Estas mudanças não ocorreram de forma homogênea em todas as regiões brasileiras.

Não apenas o setor econômico influenciou no crescimento educacional no país, mas também o sistema político influenciou na forma como se organizava e se propiciava a sistematização do ensino. Romanelli (1978) explicitou essa influência do setor político, dizendo que:

[...] em princípio porque o legislador é sempre o representante dos interesses políticos da camada ou facção responsável por sua eleição ou nomeação e atua, naquela organização, segundo esses interesses ou segundo os valores da camada que ele representa. (p.14).

O equilíbrio instável que mantinha as oligarquias no poder político foi rompido quando, no ano de 1928, a candidatura de Júlio Prestes à Presidência foi imposta pelo Estado de São Paulo. Ora, pela famosa Política do Café com Leite o candidato deveria ser um mineiro, de preferência o governador de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada.

Em decorrência da candidatura de Júlio Prestes, Minas Gerais, insatisfeita, passou a apoiar o candidato de oposição, Getúlio Vargas, da Oligarquia Gaúcha. Formou-se a Frente Ampla – Aliança Liberal - contra São Paulo, unindo Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, pois João Pessoa era candidato à vice-presidente na chapa de Vargas.

Neste período o Brasil envolveu-se em um conflito político, a “Revolução de 1930”²⁵, que foi consequência da Política dos Governadores e responsável pela ascensão de Getúlio Vargas ao poder, no qual permaneceu por 15 anos. Este, também, foi responsável pela mudança na estrutura política brasileira, possibilitando o aparecimento de uma política apoiada no desenvolvimentismo²⁶, que surgiu contra o domínio oligárquico e a favor de uma centralização do poder, considerada indispensável para a unificação e organização da

presas ao universo rural, analfabetas, vivendo em péssimas condições de vida e sujeitas ao controle eleitoral e a uma política paternalista. (CRESPO, 2002)

²⁵ - A morte de João Pessoa por um fanático político na Paraíba foi um pretexto para o início do movimento revolucionário de 1930, visto que a crise perdurava entre os opositores políticos.

²⁶ - Movimento de visava o desenvolvimento industrial e a modernização do país.

sociedade e da economia no País, condição para que o novo modelo econômico, pautado na modernização do Brasil, fosse implantado dando suporte à industrialização.

Esse movimento de modernização do país exigia uma diversificação da economia, deixando para trás a exclusividade do setor agrário. Não se pode deixar de destacar que o setor social devia acompanhar essas mudanças e precisava ser incorporado na legislação para a garantia dos direitos civis da população. Neste período a desigualdade social no País era muito elevada, o que levava muitos brasileiros a viverem em situação de miséria. Assim, a educação, além de ser necessária para suprir a mão-de-obra das indústrias, era necessária à modificação desse cenário de pobreza, para que o Brasil se desenvolvesse e modernizasse.

Com essas expectativas de mudança de condições sociais, a sociedade começa a se organizar para reivindicar, entre outras melhorias sociais, a educação. Essa pressão popular recebeu apoio dos empresários que tinham interesse que uma parte da população se escolarizasse para exercerem atividades profissionais mais qualificadas nas indústrias implantadas no País.

Refletindo o momento vivido pelo Brasil, os governantes começaram a investir em educação²⁷. Uma das primeiras iniciativas foi a criação do Ministério da Educação e da Saúde, um órgão federal e centralizador das decisões educacionais, para expressar a importância de se valorizar o homem pela educação, difundindo a educação primária em todo o país e para escamotear, também, as desigualdades sociais, pois a educação passa a ser oferecida ao maior número de pessoas possível. Nesta época a educação não se encontrava equalizada e as pessoas, através de seus esforços, deveriam lutar para mudar as suas condições sociais. Esse discurso isentava as responsabilidades dos governos pelas desigualdades sociais no Brasil.

Apesar dos esforços políticos se concentrarem, nesta época, na educação primária, os outros segmentos de ensino como técnico-profissionalizante, o ensino secundário e o superior começam, também, a serem preocupações dos políticos. Porém, o setor que necessitava de investimentos urgentes era a educação primária, visto que os índices de analfabetismo eram alarmantes. Em 1922, segundo Romanelli (1978), o Brasil apresentava um índice de cerca de 80% de analfabetos.

²⁷ - Outras conquistas adquiridas neste cenário nacional: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; Conselho Nacional do Café, que retirou de São Paulo o controle dos negócios cafeeiros, mas esse estado continuou com o controle do Ministério da Fazenda; nacionalização de algumas indústrias estrangeiras; Lei eleitoral de 1932, que estabeleceu voto secreto e obrigatório à camada escolarizável, daí também a necessidade de alfabetizar o povo, e, não se pode esquecer da Constituição de 1934.

Com esse impulso por educação, Romanelli (1978) destaca que, em 1924, criou-se a Associação Brasileira de Educação (ABE), que lutou pela defesa da escola pública e abriu caminhos para o Movimento dos Pioneiros da Escola Nova, possibilitando ue o debate sobre a educação se ampliasse, chegando a influenciar na Constituição de 1930 e na Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, que só seria aprovada em 1961.

Logo nos primeiros anos do governo Vargas, a ABE promoveu uma Conferência Nacional sobre a educação, na qual solicitou aos membros ali presentes que elaborassem um documento que refletisse o pensamento educacional no Brasil. Nascia o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, que, segundo Romanelli (1978), influenciou a evolução do sistema educacional brasileiro e representou o pensamento da ala jovem de educadores que tinham experiências no campo político-administrativo em seus estados. Mas apesar das novas idéias, na educação, neste momento, continuou a prevalecer o predomínio das velhas concepções.

Outros fatores que impulsionaram a expansão do ensino na década de 1930 foram o crescimento sensível da demanda social, provocado pelo aumento demográfico, e a intensificação do processo de urbanização. O primeiro, responsável pelo crescimento da demanda potencial de educação; já o segundo, pela evolução dessa demanda que se tornou aos poucos efetiva.

Esse movimento de industrialização impulsionou a saída da mulher para o mercado de trabalho. Nessa perspectiva, ao mudar a economia nacional e as políticas serem moldadas para atender este tipo de sociedade, não só a educação básica era imprescindível para atender às indústrias como a educação infantil, começa a se constituir como uma necessidade, ainda que com finalidades diferentes.

A primeira, relacionada à aquisição de conhecimentos para suprir a mão-de-obra qualificada, e a segunda, como espaço para que as crianças permanecessem em um local (creche) seguro enquanto as mães trabalhassem fora. Sendo assim, mesmo com especificidades diferenciadas, tanto a educação primária quanto a educação infantil se tornaram necessárias para atender a um mesmo movimento nacional de mudanças políticas.

Apesar da necessidade das duas instituições ser explícita em momentos próximos, os governantes se preocuparam, inicialmente, com mais intensidade, com o ensino primário, organizando políticas educacionais, construindo escolas, entre outros. Já a educação infantil foi mantida, em sua maioria, pela iniciativa privada e filantrópica. Até a sua incorporação em documentos oficiais, as iniciativas foram tímidas, destacando-se apenas em 1988, quando a Constituição passa a considerar esse segmento educacional como um direito das crianças

menores de 7 anos. Todavia, não podemos negar que os dois segmentos começaram a se fazer necessários, permeados pelos mesmos contextos políticos e econômicos.

Algumas instituições de educação pré-escolar²⁸, com caráter pedagógico, foram implantadas nas duas primeiras décadas de 1920, como: escola anexa à Escola Normal Caetano de Campos (São Paulo, ano de 1896²⁹), Escola Delfim Moreira (Belo Horizonte, 1908³⁰), Jardim de Infância Campos Sales (Rio de Janeiro, ano 1909), e o Jardim de Infância Mariano Procópio (Juiz de Fora, ano de 1926), escolas públicas que atendiam a crianças em idade pré-escolar, demonstrando que esse segmento começa a ser considerado importante para os pequenos. Embora os políticos tivessem essa consciência, não investiram nesse setor de forma maciça, deixando-o a cargo de outras instâncias. Nesse sentido, gostaria de destacar que a presença de uma unidade de ensino pré-escolar no município de Juiz de Fora demonstra como este se inseria em políticas nacionais, acompanhando os grandes centros que geralmente absorviam as políticas públicas mais rapidamente.

Tais instituições também estavam relacionadas à perspectiva de industrialização, urbanização e modernização da sociedade brasileira, que começou a se intensificar nesta época.

Retornando à expansão do setor educacional, pode-se dizer que, apesar de ser explícita a necessidade de expansão da educação para as camadas populares, esta não foi suficiente, pois se mostrava deficiente, tanto em aspectos quantitativos, quanto em aspectos qualitativos. O sistema de ensino apresentava características na década de 1930 que confirmam tais observações, como: *“falta de oferta suficiente de escolas; baixo rendimento do sistema escolar; discriminação acentuada”* (ROMANELLI, 1978, p.15)

Um documento que refletiu este impulso pela melhoria quantitativa e qualitativa da educação foi a Constituição de 1934, que estabeleceu o ensino primário gratuito e de frequência obrigatória. Estabeleceu também que o Governo Federal aplicasse 10% e os Estados e Distrito Federal nunca menos de 20% da renda resultante dos impostos para manter e desenvolver os sistemas educativos. Esta foi a primeira Constituição a fazer uma vinculação da educação com recursos orçamentários. Embora tenha representado um avanço para o setor

²⁸ - Estas instituições, em sua maioria, aplicavam, entre outros estudiosos, as idéias de Froebel, que teve papel de destaque nos debates educacionais e nas práticas de educação das crianças pequenas. Educação infantil atendia ao projeto de transformação da sociedade brasileira numa sociedade moderna, industrializada e urbanizada.

²⁹ - Primeira escola pública criada com objetivo de atender a crianças com idade inferior a sete anos, materializada na proposta educacional do Partido Republicano Paulista. (Kuhlmann Jr., 2000).

³⁰ - Escola Infantil, inaugurada em 1908, em homenagem a Delfim Moreira. Juiz de Fora, em 1907, também foi inaugurada uma escola com o mesmo nome.

educacional, a Carta não mencionou o ensino infantil, o que demonstra a falta de investimento por parte da esfera governamental nesse segmento. Havia um movimento que impulsionava a abertura de instituições (creches, pré-escolas, Jardins de Infância), porém as esferas políticas não se responsabilizavam pelo setor, transferindo-o para outros.

Os contextos políticos e econômicos nacionais que se atrelavam, nesta década de 1930, à tentativa de modernização do País atingiram diversos municípios brasileiros que se organizaram para responder aos anseios nacionais. Entre eles, destaque Juiz de Fora que se inseriu nesse processo de modernização da economia desde o início do século XX, com a implantação de várias indústrias de grande, médio e pequeno porte. Dessa forma, era uma cidade que necessitava de atenção por parte das esferas governamentais federal e estadual, uma vez que demonstrava ser receptiva às políticas nacionais. A cidade muitas vezes se mostrou até pioneira em alguns aspectos como implantação de usina de energia elétrica, instalação de indústrias, abertura de escolas de Educação Pré-Escolar - primeira da região-, entre outros. Também iniciou o processo de expansão de sua rede de ensino, com abertura de diversas escolas. Entretanto, apesar desses impulsos renovadores, Juiz de Fora era uma cidade tradicionalista, o que repercutiu anos mais tarde em seu atraso econômico e social.

Percebe-se, também, que a rede de ensino mais organizada nessa época no município de Juiz de Fora era a Rede Estadual – escolas feitas em construções adequadas, propostas pedagógicas organizadas e professores preparados. A esfera estadual entendera que era necessário investimento educacional na cidade, que se destacava no contexto econômico mineiro, não só industrial, como no cafeeiro. Neste período o Estado era responsável pelas escolas da zona urbana, já as instituições escolares de responsabilidade municipal se localizavam na zona rural.

Retornando ao contexto político brasileiro, após a década de 1930, as elites governamentais, influenciadas pelo ideário liberal norte americano, acreditavam que era necessário reformular ações do Estado, racionalizando-o e estruturando suas atribuições político-burocráticas. Além disso, era preciso remodelar a infra-estrutura criando mecanismos para melhor qualificar os trabalhadores para as indústrias que se desenvolviam no contexto de uma economia voltada para substituição de importações. Uma das maiores preocupações do Estado com uma política educacional voltava-se para a formação da força de trabalho. Nesse sentido, a regulação dos requisitos educacionais teria como objetivo a inculcação da ideologia dominante.

Na década de 1940 os trabalhadores foram contemplados pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), 1943. Esse documento também privilegiava a infância, apesar de o

governo transferir responsabilidade para o setor privado, na medida em que estimulava, em seu artigo 389³¹, os donos de fábricas a criarem creches para filhos de mães trabalhadoras. Tornava-se necessário fazer algo pela infância brasileira e, como o governo alegava não ter recursos para tal, estimulava outras instâncias.

O deslocamento de grandes contingentes populacionais do meio rural para as cidades deu origem ao aparecimento de uma nova camada social, o proletariado urbano, massas operárias cuja força política passou a ser explorada. As cidades industriais, cujo aumento populacional foi geralmente superior às necessidades das indústrias que possuíam, passaram a presenciar uma série de problemas que antes não conheciam, tais como: falta de condições de habitação, gerando o aparecimento de favelas; a necessidade urgente de ampliação dos serviços de saneamento básico; necessidade de ampliação da rede escolar para atender à população crescente, aumento da criminalidade. Esses problemas não se concentraram apenas nos grandes centros, mas em vários municípios do País.

Juiz de Fora inseriu-se nesse processo e apresentou os mesmos problemas mencionados neste período, quando intensificou a chegada de migrantes da zona rural e de regiões vizinhas, que vinham para a zona urbana em busca de oportunidades de emprego. Entretanto, como fora destacado no contexto nacional, o Município não atendia satisfatoriamente a todos, o que acabou por acarretar dificuldades, como: falta de moradias, gerando bairros periféricos com contingente populacional carente, que se instalava principalmente em loteamentos clandestinos e invasões, sem infra-estrutura; falta de emprego; falta de escolas; saúde precária; alto índice de mortalidade infantil; entre outros. Dessa forma, eram necessárias providências do município para garantir serviços de saneamento básico; ampliar escolas para atender à população crescente; ampliação da rede de saúde; resolver o problema do abandono de crianças e enfrentar o aumento da criminalidade, entre outros.

Em meados de 1950, com o governo Juscelino Kubitschek, houve uma retomada na política desenvolvimentista, mantendo-se, entretanto, a dependência externa nas áreas de tecnologia e financiamento. Essa dependência econômica foi acentuada pela dependência política, passando os representantes do capital externo no País a exercer influência na política interna.

No princípio dos anos de 1960, o Brasil viveu um período de efervescência política e econômica, caracterizada pela inflação, pela dívida externa e por uma forte pressão norte-

³¹ - O artigo 389 da CLT em seu parágrafo primeiro diz: os estabelecimentos em que trabalham pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar, sob a vigilância e assistência, seus filhos, durante o período da amamentação.

americana em defesa de seus investimentos no território nacional. O governo de João Goulart, em 1964, comprometido com reformas de base e anunciando reforma agrária, passou a sofrer uma forte pressão da classe trabalhadora que, em mobilização conjunta com diversos setores, como organizações sindicais, partidárias, associações profissionais, estudantis e ligas camponesas reivindicaram, dentre outras coisas, o fim da crise econômica e das desigualdades sociais.

Como deixou claro Oliveira (1994), vários estudiosos mostraram que, à época, existiu um movimento constituído por grupos conservadores que se identificavam com a figura de Tiradentes e defendiam a ordem, a liberdade, a família, a prosperidade, além de liderarem uma propaganda anticomunista nos programas de rádio e da televisão. Era o chamado movimento “Novos inconfidentes”. Sobre essa participação de Juiz de Fora nesse contexto, a autora afirmou que:

Em 31 de março de 1964, iniciou-se o movimento, a partir de Minas Gerais, especificamente de Juiz de Fora. Foi liderado pelo general Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, sediada na Cidade.

A década de 1960 viveu uma transformação política que modificou a representação nacional, influenciando todos os municípios. Configurou-se a ditadura militar, caracterizada por um governo centralizador e autoritário que, com o poder nas mãos, cassou vários direitos políticos daqueles que se opunham ao golpe e instituiu a censura. Durante esse regime o ensino sofreu várias modificações. O processo educacional brasileiro foi transformado visando garantir a base do desenvolvimento a que o país estava submetido. A educação foi atingida em todos os níveis, negando-lhe o papel fundamentalmente questionador e crítico. Da escola primária até as universidades, todos passaram por um processo de adequação às exigências do governo ditatorial, quer quando os conteúdos e currículos foram alterados, quando determinados temas deixados de ser discutidos, ou professores perderam seus postos de trabalho.

Com a instalação do regime militar, o Brasil aprofundou sua crise social, aumentou a desigualdade e cresceu a dívida externa. No município, diversos movimentos foram feitos em defesa da democracia, da liberdade de expressão, da anistia, da liberdade de imprensa e da realização de eleições diretas.

A década de 1970 constitui-se num período de grande descontentamento popular, de crise do modelo econômico implantado pelo regime militar, o que conduziu a um lento processo de “abertura política”. Em 1974 iniciou-se uma abertura lenta, gradual e irrestrita em

direção à democracia e, em 1979, o general João Batista de Oliveira Figueiredo, para desarticular a oposição que crescia cada vez mais, admitiu o pluripartidarismo. (JUIZ DE FORA, 2006)

Juiz de Fora não ficou imune a esse processo de transição, de abertura política. A cidade contou com a atuação de muitos estudantes, operários e políticos de projeção nacional. A década de 80, na cidade, constituiu-se num período de fortalecimento dos movimentos populares, de criação de vários partidos, do fortalecimento de vários sindicatos, como o dos professores, os têxteis, os telefônicos, os ferroviários e os bancários. (p. 63)

Em meio à repressão, ocorreu o chamado “Milagre Econômico”, fase em que, graças ao imenso afluxo de capital estrangeiro, o país virou um canteiro de obras. A criação de muitos empregos para atender à demanda gerada pela construção de estradas, centrais elétricas e fábricas, alimentou a ilusão de que o Brasil se desenvolvia e de que o povo se enriquecia. Na realidade isso era uma inverdade, pois enquanto alguns setores da sociedade prosperavam acumulando riquezas, o povo empobrecia e o país se tornava cada vez mais endividado e sem soberania.

Esse “milagre” aconteceu quando militares, tecnocratas, firmas internacionais, burguesia, composta por banqueiros, industriais e exportadores, viveram um momento de euforia dado o crescimento do Produto Interno Bruto - PIB. Dentre outros fatores que levaram ao milagre econômico, destaque: reconcentração de renda; crescimento das indústrias de artigos de luxo; desenvolvimento das indústrias de bens duráveis, expansão do sistema de crédito ao consumidor; aumento do consumo das classes alta e média; abertura externa da economia, com o aumento considerável das exportações; papel desempenhado pelas empresas estatais. Empresas multinacionais passaram a dominar quase com exclusividade os setores químico-farmacêuticos, mecânico, eletrônico, metalúrgico e automobilístico.

Entretanto, esse “milagre” teve uma curta duração. Em breve espaço de tempo começou a surgir os primeiros sintomas de sua crise. Os aspectos negativos dessa corrida eufórica em direção ao desenvolvimento começaram a se apresentar. Dentre esses aspectos, podemos citar que a internacionalização da indústria deixou para o capital nacional privado apenas setores tradicionais, a dependência externa se agravou, houve considerável diminuição do valor real dos salários e ocorreu a proliferação do subemprego. Essa situação foi se agravando durante toda a década de 1970.

Os debates que eram travados com relação ao ensino se concentravam em seu caráter tecnicista e, mais uma vez, os rumos se desviaram das verdadeiras necessidades da sociedade. As insatisfações sociais levaram o sistema a modificar a sua conduta, posto que a manipulação do autoritarismo poderia provocar um quebra na estrutura montada a partir de 1964. As mudanças políticas e o fim gradativo do regime de exceção vieram como paliativos da crise econômica, ou seja, as preocupações do governo estavam, entre outras, em desviar a atenção do povo para as transformações políticas, para que não questionasse a dura realidade em que vivia.

A transição política brasileira começou com a crise de Estado de 1983-1984 e terminou com o primeiro governo do Fernando Henrique Cardoso, momento em que o Estado ganhou estabilidade segundo um novo padrão hegemônico de dominação, moderadamente liberal em assuntos econômicos e completamente identificado com a democracia representativa (SALLUM, Jr, 2003).

Nessa transição, a democratização política foi mais importante na década de 1980, ao passo que a liberalização econômica destacou-se nos anos de 1990. Esse processo se completou no contexto de transnacionalização do capitalismo, desencadeado pela globalização, e da democratização da sociedade brasileira.

Desde meados da década de 1970, as idéias predominantes nos países centrais e nas agências financeiras multilaterais em relação à política econômica moveram-se na direção do controle rígido de contenção de gastos públicos, principalmente em políticas sociais e de controle monetário, muito presentes nos programas implantados nesta época, principalmente os voltados para a infância pobre, cujo lema era “atender muitas crianças com poucos recursos, principalmente públicos”, que acarretava muitas vezes o achatamento da qualidade dos serviços prestados aos pequenos. Arrisco a dizer, que, muitas vezes, eram tomadas medidas paliativas, que não atacavam a causa e não resolviam os problemas da infância pobre, pautando-se em diversas áreas, como: saúde, educação, alimentação, moradia, entre outros.

A política social brasileira, segundo Vieira (2007), compõe-se e recompõe-se, conservando em sua execução o caráter fragmentário, setorial e emergencial, sempre sustentada pela imperiosa necessidade de dar legitimidade aos governos, que buscavam bases sociais para manter-se e aceitam seletivamente as reivindicações e até as pressões da sociedade.

Esse resgate histórico me auxiliou a compreender que a expansão da educação pré-escolar e das políticas educacionais se deu permeada por processos políticos que estavam

relacionados ao setor econômico e que eventos como a industrialização e mudanças de posturas políticas trouxeram para o país uma série de exigências que repercutiram em todos os setores da sociedade. Destacando a educação pré-escolar, percebemos que esta se expandiu lentamente desde a década de 1920 e acelerou seu crescimento a partir da década de 1980. O Estado adiou por muitos anos a responsabilidade por esse setor. A partir dos anos de 1980, embora o governo tenha começado a investir nesse segmento educacional, não o fez de forma suficiente para atender a todos com qualidade. Na realidade esse atendimento se mostrou carente e recebendo poucos recursos governamentais também na década de 1990. Nessa década, a educação infantil passou a ser considerada como primeira etapa da educação básica, um avanço significativo na política para o setor, além de conquistar proposta curricular própria e continuar aumentando o volume de investigações sobre a educação infantil e o número de vagas.

4.2 - Juiz de Fora - Pelas Veredas de sua História

Para conhecermos um pouco mais sobre Juiz de Fora, município onde foi realizada a pesquisa, julgo necessário contar um pouco sobre a sua história, mesmo que sucintamente.

O Plano Decenal de Educação de Juiz de Fora de 2006, assim como o Plano Municipal de Educação de Juiz de Fora de 1972, tiveram a preocupação de demonstrar, em um breve histórico, o surgimento da cidade. Estes perceberam que a forma como a cidade foi se desenvolvendo influenciou na configuração do seu sistema educacional, em todos os níveis. Sendo assim, algumas informações importantes destacadas nesta dissertação foram retiradas desses documentos oficiais. Outros documentos que contribuíram para a construção desse resgate histórico foram: Diagnóstico de Análise da Situação Sócio-Econômica de Juiz de Fora (1979), Juiz de Fora: Passado e Presente, obra elaborada em homenagem aos 150 anos do município, e algumas referências bibliográficas que se dedicaram aos estudos da história da cidade.

Juiz de Fora teve sua origem ligada ao período de mineração aurífera em Minas Gerais no século XVIII. Durante o período minerador, por volta de 1703, foi construída uma estrada chamada Caminho Novo para facilitar o transporte dos minérios. *“Às suas margens surgiram diversos pontos de registros e fiscalização do ouro, que era transportado em lombo de mula, dando origem às cidades de Barbacena e Matias Barbosa [...]. Também [...] Santo Antônio*

do Paraibuna, que daria origem, posteriormente, à cidade de Juiz de Fora.” (OLIVEIRA, 1994, P.18).

No ano de 1853, a Vila de Santo Antônio do Paraibuna, ao ser elevada à categoria de cidade, recebe o nome de Juiz de Fora. Essa denominação deveu-se ao título dado ao magistrado que, no tempo colonial, era nomeado pela coroa para atuar onde não houvesse Juiz de Direito.

A produção de café no século XIX desenvolvida nessa região merece destaque, pois possibilitou a transformação de Juiz de Fora em principal núcleo urbano da região. Também promoveu a instalação do trabalho escravo, que teve sua importância na construção de obras e preparo da terra para o plantio do café e o desenvolvimento de pequenos comércios³². A população escrava, conforme explicitou Oliveira (1994), entre 1855 e 1872 era superior à população branca. Além disso, a região concentrava as produções das fazendas para serem transportadas e comercializadas no Rio de Janeiro. Essa proximidade representou ponto positivo para a região, atraindo comerciantes e produtores e, mais tarde, indústrias, possibilitando que o município se desenvolvesse e fosse destaque no cenário econômico da região.

Na década de 1850, iniciou-se a construção da Estrada União Indústria, por iniciativa de Mariano Procópio Ferreira Lage. Nesta época, Juiz de Fora recebeu uma grande quantidade de imigrantes alemães para a construção da estrada que influenciaram em diversos setores da cidade.

Com a abolição da escravatura no final do século XIX, o governo imperial incentivou a vinda de imigrantes para o país, para substituir o trabalho escravo. Nessa época começava a se instalar uma crise agrícola na região e Juiz de Fora se constituía como o maior centro urbano industrial mineiro. Assim, a cidade demandava um contingente mais qualificado para trabalhar nas indústrias. Desse modo, apesar da crise agrícola, a cidade conseguiu manter seu dinamismo através das atividades comerciais e industriais que, naquele período, mostravam-se aquecidas.

O município avançava economicamente e tinha um suporte que permita o desenvolvimento, como instalação de diversas fábricas, pequenas, médias e de grande porte; uma usina hidrelétrica, primeira da América do Sul; bonde; uma rede de comunicação com telefones, raros na época; estabelecimentos bancários, entre eles o Banco de Crédito Real de Minas Gerais; bispado e 4ª Região Militar, a Academia Mineira de Letras; a Associação de

³² -Muito importante para a Cidade, ao longo de seu trajeto intensificou as atividades comerciais.

Imprensa Mineira e a Sociedade de Medicina e Cirurgia³³. As ferrovias promoveram uma maior integração entre as regiões, facilitando o comércio e transporte de produtos.

Podemos dizer que o município passou por duas fases econômicas bem distintas, até essa época. A primeira marcada pelo setor agrário, e a segunda, inaugurada com a instalação da usina de Marmelos, primeira da América do Sul, que foi fator de incentivo para que indústrias se acomodassem na cidade.

O final do século XIX e início do século XX corresponderam a um contexto de grandes transformações econômicas, políticas e sociais em todo o país. Por ter se transformado num pólo econômico, Juiz de Fora começou a ser reconhecida como um local de grandes interesses para negociantes.

A economia industrial, que substituiu a cafeicultura na região, permitiu a formação de uma estrutura social renovada, em substituição aos antigos padrões de comportamento da sociedade rural em que os contatos sociais se limitavam a grupos vicinais³⁴.

À proporção que se consolidava como centro industrial, o Município adquiria centralidade regional crescente, desenvolvendo cada vez mais suas atividades terciárias. Em 1925, embora não contasse, ainda, com 30.000 habitantes, já possuía 440 estabelecimentos comerciais, 2 matrizes e 3 agências bancárias, 3 cinemas, 2 teatros, 7 jornais diários. (IPPLAN/JF, 1978, Perfil da Cidade, p. 21)

Neste período a Cidade passou a ter mais liberdade em suas decisões políticas administrativas. Oliveira (1994) aponta que houve reformas urbanas, como calçamento de ruas, saneamento, recenseamento da população, entre outros. Apesar das mudanças, Juiz de Fora contava com diversos problemas sociais, como imigrantes explorados nas indústrias e com baixos salários, população negra e livre não incorporada ao mercado de trabalho, agravando alguns problemas sociais. As condições de higiene e limpeza urbanas eram precárias e permaneceram nessas condições até à década de 1980, período definido para o estudo.

Mas o papel regional de Juiz de Fora, bem como o desenvolvimento de sua economia, sofreu uma retração a partir dos anos 1940, em decorrência não só da incapacidade de conquistar novos mercados, mas, sobretudo, pela perda de parte de seus mercados tradicionais. O desenvolvimento do sistema viário nacional e, de modo particular, a implantação da rodovia Rio-Bahia reduziu-lhe a capacidade de competição com outros

³³ - Diário Mercantil (27/06/82, p. 4).

³⁴ - Plano Municipal de Educação de 1972, p. 6.

centros produtores e consumidores, já desde então direta e facilmente ligados à tradicional zona de influência de Juiz de Fora. (IPPLAN/JF, Perfil da Cidade, 1978)

Também foi se acentuando, gradativamente, a perda de dinamismo do setor industrial do Município, composto predominantemente de indústrias de ramos chamados tradicionais, de porte médio e pequeno, e com pouca capacidade de concorrer com as indústrias “de porte”, tecnologicamente muito mais avançadas além de beneficiárias das economias de escala.” (Ibid, 1978, p. 21)

Além disso, seu parque industrial sofria não só com a concorrência dos novos centros manufatureiros, como Belo Horizonte, e com uma política econômica federal que não o beneficiou com incentivos, alocando em outras regiões ramos produtivos dinâmicos, além do suprimento inadequado de energia elétrica.

Uma questão em especial que gostaria de destacar em meio a esse contexto tem relação ao abandono de crianças, ocorrido em diversas localidades do país, e que em Juiz de Fora não foi diferente. O número crescente de crianças abandonadas tornou urgentes iniciativas políticas para amenizar a situação, entre as quais a criação de instituições para atender a essa infância desvalida. Essa situação se arrastou por muitas décadas a seguir, e, no período selecionado para a pesquisa, constatei que esse problema ainda era grave e necessitava de atenção das lideranças locais. Algumas iniciativas, entre elas a construção das EMEIs, investimentos em lares e orfanatos, como: Virgem Poderosa, Mães dos Pobres, Menino Jesus, Catarina Labouré, Nossa Senhora da Glória, não foram suficientes para sanar esse problema.

Como ocorreu em todo o Brasil, à medida que a industrialização se fez presente, foi preciso investimento governamental no setor educacional, para suprir a mão-de-obra das indústrias e atendeu às pressões dos empresários e populares. Dessa forma, começa a ser organizada a educação no município de Juiz de Fora, tema do próximo tópico.

4.3 - O município de Juiz de Fora e a educação

A tradição educacional de Juiz de Fora se constituiu sobre a base da modernização econômica iniciada no final do século XIX. Entretanto, não consegui coletar muitas informações acerca das escolas municipais deste período. Apenas uma notícia, trazida por Bessa, Araújo, Romão e Sarmiento (2000), demonstrando que a primeira escola municipal de

que se tem registro foi inaugurada no ano de 1847, através da Lei nº. 320, de 24 de maio. Era uma instituição que atendia a uma clientela referente às séries iniciais do antigo primário.

Neste período existia também uma escola de iniciativa privada, chamada Colégio Cônego Roussin, considerada pelos historiadores como primeira escola particular do município, fundada em torno de 1860. Localizava-se na parte central da cidade, em frente à Santa Casa de Misericórdia³⁵, e era famosa pelo grupo de teatro que possuía.

Nos anos seguintes, foram criadas escolas de instrução primária, geralmente mantidas pelas esferas públicas, e colégios, em sua maioria, mantidos pela iniciativa privada, como: Colégio Santa Cruz, fundado em 1876 pelo advogado Adelino Milagres que tinha por objetivo preparar seus alunos para ingressarem em cursos superiores, ou seja, era uma escola destinada às elites daqueles tempos; Colégio Nossa Senhora das Dores; Colégio Andrés, inaugurado em 1891, por seu fundador Joseph Louis, estabelecimento de ensino muito procurado. Os jornais locais chegaram a publicar a solicitação aos pais de alunos de cidades vizinhas para que fizessem consulta prévia quanto à admissão dos filhos, uma vez que as vagas no internato eram supridas rapidamente.

Quando descrevi, resumidamente, sobre os aspectos econômicos, políticos e educacionais brasileiros, essa situação também se fazia presente. Com a chegada da industrialização, a educação foi considerada necessária. Juiz de Fora foi uma cidade pioneira, em Minas Gerais, em seu processo de industrialização. Desta forma, os incentivos nacionais por educação repercutiram no município de forma bem acentuada, sendo precursora no Estado de Minas Gerais, na área de educação básica. Esse pioneirismo³⁶ se confirma com a criação pelo Decreto nº. 1886 de 25 de fevereiro de 1907 do primeiro Grupo Escolar Delfim Moreira, sob a direção de José Rangel.

Outras escolas, que datam deste mesmo período, foram inauguradas, como: o Grupo Escolar Antônio Carlos, fundada pelo Decreto nº. 2988 de 12 de junho de 1909; Grupo Escolar Fernando Lobo pela Lei nº. 4772 em 1917; o Jardim de Infância Mariano Procópio, criado pelo Decreto nº. 5782 de 25 de outubro de 1926. Em 18 de fevereiro de 1928, foi

³⁵ -Esta instituição recebia neste período crianças abandonadas e as encaminhava, quando possível, para adoção ou para os poucos abrigos que existiam neste período.

³⁶ - De acordo com o Wilson de Lima Bastos, professor de Sociologia da Educação, da UFJF, Juiz de Fora também foi pioneira em educação em Minas Gerais, tendo fundado em 1891, o primeiro estabelecimento de ensino superior, Academia do Comércio, da comarca. (Diário Mercantil, 20/06/82,p.7)

criada pelo Decreto nº. 8245, a Escola Normal³⁷. Ao longo do século XX foi ampliado o número de escolas mantidas pelo Estado e pelo Município.

Não só iniciativas públicas se fizeram presentes no Município no final do século XIX e início do século XX. Neste mesmo período, duas escolas foram inauguradas, funcionando até os dias atuais, são elas: o Instituto Metodista Granbery, criado em 1890, com orientação liberal, calcada nos valores do protestantismo e na cultura americana, atendendo aos interesses dos industriais que se instalaram na cidade e a Academia de Comércio, fundada quatro anos mais tarde, com a finalidade de oferecer o ensino comercial³⁸.

Considerarei importante destacar esses dois colégios por dois motivos: primeiro, porque eles fizeram parte da história da expansão da rede de ensino de Juiz de Fora, configurando-se como escolas pioneiras em suas propostas pedagógicas; segundo, porque essas instituições, anos mais tarde, ofereceriam atendimento pré-escolar, tema em destaque neste trabalho.

A igreja católica, através de suas congregações, fundou várias instituições educacionais: Colégio Jesuítas, Colégio Santa Catarina, Colégio Santos Anjos, Colégio do Carmo, Colégio Stella Matutina, todos em funcionamento até os dias atuais.

Em entrevista, o professor Murílio de Avelar Hingel falou com entusiasmo da década de 1920 com relação à educação. Disse que houve uma política de valorização desse setor neste período. A autoridade política expressou, ainda, que foram construídas muitas escolas importantes nas cidades de Juiz de Fora e Belo Horizonte, feitas em edificações esplendorosas, que atualmente são verdadeiros patrimônios públicos.

Entre 1926 a 1930, no governo de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, foi realizada a Reforma de ensino primário e normal pelo então Secretário do Interior, Francisco Campos. De acordo com o pensamento educacional da época, os ensinos primário e técnico seriam de responsabilidade dos estados e eram destinados ao povo enquanto o ensino secundário e o superior estariam reservados à União e se destinavam à formação das elites. O cenário histórico do estado e do país explicava a amplitude da reforma educacional então realizada. Nesse sentido, podemos entender as inspirações e o desenvolvimento de Juiz de Fora que, inserindo-se numa lógica de modernização, precisa investir em setores sociais, ampliar o número de escolas, para atender não apenas à formação da mão-de-obra das indústrias, mas também às reivindicações das camadas populares.

³⁷ - Esta foi criada pelo Presidente Antonio Carlos Ribeiro Andrada, instalada em caráter provisório em uma edificação na Rua Espírito Santo. Já teve três denominações diferentes. Escola Normal Oficial de Juiz de Fora, Colégio Padre Wilson Valle da Costa e Instituto Estadual de Educação, nome que acompanha a escola até a presente data.

³⁸ - Originou-se de um projeto de Francisco Batista de Oliveira que, em viagem à Europa, entusiasmou-se com a oportunidade de se criar, no Brasil, uma Academia de Comércio nos moldes existentes em diversos países.

Dentro dessa perspectiva de elevar o número de escolas, Juiz de Fora mantinha, naquela época, várias escolas localizadas, geralmente, na Zona Rural. O livro de registros de certificados da inspetoria escolar, em 1938, relacionou 33 escolas municipais³⁹.

Apesar de numerosas, essas escolas municipais apresentavam condições precárias de funcionamento, pois o município declarara que não dispunha de recursos financeiros suficientes para assumir as escolas plenamente; não havia condições físicas, humanas e tampouco materiais. O resultado dessa situação era o alto índice de insucesso escolar, com a repetência como destaque. Essa situação se arrastou até os anos de 1980, tornando-se caótica, sendo necessárias providências urgentes por parte das lideranças locais.

O fato de as escolas se localizarem, principalmente, na Zona Rural, tinha uma razão de ser. Seguia-se uma política educacional mais ampla que estabelecia, de acordo com a política estadual e a Constituição Federal, que as escolas municipais deveriam se localizar na periferia da zona urbana e na zona rural. As escolas públicas urbanas, centrais, ficavam sobre a responsabilidade do estado e dividiam espaço com as escolas particulares que, em sua maioria, atendiam aos filhos de uma classe mais abastada.

Havia uma dualidade no setor educacional em Juiz de Fora: aos pobres era oferecida uma educação mínima, preparando-os para o mundo do trabalho em atendimento à demanda de pequenas indústrias e do comércio local. Aos ricos uma educação visando à formação para inserção na camada dominante local, integrada à estadual e federal e informada por valores que bem as capacitavam para as funções políticas federais, estaduais e municipais. Geralmente, para estes últimos, o ensino era ministrado pelas escolas católicas.

Em 1938 começaram a ser feitos em Juiz de Fora registros com relação ao setor educacional que já demonstram preocupações com o número de repetência, que era alto. Como fora mencionado, as escolas municipais funcionavam precariamente, muitas vezes em sedes de fazendas e com profissionais leigos. Além disso, havia uma série de dificuldades, como problemas de transportes e deslocamento dos professores e de frequência dos alunos. Como muitas crianças eram absorvidas pelo trabalho na lavoura, a frequência costumava ser baixa.

³⁹-Escola Alto da Boa Vista, Escola Benfica (1º e 2º), Escola Alemão, Escola Botanagua, Escola Egrejinha, Escola Grama, Escola Linhares, Escola Remonta, Escola Retiro, Escola Santa Cordula, Escola Santa Oráida (1º e 2º), Escola São Pedro, Escola São Vicente de Paula, Escola Vila Meggiolaro, Escola Vilma Quintão, Escola Chão Frio, Escola Filgueira, escola Barreira do Triunfo, Escola Buriti, Escola São Firmino, Escola Limoeiro, Escola Penido, Escola Valadares, Escola Pouso Alegre, Escola Conceição, Escola Humaytá, Escola Pires, Escola Santo Antônio do Morro Grande, Escola Mineiros, Escola Três Ilhas, Escola Treze de maio e Escola Chapéu D'Uvas. (BESSA, ARAÚJO, ROMÃO E SARMENTO, 2000)

Apesar de o setor educacional começar a se expandir com mais intensidade no Brasil por volta das décadas de 1930 e 1940, Juiz de Fora entrou nesse processo com um pouco atraso, visto que iniciou a ampliar seu quadro escolar, de forma significativa, a partir da década de 1960, quando percebeu que o seu sistema educacional era deficitário e estava concentrado, em sua maioria, na zona rural. Não havia nem mesmo um órgão forte municipal que centralizasse os assuntos educacionais, pois este não tinha nem local certo de funcionamento, chegando a funcionar em garagens e salas de aula improvisadas⁴⁰.

Segundo Murílio Hingel⁴¹, apesar de as escolas municipais, nesta década, fazerem-se numerosas, estas careciam de qualidade, tanto que, na década de 1960, foi declarado que era necessário reforma urgente na rede educacional municipal que se apresentava defasada, sem qualidade, com grande número de evasão e repetência.

Na década de 1960 essa situação da educação não se sustentava mais diante das necessidades de mudanças econômicas em desenvolvimento em todo o Brasil. Juiz de Fora elegeu a educação, nesta década, como prioridade, instituindo a Secretaria de Educação, criando uma rede de escolas municipais mais consistentes, especialmente na zona rural. Tal expansão deveu-se, também, cada vez mais, à crescente demanda por escolas. No ano de 1966 foi inaugurada a Escola Infantil Amélia Pires⁴², a primeira escola voltada para a educação infantil construída e mantida pelo município. Em 1967 foi criada a Escola Infantil São Tarcísio no bairro Nossa Senhora⁴³ Aparecida. Essas instituições representam uma exceção para esse período, pois as escolas municipais de educação pré-escolar começaram a se expandir nas décadas de 1970 e 1980.

O município, na década de 1960, contava com o funcionamento da 10ª Delegacia Regional de Ensino, hoje 18ª Superintendência de Ensino. Na cidade havia 219 escolas, atendendo do pré-escolar ao ensino secundário.

Na década de 1970 houve um grande incentivo ao combate ao analfabetismo, que atingia 30 milhões de brasileiros, tema em destaque em jornal local⁴⁴. Dessa forma, os governos federal, estadual e municipal começaram a investir em educação e estabeleceram

⁴⁰ - Segundo documentos oficiais recolhidos na Secretaria de Educação de Juiz de Fora e, também, em falas de autoridades políticas locais, como Murílio Hingel, Antonio de Mello Reis e Maria Luiza de Oliveira Moraes.

⁴¹ - Murílio Hingel era secretário de Educação da Secretaria de Educação de Juiz de Fora, neste período.

⁴² - O Decreto, n.º 662 de 29 de abril de 1966 criou a Escola Infantil Amélia Pires. Anexo-2

⁴³ - O Decreto, n.º 772 de 05 de outubro de 1967 criou a Escola Infantil Nossa Senhora Aparecida, denominada Escola Infantil São Tarcísio.

⁴⁴ - Diário Mercantil, 02-02-72, p.4

estratégias como aumentar o número de escolas, investir em formação de professores, investir em segmentos como o pré-escolar, que era considerado como necessário para o bom desempenho em séries posteriores.

O ensino municipal, desde o final da década de 1970, passou a ter uma personalidade definida, com características próprias, o que o tornou cada vez mais evidente e atuante no município.

Em 1977 havia 4031 crianças matriculadas no pré-escolar em Juiz de Fora. (IPPLAN/JF, perfil da cidade, 1978). No que tange ao pré-primário, o número de escolas era insuficiente. De aproximadamente 40.000 crianças na faixa etária entre 2 e 6 anos, somente 10% freqüentavam escolas maternas e de ensino pré-escolar.

A Secretaria Municipal de Educação oferecia às escolas, assistência educacional, médica, odontológica, psicológica e social considerando a clientela a que atendia. Nesse aspecto, a maior preocupação do município, nesta década, foi com os ensinos de 1º grau (1ª a 4ª séries) e o Pré-escolar⁴⁵. A Secretária de Educação, do período de 1976 a 1982, esclareceu:

Ao assumirmos a Secretaria Municipal de Educação em 1977, verificamos que sua estrutura administrativa, desde 1968, não mais correspondia às solicitações do desenvolvimento do município e nem às prioridades que havíamos estabelecido. Assim, foi elaborado um projeto de reestruturação Funcional e Operacional com bastante flexibilidade, para atender não só a demanda do município, mas também as dos próximos anos. (D.M. 02/08/82, p. 06).

O Decreto Municipal, nº. 1010, de 03 de fevereiro de 1970, destacou a necessidade de ampliação da rede municipal de ensino primário, a fim de atender ao rápido crescimento da população escolar, principalmente nos bairros e subúrbios da cidade. O mesmo documento deixou explícito que a Prefeitura, neste período, estava desenvolvendo ações, em áreas educacionais, que fugiam ao seu campo prioritário. Completo dizendo que essas áreas relacionavam-se à educação pré-escolar que, na década de 1970, começou a se fortalecer, haja vista a necessidade de ampliar essa etapa, para melhorar a qualidade educacional e a qualidade de vida das crianças que viviam em condições de pobreza.

Esse investimento relacionava-se, também, à vontade que o município tinha de recuperar seu potencial industrial e seu desenvolvimento econômico e político. Isso foi percebido em depoimento de autoridades locais. Como a economia local era muito

⁴⁵ - Diário Mercantil 02/08/82, p. 06.

tradicional, o processo econômico da cidade sofria entraves. Nesse sentido, a escolarização das classes populares representava uma das alternativas para melhoria da situação.

Em 1975, o município recebe um benefício que contribuiu para expandir sua rede. O Ministério da Educação e Cultura, sofrendo pressão internacional, desenvolveu o Projeto Pró-Município, como forma de incentivar a municipalização do ensino 1º grau, transferindo recursos para as Prefeituras Municipais que concordassem em assumir esse segmento educacional, em especial das quatro primeiras séries. O objetivo desse programa era conseguir recursos extras para municípios mais pobres financeiramente. O Pró-Município, financiado pelo Banco Mundial, trouxe diretrizes educacionais definidas a priori por essa instituição.

Essas políticas permitiram que Juiz de Fora, nesta época, segundo informações recolhidas em entrevistas, documentos oficiais e reportagens de jornais locais, definisse responsabilidades com a educação primária, apesar de o Estado ter o maior número de matrículas. Foi se responsabilizando pela política de expansão do pré-escolar, abrindo uma rede de Escolas Municipais de Educação Infantil e salas de pré-escolar em todas as instituições municipais em que houvesse espaço disponível. Segundo Murílio Hingel, nos anos de 1980, as escolas municipais estavam investindo em qualidade educacional. Ele considera que essas instituições podiam ser comparadas, em termos qualitativos, com os estabelecimentos de ensino estaduais que na década de 1980 eram considerados de melhor qualidade.

Conforme relatório da situação escolar de Juiz de Fora (1983), o município mantinha 32 escolas na zona urbana e se responsabilizava pela quase totalidade das escolas da zona rural. Inclusive, em algumas delas, funcionava o ensino de primeiro grau, oferecendo de 1ª a 8ª série⁴⁶.

Como a atuação municipal era considerável na zona rural, explanarei um pouco sobre as ações desenvolvidas nestas escolas pelas políticas locais.

4.4- Programa Integração do Ensino Rural

Como a maioria das escolas municipais, até o início da década de 1980, estava concentrada na zona rural, o município precisava investir nesse local, para melhorar também a qualidade de vida de seus moradores. Porém, apesar da iniciativa de melhorar a rede educacional do campo, esta não foi suficiente para mudar a precariedade em que as escolas se

⁴⁶ - Juiz de Fora atendia a 61.244 alunos nas redes estaduais, municipais e federais.

encontravam e nem melhorar o acesso. Outro ponto observado por mim foi a ausência do segmento pré-escolar nessas escolas. A alegação era de que não havia número suficiente de crianças na zona rural para formar uma turma.

As 35 escolas da zona rural atendiam a um número pequeno de crianças, cerca de 1323, o que levava a composição de classes multisseriadas, afetando a qualidade do ensino. Isso decorria do esvaziamento progressivo da zona rural do município, fato que foi se agravando no decorrer dos tempos, em virtude da atração que a cidade exercia e a ilusão em torno do mercado de trabalho e do acesso a melhores condições de vida.

Isso vai se tornando um problema grave na década de 1980, não só em Juiz de Fora, que recebia tanto migrantes da zona rural, quanto de regiões vizinhas, mas em todo o Brasil. Essa situação tomou proporção tão elevada que o Governo Federal organizou, neste período, uma política de controle de migrações, para os grandes centros, uma vez que as cidades se apresentavam com superpopulação e com sérios problemas sociais. Tal política foi absorvida pelo município de Juiz de Fora, que sentiu necessidade de amenizar o problema, investindo no campo.

No setor educacional, a Prefeitura implantou o Programa Integração do Ensino Rural – Proiner⁴⁷. Após essa implantação, houve uma queda do índice de evasão de 13% para 9% nas escolas rurais. Para esse resultado foi necessário instituir um calendário diferenciado⁴⁸, com relação aos dias do plantio e da colheita para evitar a evasão e a repetência; formação de professores⁴⁹; desenvolvimento de estratégia pedagógica voltada para a realidade do aluno; adequação da rede física, com melhoria e construção de novas escolas⁵⁰.

Outros setores também receberam verbas governamentais, como infra-estrutura; saúde; saneamento básico; água encanada; luz elétrica; abertura de estradas vicinais, facilitando o contato campo-cidade, entre outros, para que, melhorando a qualidade de vida dos moradores da zona rural, eles não precisassem buscar oportunidades nos centros urbanos, agravando as desigualdades sociais.

⁴⁷ - Implantado em 1978 pela Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora.

⁴⁸ - Na zona rural, o estabelecimento de ensino poderá organizar os períodos letivos, com prescrição de férias na época da colheita e plantio de safras, conforme plano aprovado pela competente autoridade de ensino. (Lei nº. 5.692 de 11 de outubro de 1971, p. 32)

⁴⁹ - A Secretaria de Educação mantinha convênio com o Instituto Estadual de Saúde Animal e Escola Agrotécnica Federal, que ofereciam cursos de treinamento e atualização, objetivando resgatar nos alunos atitudes tradicionais.

⁵⁰ - D.M. 12/02/82, p. 4.

As condições de vida dos alunos atendidos, tanto na zona rural quanto na urbana, eram precárias, pois, em sua maioria, eram filhos de uma população de baixo poder aquisitivo. O diagnóstico realizado em 1979 para demonstrar as condições que a cidade tinha para receber recursos do Programa Cidade-Porte Médio revelou que um terço da população recebia até 3 salários mínimos.

A situação sócio-econômica baixa dos alunos era considerada a principal responsável pelo baixo rendimento escolar e, conseqüentemente, expressava-se também nos altos índices de repetência e evasão. Este era o discurso presente na voz dos governantes locais, que formularam políticas de educação compensatória para sanar o problema.

Considerei necessário enfatizar sobre os investimentos realizados na zona rural, porque considero que um dos fatores que contribuíram para o investimento do BIRD, que culminou na abertura das EMEIs, foi a migração do campo para as cidades.

Em 1985 a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora recebeu recursos da 10ª Delegacia Regional de Ensino para aplicar no Programa Municipal e Estadual de Educação Pré-Escolar. Essa verba foi utilizada em uma experiência pioneira em Juiz de Fora e no Estado de Minas Gerais, a criação de pré-escolas na zona rural⁵¹.

Segundo o Secretário de Educação José Eustáquio Romão (1983/1988), em entrevista ao jornal local, Tribuna da Tarde, esse programa de implantação de unidades pré-escolares vinha sendo feito apenas na zona urbana. Esta tinha sido a primeira vez que o programa foi levado para a Zona Rural. Em 1985⁵² a Prefeitura Municipal contava com 21 unidades de pré-escolar na zona urbana e através desse novo trabalho, ampliou sua rede de atuação no segmento educacional pré-escolar.

4.5- Influência das agências internacionais no contexto educacional brasileiro

No caso específico desta pesquisa, visualizo a interferência do Banco Mundial, desde a década de 1970, com o Pró-Município e, na década de 1980, com investimento na abertura das Escolas Municipais de Educação Infantil. Fonseca (1997) destaca que, a partir da década de 1970, o Banco Mundial passou a constituir uma das mais relevantes fontes de financiamento para o setor social.

⁵¹ -Os bairros rurais beneficiados foram: Barreira do Triunfo, Valadares, Penido, Igrejinha, Torreões, Dias Tavares, Graminha e Monte Verde.

⁵² - Tribuna de Minas, 13/07/85, p.6.

A guinada para o lado social tem a ver, igualmente, com a reestruturação organizacional do Banco, realizada no início dos anos de 1980, a qual permitiu uma atuação mais política, especialmente no se refere ao monitoramento do processo de ajustes estruturais junto aos países-membros, como base para a implantação do globalismo econômico e comercial. (Ibid, 1997, p. 47)

Esta atuação anteriormente concentrava-se no Fundo Monetário Internacional - FMI. Tanto este como o Banco Interamericano Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - tinha sido criados nos anos de 1940, para realizar a reestruturação pós-guerra dos países europeus destruídos pelo conflito. Ao FMI foi confiado o papel de órgão normativo e político, enquanto o BIRD, ou Banco Mundial, atuava mais como órgão técnico e financiador de projetos específicos. Essa dualidade de papéis existe ainda hoje.

O Banco apóia-se em um discurso político de caráter humanitário, o qual corresponde às aspirações de justiça social das nações mais pobres, ou mesmo daquelas chamadas, na época, “*eufemisticamente de nações em desenvolvimento*” (Fonseca, 1997). Nesse sentido, o combate à situação de pobreza passou a comandar a atuação do Banco a partir dos anos de 1970.

Por definição teórica, este ideal fundamentava-se nos princípios de igualdade e eficiência, significando que a justa distribuição dos benefícios econômicos seria alcançada mediante a atuação eficiente dos setores públicos. (FONSECA, 1997).

Segundo Altmann (2002), seguindo uma lógica neoliberal, essas agências internacionais tiveram um papel marcante nos países. Promovendo investimento, sobretudo nas áreas sociais, visavam, entre outros objetivos, ao aumento do mercado consumidor. A ênfase concentrava-se na preparação das populações pobres para o seu ingresso em setores tradicionais do mercado. Essa ênfase conferida ao setor social tem a ver diretamente com uma nova diretriz: educação e saúde seriam condições prévias para a produtividade dessas populações.

Com relação à educação, tema privilegiado de análise desta dissertação, as agências internacionais defendiam uma proposta apoiada na compensação de déficits que a criança trazia de seu meio social e cultural, perspectiva com a qual se investiu no setor educacional brasileiro, principalmente na educação pré-escolar. Destaco que foi com investimento financeiro de uma dessas agências (BIRD) que Juiz de Fora abriu sua rede de instituições de educação pré-escolar, além de investir em outras áreas sociais.

Historicamente, os empréstimos concedidos ao Ministério da Educação, nos anos de 1970, atrelavam-se ao modelo desenvolvimentista do Banco, que considerava a educação como fator necessário para o crescimento industrial do país. Essa lógica estava presente nos discursos dos políticos de Juiz de Fora, quando defendiam que os investimentos realizados no município, no final da década de 1970 e início da década de 1980, pelo BIRD, estavam em consonância com os objetivos de expandir o poderio industrial da cidade. Os setores sociais como a educação e a saúde se mostravam precários, era necessário intervir nessa situação para melhorar o desempenho do município, para o controle da pobreza e do reforço ao setor social.

Esses empréstimos provocaram a interferência do BIRD na política educacional do país e do município. O jornal Diário Mercantil (02/03/81, p.4) informava que estava ocorrendo uma “americanização do ensino”, interferência considerada prejudicial pelos críticos.

A preocupação com a pobreza fez com que o Banco Mundial intensificasse os investimentos no setor social na década de 1980, elegendo a educação primária como a mais adequada para regiões de concentração de pobreza e que apresentassem crescimento populacional acelerado (Fonseca, 1997).

Juiz de Fora apresentava tal situação. Era preciso melhorar a qualidade da educação primária, que se apresentava problemática, com alto índice de evasão e reprovação. Para tal, considerou-se necessário investir também no segmento educacional anterior, ou seja, no pré-escolar. Essa atuação foi considerada pelo BIRD como realmente necessária tanto que em 1979 aprovou o Projeto Especial Educação Pré-Escolar, que destinava verbas para a construção de 12 Escolas Municipais de Educação Infantil. A construção dessas instituições foi o impulso inicial para a expansão da educação pré-escolar em Juiz de Fora e o fortalecimento de uma política municipal, voltada para esse segmento educacional. Retornarei a falar desse projeto quando for tecer considerações sobre as EMEIs.

Na década de 1990, o Banco Mundial (BIRD) intensificou sua atuação nas políticas públicas brasileiras. Em função da sua estrutura de agência financeira multilateral, promoveu projetos para os setores público e privado. Sua atuação foi além da chamada assistência econômica, a qual era concretizada pela concessão de créditos a projetos de infra-estrutura, como energia, transportes, saneamento, urbanização. (FONSECA, 1997). Intensificou, ainda, sua atuação na política educacional pela atuação central na organização da Conferência Mundial de Educação para Todos na Tailândia.

Sob os auspícios de organismos transnacionais, como BIRD, PNUD, UNICEF, UNESCO, a magnitude do evento evidenciou-se pela participação de 155 nações e 150 entidades não governamentais. (FONSECA, 1997, p. 57).

Na década de 1990 evidenciou-se, também, que foram fixadas algumas metas para o setor educacional nos países pobres com influência da agência internacional, como: universalização da educação, com qualidade e equidade de oportunidades para crianças, jovens e adultos. Detecta-se, ainda, que o Banco Mundial estabeleceu duas diretrizes: a primeira enfatizando o nível primário de ensino; a segunda indicando a importância da escolaridade da mulher.

Essa priorização do ensino primário ficou clara no setor educacional brasileiro e juizforano na década de 1990, tanto que a educação pré-escolar em Juiz de Fora teve que ceder espaço para a ampliação do Ensino Fundamental, quando as EMEIs passaram a atender, também, a outras séries, além do pré-escolar.

5- POLÍTICAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL EM JUIZ DE FORA

Para compreender os fatores relativos à política educacional implantada na década de 1980, que culminou na abertura das Escolas Municipais de Educação Infantil, em Juiz de Fora, configurou-se necessário: caracterizar esse segmento de ensino⁵³ e levantar programas, ações, convênios, voltados para a infância menor de 7 anos. Compreendi que a abertura das EMEIs foi marcada por políticas que visavam não, somente, ampliar o número de vagas e qualidade do atendimento, mas reduzir as desigualdades sociais, melhorando a qualidade da educação primária, que se apresentava defasada e não equalizada.

Juiz de Fora se caracterizava, no período analisado, como um município de porte-médio que procurou fazer diversos investimentos para recuperar seu potencial industrial, investindo, em diversos setores sociais, entre eles, a educação pré-escolar.

Apesar do reconhecimento da educação infantil como uma etapa da educação básica surgir, somente, no ano de 1996, com as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº. 9.394/96), Juiz de Fora já havia incorporado esse segmento de ensino em sua Lei Orgânica em 1990, determinando em seus artigos 131 e 132:

O município promoverá a educação pré-escolar e o ensino fundamental e, atendidos estes, o ensino médio, atuando prioritariamente, na zona rural e periferia da cidade (JUIZ DE FORA, 1990. p.43)

O poder Público Municipal assegurará, na promoção da Educação Pré-escolar e do Ensino Fundamental, os seguintes princípios: I. Igualdade de condições para o acesso, frequência e permanência na escola. (JUIZ DE FORA, 1990. p.43)

O poder público municipal se antecipou à LDB de 1996 com relação ao processo de municipalização da educação pré-escolar, que se iniciara, desde a década de 1980, quando abriu as EMEIs, tendo se completado na década de 1990, quando assumiu quase totalmente, a educação infantil pública da cidade.

Antes de falar especificamente sobre as EMEIS, descreverei os diversos programas e ações voltados para a criança com idade inferior a 7 anos que foram desenvolvidos em Juiz de

⁵³ - Tal caracterização foi feita no histórico, através do qual percebi que a educação infantil foi se constituindo através dos tempos carregando uma dualidade com relação ao atendimento prestado, creche para criança de até 3 anos, geralmente pobre, e pré-escola para criança de 4 a 6 anos, geralmente pertencente a uma classe mais abastada.

Fora na década de 1970 e início dos anos 1980. Essa iniciativa teve o intuito de narrar como a infância era tratada pelo poder público no município, antes da implantação das pré-escolas municipais, com auxílio de uma agência internacional denominada BIRD.

Adianto que a realidade da educação pré-escolar do Município não se distanciava da realidade nacional, traçada no capítulo sobre a história da educação infantil no Brasil, no qual se demonstrava que as crianças pequenas não tiveram muitas oportunidades de atendimento de qualidade em instituições mantidas pelas esferas públicas. O atendimento à infância pobre, que ficara a cargo das iniciativas privadas e filantrópicas, apresentando, em alguns casos, carência de qualidade e quantidade.

Como estou tecendo considerações acerca das políticas públicas voltadas para as crianças pequenas, busquei enfatizar, principalmente, programas que foram financiados pelas iniciativas das esferas federal, estadual e municipal. Assim, para compreender como tais políticas foram formuladas e implantadas, considere necessário observar as ações desenvolvidas e os objetivos dessas instâncias políticas ao provê-las.

Desse modo, iniciarei o próximo tópico falando acerca do Programa de Atendimento e Promoção ao Pré-Escolar - PAPPE-, um dos primeiros programas de educação pré-escolar implantado na cidade na década de 1970, com caráter assistencial.

5.1- PAPPE- Programa de Atendimento e Promoção ao Pré-escolar.

Como já mencionado, os índices de reprovação na primeira série do primeiro grau na década de 1970, em Juiz de Fora, eram muito elevados⁵⁴. Estatísticas do Ministério da Educação e Cultura deixaram explícita a necessidade de providências urgentes para modificar esse cenário que denunciava o descaso das esferas públicas referentes à educação e a grande desigualdade social que assolava o município.

A situação da educação pré-escolar na cidade encontrava-se ainda mais precária, pois existiam poucas instituições para atender à infância, principalmente pobre e a demanda, como anunciava as notícias locais da época e os documentos oficiais, era muito alta. Os Projetos Políticos Pedagógicos das EMEIs trouxeram um histórico relatando como algumas pré-

⁵⁴ - No final da década de 1970 o índice de reprovação em Juiz de Fora era de 54%, das matrículas na primeira série do primeiro grau.

escolas foram conquistadas pela pressão popular⁵⁵, principalmente em bairros periféricos, que concentravam índice de pobreza e a demanda expressivos.

Até final da década de 1970 e início da década de 1980, o responsável pelo pré-escolar no município era o **Programa de Atendimento e Promoção ao Pré-Escolar**⁵⁶ - PAPPE⁵⁷. Esse programa, resultou de um convênio entre a Prefeitura de Juiz de Fora e a Legião Brasileira de Assistência – LBA - em 1977 e objetivava atender à faixa etária de 2 (dois) a 6 anos de idade. A primeira arcava com os recursos humanos que desempenhavam trabalhos nas áreas de medicina, assistência psicológica, odontológica, serviço social, pedagógica e a segunda, a LBA, era a responsável pelas verbas destinadas à alimentação e materiais fornecidos às crianças, como brinquedos, materiais escolares, roupas e calçados.

O PAPPE, primeiramente, foi instalado no bairro São Benedito e posteriormente expandido para os bairros considerados mais carentes financeiramente, como: Dom Bosco, Furtado de Menezes, Jóquei Clube, Linhares, Nossa Senhora Aparecida, Ipiranga, São Pedro. No início da década de 1980 foram construídas novas unidades nos bairros Marumbi, Progresso, Borboleta, Ipiranga e Cerâmica. Esse Programa atendia, até o final da década de 1970, a aproximadamente 400 crianças carentes⁵⁸, mas como a demanda era muito grande, a Prefeitura de Juiz de Fora considerou necessário ampliar as vagas. Dessa forma, no final de 1981 o número de atendimentos chegou a 1300⁵⁹ crianças.

O PAPPE tinha parceria com o “Programa de Saúde Preventiva ao Pré-escolar”⁶⁰. A saúde, considerado um dos setores primordiais para melhorar a qualidade de vida dos

⁵⁵ - Escola Municipal Professora Maria das Dores Dias Lizardo-1973 (prédio pertencia à Sociedade São Vicente de Paula); Escola Municipal Bonfim-1989 (prédio da Igreja de Santa Rita de Cássia. Pela reivindicação popular teve que ampliar o atendimento e passou a funcionar em local mais apropriado); Escola Municipal de Educação Infantil Professor Tarcísio Glanzmann 1982 (no local seria construída uma caixa d’água, mas os moradores fizeram um abaixo assinado para que a Prefeitura construísse uma escola infantil), e Escola Municipal de Educação Infantil Irineu Guimarães-1990 (escola estava abandonada e a comunidade reivindicou melhorias).

⁵⁶ - Anteriormente a este Programa, havia em Juiz de Fora o PEPPE – Projeto Especial de Promoção do Pré-Escolar. Este foi um convênio assinado pelo Prefeito Saulo Pinto Moreira, em 1975, com a Legião Brasileira de Assistência. O projeto foi elaborado pela Secretaria Municipal do Trabalho e Bem-estar Social, com o objetivo de atender a crianças carentes e suas famílias.

⁵⁷ - Portaria 004/78. Regimento Interno da Secretaria de Educação de Juiz de Fora. A educação pré-escolar nesta época era considerada um programa extra-escolar.

⁵⁸ - Dados retirados de documentos da Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora e Legião Brasileira de Assistência e publicados no Diário Mercantil, em 25-06-78, p. 6

⁵⁹ - Números apresentados pelo Diário Mercantil em 11-10-1981, página 7.

⁶⁰ - O Programa de Saúde Preventiva ao Pré-escolar tinha a finalidade de atender a crianças com idade inferior a 7 anos, com atendimento médico e exames laboratoriais. Esse programa estava atrelado ao PAPPE e tinha objetivo de ampliar a capacidade de aprendizado da criança, dando atenção especial à alimentação para diminuir a desnutrição.

pequenos e auxiliar no seu desenvolvimento, visando ao aprendizado. As crianças recebiam alimentação (três refeições, que constituíam em dois lanches e almoço), uniformes, materiais pedagógicos, contavam com assistência médico-odontológica, além de participarem de aulas, que normalmente, nesta época, eram oferecidas por escolas de iniciativas privadas ou nas poucas vagas oferecidas por colégios estaduais como o Jardim de Infância Mariano Procópio⁶¹ e instituições conveniadas⁶² à Prefeitura de Juiz de Fora.

Os PAPPEs⁶³ podem ser considerados como embriões das EMEIs, uma vez que os primeiros foram construídos seguindo as condições de demanda pré-existente, bairros periféricos, espaços ou terrenos disponíveis e a preparação para a 1ª série do 1º Grau, visando diminuir a repetência e a evasão. As EMEIs seguiram os mesmos critérios e foram construídas praticamente nos mesmos bairros. Alguns PAPPEs foram transformados em EMEIs, fazendo-se apenas algumas reformas nas edificações.

5.2-Programa de Alimentação Escolar

Outro programa desenvolvido no período e atrelado, primeiramente, ao PAPPE e posteriormente às EMEIS, foi o Programa de Alimentação Escolar – PAE -, considerado muito importante nas décadas de 1970 e 1980, visto o grande número de desnutrição que atingia as crianças de até 6 anos de idade na cidade. A Secretaria Municipal de Educação⁶⁴ do município discursava que, através da distribuição de merenda aos alunos carentes, poderia minorar um pouco o estado de desnutrição que interferia, diretamente, no aproveitamento escolar dos alunos, quando ingressavam na primeira série do 1º grau⁶⁵.

Este plano contava com uma equipe multidisciplinar com médicos, enfermeiros e assistentes sociais, além de visar à conscientização individual, grupal e comunitária. (Diário Mercantil, publicado em 20-08-78, página 4)

⁶¹ -A localidade da escola, que funcionava no centro, já se constituía um empecilho, para os moradores pobres dos bairros periféricos, para quem seria difícil custear o transporte até à escola.

⁶² - Instituto Maria, Instituto Jesus, PAPPEs, Creches Casulos, entre outros.

⁶³ - Forma como a população denominava as unidade do Programa PAPPE.

⁶⁴ -No final da década de 1970 foram organizados eventos pela Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora, visando melhorar a qualidade da merenda, como Semana da Alimentação, Semana da Cantineira, Semana da Comunidade (curso), visitas às cantinas, para instruir no melhor aproveitamento dos alimentos, sempre explorando o seu valor nutricional.

⁶⁵ - Falas do Prefeito Antonio de Mello Reis e da Secretária de Educação Maria Luisa de Oliveira Moraes e repercussão do Jornal Diário Mercantil nos dias 31-01-78, página 6 e 26-08-78, página 6.

O Departamento de Pediatria da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora realizou diversos estudos sobre os problemas da desnutrição infantil em crianças das camadas mais pobres financeiramente no município. Os resultados do início da década de 1980 demonstraram-se bastante alarmantes. Algumas reportagens chegaram a comparar as condições nutricionais das crianças juizforanas, com alguns países pobres da África⁶⁶. Dentro do padrão brasileiro de crescimento, existiam três graus de desnutrição em relação ao peso da criança:

1º grau apresentando um déficit de 10 a 25% em relação ao peso normal da criança; 2º grau um déficit de 25 a 40% e o 3º grau com déficit acima de 40% (fase aguda) (D.M. 11-10-81, página 7).

Um estudo realizado sobre desnutrição foi realizado pelo Departamento de Pediatria da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora no Bairro Dom Bosco; esse constatou que cerca de 57,14 % das crianças em idade entre 1 e 2 anos tinham peso menor que o normal. Nas idades entre 2 e 3 anos, 3 e 4 anos e 4 e 5 os índices eram ainda maiores, com 58,82%, 58,89% e 65,38%, respectivamente, considerados por políticos locais como um absurdo.

Esse mesmo Departamento fez pesquisas sobre desnutrição nas escolas municipais, onde o peso de 1.137 crianças de 3 a 12 anos foi analisado. O percentual de desnutrição encontrado nesse grupo foi de 37,30%. Um dos fatores que explicava esse percentual mais baixo era o acesso das crianças à merenda escolar, dizia, na época, Sebastião Helvécio Ramos de Castro, presidente do Departamento de Pediatria da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora. (D.M. 11-10-81, página 7).

Juiz de Fora, consciente da condição de pobreza de muitas crianças, como já foi mencionado, investe na alimentação⁶⁷. No final da década de 1970, distribuía três refeições diárias para as crianças no período de férias, principalmente para alunos que freqüentavam o pré-escolar, crianças de 2 a 6 anos. Isto foi feito através do PAPPE. Para receber a merenda, só existia uma condição: a criança ser carente. As lideranças locais investiram, também, na alimentação das crianças do primário. Só não recebiam as refeições diárias os alunos que não iam às escolas nas férias, o que não acontecia com as do pré-escolar, que continuavam freqüentando as aulas mesmo em períodos de recessos⁶⁸.

⁶⁶ - Diário Mercantil, dias: 07/04/82, p.6; 03/04/82, p.4 e 01/10/82 p.5.

⁶⁷ - Diário Mercantil, 06/01/78, p. 4.

⁶⁸ - Diário Mercantil, 06/01/78, p. 4.

Matricular os filhos nas escolas municipais era uma alternativa que as famílias de baixa renda encontravam para atenuar a carência alimentar dos seus filhos. Isso ficou claro na repercussão dada ao assunto pelo Diário Mercantil, jornal de circulação local, que trouxe um exemplo que nos demonstrou a complexidade da falta de alimentação e as alternativas que vinham sendo tomadas pelas lideranças locais para amenizar a situação:

[...] No Grupo Duarte de Abreu, 80% das crianças que recorrem à merenda escolar são carentes. Lá, por exemplo, são servidas refeições em três horários: na parte da manhã, à tarde e no horário do almoço - para as crianças que não podem almoçar em casa. (D.M.11-10-81, p.7)

As lideranças locais, cientes das precárias condições nutricionais de muitas crianças, procuraram organizar políticas que visavam mudar esse quadro. Foi o primeiro município a municipalizar a merenda escolar, em meados da década de 1980, no Governo de José Sarney. Até este momento, a merenda escolar era comprada em Brasília, o que poderia ocasionar alguns problemas, como corrupção, alimentação inadequada aos hábitos alimentares regionais, encarecimento do produto com o transporte e deteriorização decorrente da longa distância. Com a merenda distribuída pelos próprios municípios, haveria possibilidade de geração de empregos, maior distribuição de renda. Com esses ideais a Prefeitura de Juiz de Fora passou a fornecer a merenda escolar para as escolas municipais, públicas e comunitárias, aumentando o número para três refeições por dia. “Foi criado o *“Programa Irmãozinho”*, em que o aluno poderia levar seu irmão menor para se alimentar, mesmo que não frequentasse a escola.” (CRESPO, 2002, p. 101).

Para solucionar uma questão que era de ordem econômica e social, que não ocorria somente em Juiz de Fora mas em todo o país, exigia-se dos órgãos públicos competentes que equacionassem recursos e propusessem soluções aos problemas da carência nutricional. Era tarefa do poder público levar às camadas mais pobres da população o atendimento primário de saúde, habitação, alimentação e vacinação. Não se podia deixar o modelo econômico prejudicar o modelo social, ou seja, dever-se-ia suavizar a lógica capitalista.

Esse modelo capitalista priorizava as regras do mercado e preconizava o controle dos investimentos públicos em políticas sociais, o que acabava prejudicando o setor. Era a lógica econômica mercantil controlando os demais setores da sociedade. Eu completaria dizendo que a educação, que também contribui de forma significativa na melhoria da qualidade de vida da população, inclusive na saúde, era uma política pública social fundamental nesse processo.

A melhor opção para minimizar índices de desnutrição estava em melhor distribuir a renda, associada com programas de educação da população. Segundo o Unicef, no início da década de 1980 existiam 12 milhões de crianças brasileiras entre 1 e 5 anos de idade que sofriam algum tipo de desnutrição. Em regiões rurais do Nordeste os índices chegavam a 71% (D.M., 24/03/83, p.7).

Um dos fatores que mais contribuía, segundo Carrano Albuquerque, Diretor do Centro Regional de Saúde, em 1986, para o aumento da desnutrição na região, foi o grande fluxo de emigrantes, que abandonavam seus redutos rurais, na expectativa de encontrarem, em Juiz de Fora, melhores condições de vida. Não conseguindo incorporar-se ao mercado de trabalho, ficavam em situação crítica, muitas vezes sem condições de obterem alimentação necessária. Alguns críticos diziam⁶⁹ que a problemática da cidade se devia ao fato de o município ser de porte-médio e semi-industrializado.

5.3- Saúde da criança de 0 a 6 anos

A Secretaria do Bem Estar Social, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, implantaram no ano de 1981 o Programa Escolar de Saúde - PROESA⁷⁰ -, que envolvia todos: alunos, pais, coordenadores supervisores e serventes da rede municipal de educação, tratando do que fosse necessário e divulgando o valor da prevenção em todos os aspectos de saúde.

Seus objetivos eram: diagnóstico situacional através da observação dos professores, em cada aluno, sobre os aspectos saúde, função intelectual e psico-social, que levassem posteriormente à verificação dos resultados dos programas a nível educacional; levantamento e tratamento de patologias que incidiam nos escolares; introdução de métodos preventivos e a preparação dos profissionais envolvidos.

Outro programa, voltado para saúde da criança, em Juiz de Fora, foi o **Programa Especial de Pediatria - PEP** -, que defendia uma campanha preventiva⁷¹ em benefício da

⁶⁹ - Diário Mercantil, 07/04/86, p. 4.

⁷⁰ - Portaria 01/12/1981 e Portaria 01/03/1981.

⁷¹ - Estas medidas preventivas, segundo o INAMPS, deviam ser aplicadas principalmente para famílias de baixa renda, em que os problemas se manifestavam com mais intensidade. Essas medidas consistiam em: aplicação de vacinas; atendimento pré-natal; acompanhamento do bebê até completar 2 anos de idade; ampliação o atendimento médico; aplicação de flúor; prevenção de cáries, palestras em colégios; palestras em igrejas, pois esta representava uma forma de se chegar às comunidades; atividades recreativas nos postos de saúde; distribuição de folhetos de higiene nos postos, escolas e locais públicos.

criança brasileira. Nesse sentido, dever-se-ia amenizar os efeitos de um problema, cujas causas estavam na falta de recursos das famílias que viviam nas áreas mais pobres da cidade, ou seja, antes de tudo era preciso beneficiar a família para amenizar esses problemas sociais.

No final da década de 1970, a Organização Mundial de Saúde se preocupou com a infância e Juiz de Fora aderiu a essa preocupação, visto que apresentava índices crescentes de desnutrição e de verminose, quadro sintomático do subdesenvolvimento. Foram criados ambulatórios, medida recomendável para uma política em que os hospitais apareciam como retaguarda do sistema sanitário deficitário. Coincidentemente, a Secretaria de Bem-Estar Social - SEBES - assinou um convênio com o Ministério da Educação para construção de casas comunitárias em diversos bairros, de acordo com o Plano de Educação Comunitária para a Saúde (1979), visando controlar, entre outros, aspectos relacionados à habitação e saúde.

O problema da saúde na área infantil ocorria principalmente por causa da deficiência da alimentação, desde o leite materno. Nesse sentido, os especialistas, em geral, afirmavam que o ideal era dar orientações corretas às mães em ambulatórios, onde as crianças receberiam também as vacinas de rotina, o acompanhamento e o diagnóstico, dentro de um programa para a criança de 0 a 2 anos, para os pré-escolares e, posteriormente, nas escolas.

Várias instituições funcionavam na cidade com o objetivo de orientar as mães e distribuir alimentação, entre as quais, menciono: O PEP⁷², o Ambulatório do Centro Comunitário Padre Roberto Spauwen⁷³, o Associação das Damas Protetoras da Infância - ADPI⁷⁴ e o PAPPE. Todos procuravam proporcionar às crianças de famílias sócio-econômicas carentes de várias áreas urbanas periféricas assistência integral necessária ao desenvolvimento físico, mental e social.

⁷² - Voltava-se para o atendimento da criança de 0 a 2 anos normais e subnutridas. Estas recebiam leite em pó, legumes, verduras, ovos, leite e soja a partir do 4º mês de vida, quando a criança começava a se alimentar de outros alimentos, além do leite materno.

⁷³ - Atendia, em 1979, a 5000 crianças dos bairros: Serro Azul, Nossa Senhora de Fátima, Martelos, Cidade Universitária e São Pedro. Nessa instituição havia espaço reservado para a equipe do PAPPE. Esse ambulatório atendia a crianças de 0 a 12 anos e almejava uma integração com UFJF.

⁷⁴ - Associação das Damas Protetoras da Infância era uma entidade particular que realizava trabalhos assistenciais na cidade de Juiz de Fora desde 1934. Esta congregava médicos, enfermeiros e funcionários, no combate à mortalidade infantil. Prestava atendimento através de postos de puericulturas, para ampliar a assistência médica, educativa e alimentar. Havia nove postos da ADPI espalhados pela cidade, oferecendo leite para as crianças de 0 a 2 anos (lactários), além de informações sobre higiene para bebês e das famílias, curso de culinária, educação alimentar e dietética no preparo dos alimentos. As verbas utilizadas nesta associação provinham de doações, eventos assistenciais e campanhas. D. M., 23/05/79. P. 11 e D. M., 17-11- 79, p. 2. Essa instituição funciona até hoje com o mesmo objetivo.

Toda essa preocupação com a saúde da criança menor de 7 anos objetivava, entre outros, diminuir os índices de mortalidade infantil na cidade. Um estudo realizado por Olavo Lustosa⁷⁵ em 1979, apontou que em 1934 morriam, em Juiz de Fora, 200 crianças em cada 1000 nascimentos. No final da década de 1970, esses resultados eram bastante diferentes, registrando 57,8 mortes em cada 1000, sendo que metade era vítima de partos prematuros causados pela falta de mínimas condições de saúde das mães⁷⁶.

Os fatores que contribuíram para essa redução foram: água encanada e tratada; leite pasteurizado e ensacado; abertura de lactários e instituições assistenciais; o atendimento pediátrico e o incentivo da Prefeitura de Juiz de Fora na abertura de pré-escolas e distribuição de merenda, inclusive durante as férias escolares. Mas, apesar da redução, esse número ainda era considerado elevado, sendo necessárias intervenções governamentais para melhorar a qualidade de vida das crianças.

5.4 - AIC- Ano Internacional da Criança e a preocupação com o menor

Outra ação que desencadeou a discussão sobre a importância da educação infantil na vida das crianças, no mundo todo, foi o Ano Internacional da Criança - AIC - em 1979, que impulsionou, também, a expansão da educação infantil no Brasil e em Juiz de Fora, segundo relato da Secretária de educação da época, Maria Luiza de Oliveira.

Em 1958, a Assembléia-Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração dos Direitos da Criança. Após 20 anos da elaboração, do documento, em quase todo o mundo, milhares de crianças, ainda, viviam em condições subumanas, o que levou à criação do Ano Internacional da Criança em 1979.

Em 1976, segundo estudo elaborado pela Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI -, foi detectado que existiam 25 milhões⁷⁷ de menores carentes e abandonados no Brasil. De acordo com a CPI do menor, apenas 26% dos municípios brasileiros contavam com verbas específicas em seu orçamento para assistência às crianças e jovens carentes. Somente 12% dos 3.953 municípios recebiam ajuda dos órgãos federais e estaduais para investir no setor (D.M. 05/01/79, p. 11).

⁷⁵ - Médico renomado da Cidade. D.M. 07/04/79, p 10 e 11.

⁷⁶ - Diário Mercantil, dias: 29/05/82, p.4 e 11/07/82, p.1.

⁷⁷ - Diário Mercantil (05/01/ 79, p. 11).

A situação do menor em Juiz de Fora não se mostrava diferente do restante do Brasil, com um número crescente de crianças e adolescentes em situação de risco, vivendo nas ruas sem nenhuma proteção. Maria Luiza de Oliveira Moraes, em entrevista, destacou que a Prefeitura do Município dispunha de pouca verba para custear programas que beneficiassem os menores e quase não recebia apoio financeiro enviados pelos Governos Federal e Estadual.

Segundo essa mesma informante, uma alternativa seria investir na educação pré-escolar, que atenderia às crianças nos aspectos educacionais e assistenciais, além de beneficiar a família. Porém, esse segmento de ensino, na década de 1970 e início da década de 1980, não era responsabilidade de nenhuma das três esferas governamentais “ninguém queria a educação infantil⁷⁸”. Juiz de Fora, entretanto, reconheceu a importância da educação infantil e travou “uma luta⁷⁹” para abrir escolas que beneficiariam crianças de 2 a 6 anos e contribuiriam para amenizar o problema do abandono de menores.

As autoridades políticas denunciavam a urgência de resolver o problema de crianças abandonadas que moravam nas ruas. Falava-se da necessidade de se livrar a sociedade dos marginais, trombadinhas que perambulavam pelas ruas sem destino. Nessa época, a denominação “menor” apresentava tom pejorativo, sendo associado a menino de rua. Esse problema tinha raízes longínquas, uma vez que se iniciara na colonização com os meninos órfãos que foram trazidos nos navios portugueses e se intensificara com a abolição da escravatura. Ainda na década de 1980, os termos não mudaram e o problema continuava latente, como expressou indignada a Deputada Estadual do Partido do Movimento Democrático Brasileiro- PMDB- Heloneida Studart:

A cada dia que passa mais cresce o número de meninos e meninas comendo a lama do mundo antes mesmo de ter dentes para isso. Aos montes feito um enxame de moscas, eles circulam pelas praças e pelas ruas, pedindo níqueis, esmolando, puxando a roupa dos adultos (logo puxarão a bolsa). Dormem embrulhados nos jornais. Vi um, de uns nove anos, louro moreno (menino pobre nunca é completamente louro, pois vive ao sol e à chuva) dormindo rente a porta de uma loja que vende maravilhosas cozinhas para apartamento de luxo. Seu sono era profundo. Mas dos seus olhos cerrados, desciam dois fios de lágrimas. Sofria mesmo dormindo. Que país será este que até dormindo, suas pobres crianças choram? O pior de tudo: a cidade não nota mais. Por um mecanismo de defesa subjetiva, tranqüilas mães de famílias cujos filhos da mesma idade têm alimentação balanceada, colégio com circuito fechado de

⁷⁸ - Entrevistas Maria Luiza de Oliveira Moraes.

⁷⁹ -Entrevista Antonio de Mello de Reis

televisão e psicólogos às ordens, empurrando pra longe de suas saias honestas, os garotinhos miseráveis: sai daí, menino, não chateia (D.M., 11-10-81, p. 7).

Para mudar a situação do menor no município de Juiz de Fora/MG, era preciso investimento político com muita intensidade, sendo o setor educacional essencial nesse processo. O pré-escolar, segmento educacional privilegiado desta pesquisa, era considerado como necessário, como uma medida definitiva, que precisava de investimento governamental, como já mencionado.

A Secretaria Municipal de Educação considerava necessária a abertura de escolas pré-primárias. Chamava atenção para o fato de que não se deveria comemorar este evento com ofertas de balas, brinquedos, materiais escolares, medidas que alegravam as crianças no momento, mas que não contribuíam para mudar sua situação diante de tantas desigualdades sociais.

A retomada de um maior grau de instrução deve ser feita na fase em que o menor está em idade pré-escolar. É o investimento nesta idade que irá corrigir uma série de problemas, como índice de reprovação em massa, na primeira série do primeiro grau (D.M., 12-12-78, p. 14).

Acionados ou não pela Campanha do Ano Internacional da Criança e Ano I da Criança Brasileira, vários setores se sentiram na responsabilidade de se movimentarem para dedicarem o ano de 1979 à criança. Notícia⁸⁰ veiculada pelo jornal local registrava que fora organizada pela Associação Brasileira de Enfermagem⁸¹ - ABEN - uma programação local para o AIC, com a presença de 50 enfermeiros de Juiz de Fora e região, cujas atividades visavam à assistência à criança. Esse evento ocorrera do dia 12 a 20 de maio de 1979, com o tema “A Enfermagem e as Crianças na Realidade Brasileira”. Além de palestras, foram promovidas ações práticas. Essa semana contou com o apoio da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Embora as falas dos entrevistados apontassem a importância do AIC, o noticiário local, representado pelo Diário Mercantil (06/01/79, p.14 e 09/05/79, p. 2), levantava críticas denunciando que no AIC e no Ano da Criança Brasileira não tinham sido tomadas, na cidade,

⁸⁰ - Diário Mercantil. 31-01-79, p. 4.

⁸¹ - A Associação convidou para fazer parte do evento o Centro Regional de Saúde, Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social, Arquidiocese, Instituto Pestalozzi e Apae.

medidas que pudessem ser capazes de modificar a qualidade de vida das crianças juizforanas. Segundo o periódico, as medidas adotadas tinham sido pontuais e concentraram, sobretudo, na área de lazer.

O poder público municipal se manifestou a favor do AIC, isso ficou claro ao analisar os documentos contidos na Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora, onde encontrei a Portaria (nº. 008/78-anexo/3), que criou uma comissão de Coordenação do Ano Internacional da Criança, composta por profissionais multidisciplinares, entre eles a Secretária de Educação do Município, que era Presidente da Comissão, para organizar eventos e ações em prol da criança na cidade.

Conforme informações de funcionários da Secretaria Municipal de Educação, foram organizadas palestras para os professores, especialistas, supervisores, estudantes, entre outros, demonstrando a necessidade da educação pré-escolar para as crianças menores de 7 anos. Tais discussões, além de contribuírem para a política municipal de educação infantil, fortificaram o debate em favor das Escolas Municipais de Educação Infantil cujo projeto foi elaborado neste ano, fortalecido por um evento internacional que ocorrera em São Paulo para divulgar o AIC.

Nesse contexto, observamos iniciativas tomadas pelas lideranças locais, mas que eram limitadas, pois atingiam um número pequeno de crianças. Ainda que não atendessem a todos e fossem passíveis de ajustes, não podemos negar a importância da percepção por parte dos governantes do oferecimento da educação pré-escolar.

5.5- LBA - Legião Brasileira da Assistência

Desde 1975 a Legião Brasileira de Assistência mantinha convênio com a Prefeitura de Juiz de Fora, proporcionando atendimento integral às crianças de até sete anos, carentes, moradores de bairros considerados periféricos⁸², beneficiados pelas creches-casulos e pelo PAPPEs, contando com trabalho voluntário. A LBA, na década de 1970, atuava na cidade visando ampliar o pré-escolar, atendendo ao maior número possível de crianças carentes de 0 a 6 anos. A entidade prestava atendimento desde o pré-natal até a criança completar 7 anos; aos idosos; excepcionais; oferecia cursos de profissionalização e doação de registros civis⁸³. (D.M. 29/11-78, p.2 e D.M., 15-10-80, p. 9).

⁸² -Diário Mercantil, 15-04-78, página 7.

⁸³ - Apesar do foco central da Legião Brasileira de Assistência se pautar na criança, com a implantação do projeto casulo, sua atuação estendeu-se também a outras faixas etárias.

Vários municípios receberam auxílio da LBA para construir as creches-casulos, estas objetivam atender o maior número de crianças com poucos recursos. A meta, para o Brasil, no início da década de 1980, era colocar 1 milhão de crianças nas unidades casulos⁸⁴.

Para atingir essa meta grandiosa, o Programa chamava todos (Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, empresas e comunidade⁸⁵) para ampliarem as oportunidades de atendimento. Destacou o Diário Mercantil (15-01-80, p.14): “*Tratava-se, sobretudo, de aproveitar todos os espaços disponíveis para instalação de creches*”. As prefeituras poderiam contribuir fazendo uma análise de suas escolas, buscando verificar se havia espaço ocioso para se montar uma creche-casulo.

Como já fora anteriormente mencionado, políticas emergenciais que destinavam um atendimento precário para os pobres têm acompanhado a trajetória da educação infantil. Para sua consecução, as crianças eram atendidas em locais improvisados, com materiais precários, por profissionais nem sempre qualificados. Esse tipo de atendimento não raro se caracterizava por apresentar baixa qualidade, não contribuindo efetivamente para o desenvolvimento infantil. Além disso, a presença forte do trabalho voluntário também constituía marca de precariedade das políticas públicas voltadas para a infância. Utilizando-se a argumentação da falta de recursos, buscava-se, através dessas políticas emergenciais, atender a um grande número de crianças com recursos reduzidos, utilizando, para tal, os instrumentos mencionados.

Outra iniciativa que nos mostra como essas políticas eram emergenciais e visavam amenizar um problema social crescente, sem, no entanto, atingir a causa, foi a implantação de salas de pré-escolar onde houvesse espaço disponível em escolas municipais - puxadinho no fundos das escolas. Esse tipo de construção irregular, utilizado para atender a mais crianças, também demonstrava a fragilidade das políticas municipais voltadas para o setor, uma vez que, desprovido de um plano específico, utilizava locais desconsiderando as especificidades das crianças.

Com a disposição de conseguir recursos de 60 mil empresas do país, a LBA lançou uma campanha, em 1980, destinada ao aproveitamento dos incentivos fiscais previsto na legislação do Imposto de Renda, para o fortalecimento e ampliação dos programas de desenvolvimento sociais. Segundo a Presidente da LBA, na época, Léa Leal, eram “*tais*

⁸⁴ - Diário Mercantil, 15-01-80, p. 14.

⁸⁵ - A comunidade foi convidada a participar através do Programa Nacional de Voluntários, lançado no início dos anos de 1980.

doações, na realidade, investimentos sociais e encontram amparo na aplicação dos artigos 187 e 188 do decreto lei 76. 186, que regulamentava o Imposto de Renda” (D.M, 15-10-80, p. 9). Nesses dispositivos estavam previstas como despesas operacionais, dedutíveis, portanto das declarações, as contribuições efetivamente feitas pelas empresas às instituições com finalidade assistencial, como a LBA, não podendo exceder 5% dos lucros.

[...] ocasionando esta abertura fiscal de amplas possibilidades sociais o empresariado brasileiro estará dando um magnífico exemplo de solidariedade e sua colaboração aos esforços do Governo e ao trabalho da LBA. Todos, portanto, investindo sábia e conscientemente no homem brasileiro e no futuro do país. (D.M, 15-10-80, p. 9)

Das informações elencadas, penso ser interessante destacar duas. Primeiramente, que o atendimento prestado pela Legião Brasileira de Assistência em conjunto com o Governo Federal visava atender um número grande de crianças, porém os recursos “precisavam” ser complementados pela iniciativa privada.

No caso específico da educação infantil, como já destaquei em várias partes do texto, os programas voltados para os pequenos geralmente eram relacionados aos setores privado ou filantrópico, incentivando as instituições privadas a se sensibilizarem com a causa social. Sendo assim, percebe-se um repasse de responsabilidade social com as crianças, do governo para outros setores⁸⁶.

A segunda questão que percebo é a preocupação com o desenvolvimento do país. No discurso acima está claro que era preciso investir na criança para pensar no futuro do Brasil que neste momento, ansiava por seu desenvolvimento. Entretanto, os problemas sociais latentes dificultavam a mudança da configuração da nação.

A despeito de meu trabalho centrar-se nas EMEIs que ofereciam atendimento pré-escolar, considerei importante situar a LBA pelo fato de a entidade ter exercido influência no pré-escolar com a implantação do PAPPE que, como já destaquei, ter se constituído como embrião das EMEIs. Não poderia deixar de mencionar a LBA, pois essa entidade foi responsável pelo atendimento infantil durante muitos anos, tendo uma atuação grande no município de Juiz de Fora, influenciando, inclusive, em suas políticas públicas voltadas para a infância menor de 7 anos de idade.

5.6- OMEP - Organização Mundial de Educação Pré-Escolar

⁸⁶ - Estas idéias também foram discutidas exaustivamente no item reservado ao histórico.

Com o objetivo de prestar atendimento educacional à criança em idade pré-escolar, em 1979, um grupo de educadores se reúne para preparar a instalação de um comitê da Organização Mundial de Educação Pré-Escolar - OMEP⁸⁷- em Juiz de Fora. O slogan da instituição, “Orientar a Criança Hoje é Prevenir o Marginal de Amanhã⁸⁸”, enfatizava que os maiores cuidados para educação e nutrição deveriam ser tomados nos primeiros anos de vida. No Brasil os dados demonstravam que de 24 milhões de crianças em idade pré-escolar apenas um décimo deste número era plenamente atendida⁸⁹. A inauguração da OMEP em Juiz de Fora veio concretizar mais uma atividade relacionada ao Ano Internacional da Criança.

A OMEP foi fundada em 1948 em Viena por um grupo de educadores idealistas, com o fim de conhecer melhor as crianças e trocar experiência com outros países. O comitê brasileiro da entidade funcionava ligado a vários órgãos, como LBA, Coordenação de Proteção Materno Infantil do Ministério da Saúde, Ministério da Fazenda e outros.

Percebe-se que o atendimento às questões relacionadas à infância pobre, financeiramente, no Brasil, atrelava-se, mais sistematicamente, ao setor assistencial, realidade a que o município de Juiz de Fora não escapara. Isso ficou claro pelos convênios firmados, com mais frequência nessa época⁹⁰. A principal responsável pelo atendimento à criança no país era a LBA, órgão responsável pela assistência. Uma organização internacional como a OMEP se instalou na cidade e teve apoio dos órgãos de assistência e da saúde, apesar de ser explícita a necessidade pedagógica na vida das crianças.

A criação de uma creche para filhos de empregadas domésticas foi uma das conquistas da OMEP, em 1980, em Juiz de Fora. Esta funcionava em tempo integral e tinha colaboração da LBA e do “Projeto Casulo”. A OMEP também atuava na formação de profissionais para atuarem com segmento pré-escolar. Para se manter, a organização sempre contava com pessoas, entidades e voluntários, tendo o objetivo de ampliar os trabalhos desenvolvidos em prol da criança pequena⁹¹.

⁸⁷ - A Organização Mundial de Educação Pré-Escolar, que se associou ao Comitê Nacional Brasileiro de Educação Pré-Escolar em 1953, instalou-se em Juiz de Fora em 9 de agosto de 1979, como mais uma atividade do AIC.

⁸⁸ - Slogan divulgado nacionalmente.

⁸⁹ - Diário Mercantil, 25-05-79, p. 5.

⁹⁰ - Programas como: LBA, PAPPE, Mobral, entre outros.

⁹¹ - Diário Mercantil, dias: 13-03-80, p. 5 e 15/03/80, p.5.

5.7- Mobral - Movimento Brasileiro de Alfabetização

Cerca de 70 mil crianças foram incorporadas ao programa de atendimento aos menores de 4 a 6 anos, que o Movimento Brasileiro de Alfabetização- Mobral - vinha realizando entre a população de baixa renda. Esse programa era desenvolvido em conjunto com instituições que atuavam na área social e com apoio da comunidade, principalmente pais e mães. O programa foi desenvolvido em dois mil núcleos espalhados por vários municípios do país. O projeto atendia aos Estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Sergipe, Amapá, Rondônia, Roraima e Distrito Federal. (D.M. 22-02-81, p. 5)

Esse programa nacional, cuja presença em Juiz de Fora devo enfatizar, era voltado para a infância tinha cunho assistencial e prestava atendimento relacionado ao pré-escolar para as crianças carentes. Sua filosofia carregava o estigma assistencial, pela forma como era desenvolvida, com pedidos constantes de trabalhos voluntários e funcionando em locais muitas vezes não apropriados.

Um órgão, que anteriormente, fora responsável pela Educação de Jovens e Adultos começara a investir com mais intensidade no segmento de ensino voltado para a infância. Interpreto que uma das razões pode estar na política educacional nacional que, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, privilegiava a expansão e a melhoria da qualidade do ensino de 1º grau para que este se tornasse equalizado. Isso não significa desprezar a educação de jovens e adultos, que é necessária também para a qualidade educacional e um direito do cidadão. Porém, nesta época era forte a vigência da teoria da privação cultural que apostava no pré-escolar para o bom desempenho dos alunos nas primeiras séries do 1º grau, alvo das políticas locais, estaduais e nacionais.

O Mobral, segundo informações de técnicos da educação, estava voltado para o atendimento das crianças carentes. Sua metodologia, implantada nos Núcleos de Desenvolvimento Infantil (NDIs), era a de aproveitar os espaços ociosos das comunidades, como salões paroquiais e outras dependências, para, com material existente no próprio meio e mais barato, iniciar a alfabetização do maior número possível de crianças. No município de Juiz de Fora foram implantadas 60 unidades de educação pré-escolar, que atendiam a 1562 alunos nos NDIs, além de oferecer cursos profissionalizantes.

No sentido de investir no pré-escolar com o objetivo de “preparar a criança”, social, psicológica e nutricionalmente, o MOBREAL trabalhou em conjunto com a Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), o que garantia a merenda escolar para as crianças

que participassem do Programa. Além da merenda, o CNAE distribuía sementes para que se fizessem hortas nos NDIs, com objetivo de fazer com que as próprias crianças semeassem e cultivassem uma horta coletiva (D.M. 22-02-81, p. 5). De acordo com Maria Stella Vieira da Fonseca⁹²:

O programa representa uma compensação para crianças carentes, pois esta é beneficiada com alimentação adequada e assistência médica, odontológica, pedagógica e de lazer. (D.M. 22-02-81, página 5)

Em meados da década de 1980, essa postura do Programa continuou, mas com outra instância. Em 1986 o Governo Municipal firmou um convênio⁹³ com o Ministério da Educação com a interveniência da Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos - Fundação Educar, objetivando as ações do Programa Nacional de Educação Pré-Escolar, através do Projeto Municipal da Educação Pré-Escolar, que até 1985 era atendido pelo Mobral.

Grande expectativa foi criada após a extinção do Mobral e sua substituição pela Fundação Educar. A população ficou receosa de não ser atendida, especialmente com relação à Educação Pré-Escolar. Como Juiz de Fora tinha 60 postos de atendimento, grande foi a solicitação das famílias das periferias urbanas quanto ao destino das crianças, reivindicando que os NDIs continuassem abertos.

O Ministério da Educação prestava apoio técnico para o desenvolvimento do projeto e providenciava alimentação escolar para as crianças a que estavam atendendo. Já a Fundação Educar aplicava os recursos na contratação de professores⁹⁴ e monitores do Pré-Escolar e estimulava a comunidade a participar com serviços voluntários.

Uma das cláusulas do convênio firmado dizia que, caso os profissionais não tivessem habilitação necessária, poderiam ser contratados educadores sem a formação específica, que teriam o prazo máximo de 4 anos para se habilitar. Essa cláusula confirma que eram admitidos professores sem formação necessária, o que caracterizava um atendimento pré-escolar emergencial e com práticas assistenciais.

⁹² - Coordenadora do Programa no ano de 1981.

⁹³ - Convênio 392 de 1986. Resolução número 761 (1986). Para a realização do convênio o decreto número 3614 (1986) abriu crédito suplementar, utilizando como fonte de recursos para o desenvolvimento do Projeto Municipal da Educação Pré-Escolar.

⁹⁴ - Os professores precisavam ter primeiramente o curso de Pedagogia completo ou curso de magistério completo. Se não fosse possível essas modalidades poderiam ser incompletas.

A Prefeitura de Juiz de Fora não poderia, por questão de princípio e, conseqüentemente, por sua legislação que determinava que o ingresso na carreira de Magistério só seria feita por exame de seleção, com professores habilitados, comprometer-se com o aproveitamento de todas as ex-monitoras das salas de pré-escolar do antigo Mobral. O caráter voluntariado, com remuneração simbólica, em unidades escolares contrariava todas as disposições político-administrativas da época.

Outro fator a se destacar, diz respeito à manutenção das salas de aulas de pré-escolar nos locais (Núcleos de Desenvolvimento Infantil) em que vinham funcionando, o que implicava atacar condições qualitativamente inferiores aos mínimos estabelecidos pela legislação e compatíveis com o respeito aos direitos das crianças.

Mas, segundo Relatório de Transferência (1986), a Prefeitura encontrava-se em um impasse: de um lado, a comunidade pressionando a esfera governamental local para que houvesse continuidade no atendimento às crianças, de outro, o orçamento da Secretaria Municipal de Educação que não tinha como arcar sozinha com todos os postos de pré-escolar da cidade, desenvolvidos pelo ex-Mobral. Como proceder?

A Secretaria Municipal de Educação procurou uma saída e, mesmo com impasse, apresentou proposta, sem deixar de registrar modificações a serem estudadas, tanto do ponto de vista financeiro, quanto do ponto de vista da concepção (Relatório de Transferência, 1986).

Estava claro que a demanda por atendimento à educação pré-escolar era crescente e, ainda em meados da década de 1980, não estava solucionada. Dessa forma, segundo Relatório de Transferência (1986), justificava-se a implantação de instituições com essas características. Mas, por outro lado, as condições da proposta estavam longe de oferecer educação de qualidade para os pequenos. A Prefeitura percebeu que para assumir esse compromisso, era necessário que o MEC desse continuidade aos repasses financeiros antes destinados ao Mobral. Sem uma drástica reforma tributária, o município não teria condições de assumir todos os encargos do pré-escolar, mesmo porque a Prefeitura admitisse que, nesta época, não tinha condições de atender com qualidade toda a demanda existente para o 1º grau, fase educacional obrigatória no país.

Ficou claramente perceptível que apesar de as Escolas Municipais de Educação Infantil terem sido de grande importância para mudar a configuração do atendimento pré-escolar no município, elas não foram suficientes para atender a todos. Havia uma grande

demanda sem atendimento e programas de natureza emergencial, como o da Fundação Educar, antigo Mobral, foram a solução encontrada para amenizar o problema em meados da década de 1980, próximos à Constituição Nacional de 1988 que passou a considerar a educação infantil um direito da criança.

Considero pertinente destacar que era preciso que as lideranças locais buscassem apoio com os governos Federal e Estadual, em regime de colaboração, para que se implantassem programas de qualidade e, o mais importante, que houvesse continuidade em suas ações, haja vista ser uma tradição das políticas públicas brasileiras a descontinuidade, o que provoca defasagens em suas ações.

5.8- AMAC- Associação Municipal de Apoio Comunitário

Em 1983, na gestão do Prefeito Raimundo Tarcísio Delgado (1983/1988), a Administração deu início à abertura de novos espaços destinados à participação de voluntários provenientes das classes média e alta. Foram compostos os chamados “Grupos Solidarietà”, os quais teriam como função apoiar projetos de caráter social emergencial, realizando promoções e captando recursos. Uma das metas desses grupos era reivindicar creches para crianças carentes, cujas mães trabalhassem fora, ou as que não tinham condições financeiras de manter seus filhos. Para resolver essa questão, foi criado, também, um órgão específico, a Associação Municipal de Apoio Comunitário - AMAC.

Nesse contexto em 1984 foi criada a AMAC, órgão importante na área social, associado ao atendimento de creches para crianças de 0 a 3 anos, como uma instituição civil, juridicamente privada e sem fins lucrativos. “*Era constituída por sócios, mas recebia igualmente dotações orçamentárias do Município e realizava amplos convênios*” (Viscardi, 1990, p.98). Sua estrutura privada se destinava a agilizar as decisões administrativas, uma vez que prestava atendimento emergencial e não poderia prejudicar seu funcionamento pelos entraves burocráticos vigentes.

As instituições pertencentes à Associação Municipal de Apoio Comunitário atendiam, também, a algumas turmas de pré-escolar. As profissionais que exerciam funções nessas turmas estavam lotadas na Secretaria Municipal de Educação e trabalhavam meio período.

Essa situação causava muitos conflitos, pois as profissionais que trabalhavam nas creches cumpriam uma carga horária de 8 horas diárias e sua remuneração mensal era inferior à das professoras que ministravam aulas nas salas de educação pré-escolar. Até o ano de 1996, data limite de investigação desta dissertação, a situação continuava a mesma.

5.9- Programa Cidade Porte Médio (CPM) e financiamento do BIRD.

A política urbana desenvolvida em Juiz de Fora no final da década de 1970 e durante os anos 1980 foi influenciada pelo Programa Cidade Porte Médio que foi viabilizado através dos recursos financeiros do BIRD. Essa política urbana inseriu-se na política nacional de desenvolvimento urbano pós-1964.

Naquele período, o Brasil passara a experimentar acelerado aumento das populações urbanas. O recenseamento de 1970 mostrou que havia mais pessoas residindo na cidade do que no campo e, em 1980, os dados do IBGE demonstraram que esse número elevava-se a dois terços⁹⁵ da população.

Em Juiz de Fora a situação não se mostrou diferente. O Instituto de Pesquisa e Planejamento/IPPLAN/JF, em documento redigido em 1978 que tinha o objetivo de demonstrar o Perfil da Cidade, registrou que, no final da década de 1970 cerca de 97% dos moradores juizforanos residiam na zona urbana, o que caracterizava o município como predominantemente urbano.

Essa vertiginosa concentração populacional nas zonas urbanas, a princípio, atendeu às necessidades do modelo de desenvolvimento econômico adotado no país na década de 1960, e, especialmente, após o Golpe de 1964, em virtude da necessidade de absorção de mão-de-obra, face à nova etapa de industrialização do Brasil.

Mas, a partir de determinado momento, ela passou a “incomodar” o sistema vigente e tornou-se “perigosa” devido aos problemas que acarretou, tais como falta de equipamento urbano (água, luz, calçamento, esgoto, etc.); doenças e epidemias; prostituição, mendicância; menores abandonados; desemprego; falta de habitação; assaltos e crimes; pressões populares, etc. etc. etc. (RAINHO, 1984).

Devido a essa série de problemas, o Estado concluiu ser necessário adotar um elenco de providências jurídicas, financeiras e ideológicas visando controlar as populações urbanas e reorganizá-las para que pudesse continuar reproduzindo a força de trabalho e, por conseguinte, o capital.

⁹⁵ - Tribuna de Minas, 12/04/84, p.4.

Através dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, foram traçadas as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, com a justificativa de que havia um caos urbano, fruto do afluxo de migrantes, incorporados desorganizadamente às cidades, com mais intensidade, a partir da década de 1970.

Com esse pensamento as esferas governamentais passaram a defender outro discurso político e a desenvolver outra política nacional que considerava necessária a contemplação das populações rurais, visando impedi-las de continuar migrando para os grandes centros urbanos.

Foi criado, então, o Programa Cidade Porte Médio (CPM), com o objetivo de estimular novos pontos de desenvolvimento, desconcentrar as atividades econômicas e desconcentrar a população, reorientando o fluxo migratório.

Segundo Rainho (1984), o Programa CPM apoiou-se numa política de desenvolvimento urbano que pressupunha as noções de crescimento controlado da população urbana e a abertura de indústrias como estratégias de desenvolvimento. Em Juiz de Fora tal política foi desenvolvida com investimentos financeiros do BIRD.

Mattos (1984) sustenta que, ao manter Juiz de Fora no Programa Cidade Porte Médio CPM/BIRD, a administração municipal submeteu sua política urbana ao capitalismo internacional, que estaria usando esse programa para firmar seus interesses sobre a pequena indústria local. Mas, para Juiz de Fora se inserir nessa política nacional, necessitava se renovar. No Plano de Governo, o Prefeito Antonio de Mello Reis⁹⁶ demonstrou essa preocupação, pois afirmava que Juiz de Fora era um município tradicional. “*Somos uma cidade de natureza conservadora, de tal forma que a tendência é sempre pela manutenção dos padrões*”. O Prefeito considerava que cabia ao homem público realizar um grande trabalho, mesmo com sacrifícios maiores, para que uma programação administrativa fosse desempenhada em proveito da própria cidade (D.M. 31-01-82, p.6). Em 1978, a Prefeitura transformou a Secretaria de Planejamento em Instituto de Pesquisa e Planejamento-IPPLAN/JF⁹⁷.

⁹⁶ - Seu mandato estava previsto para quatro anos, mas esse prazo foi prorrogado por mais dois anos, por decisão do Governo Federal. Mello assumiu em 31 de janeiro de 1977.

⁹⁷ - Importante instituto que Juiz de Fora dispunha, na década de 1980, que realizava um trabalho pioneiro na cidade. Concentrava-se na busca de um processo de desenvolvimento equacionado e racionalizado, identificando as prioridades. A presença do Ipplan contou como ponto positivo, quando Juiz de Fora concorreu ao Convênio com o BIRD. No período, este já havia levantado as prioridades do município e já havia feito um plano de execução, o que contou como ponto positivo na hora das escolhas das cidades, pois demonstrava a viabilidade de cada projeto.

Por conta desse pensamento grandioso de desenvolver a cidade e da construção de obras de portes consideradas audaciosas, os críticos do Prefeito de então chamavam-o “megalomaníaco”. Houve investimento para que a cidade “resgatasse” seu desenvolvimento industrial do passado, trazendo diversas indústrias: Siderurgia Mendes Junior, a Paraibuna de Metais e Paraibuna de Papéis e várias outras de médio e pequeno porte. Viscardi (1990) completa, mencionando que, com a instalação dessas indústrias em Juiz de Fora/MG, fortaleceu-se. O movimento sindical. A mesma autora salienta ainda que tal investimento, porém, não descaracterizou a cidade, que continuou predominantemente prestadora de serviços, uma vez que as indústrias recém implantadas eram, em sua maioria de caráter tradicional, alimentícias e têxteis.

Mas, como já disse, para a realização de um programa de obras no qual se incluíssem alguns projetos de destaque e indispensáveis para o desenvolvimento futuro de Juiz de Fora, era preciso “*descobrir fontes de recursos financeiros*”⁹⁸ (D.M. 31-01-82, p.6), visto que o município não dispunha de dinheiro suficiente para arcar com as grandes responsabilidades dessas obras.

Em busca de recursos financeiros, com o objetivo de superar esse entrave no desenvolvimento, o Prefeito Mello Reis destacava que um dos primordiais instrumentos para atingir essa meta era a política de integração e aproximação com as autoridades federais e estaduais.

O município de Juiz de For, durante os anos de 1977 e 1978, pugnou por uma participação mais efetiva no programa “Cidades Porte Médio” do Estado, considerando-se a sua expressão urbano-cultural e sua dimensão sócio-democrática dentro de Minas Gerais.

Concretamente, em termos de canalização de recursos dentro do Programa, obteve a participação do Estado, mas os repasses não contribuía para melhorar as condições da cidade. Cobrava-se do Estado maiores investimentos financeiros, pois este pouco contribuía. O município provou, através de diagnóstico, que era capaz de atingir uma melhor qualidade de vida para sua população, por isso se julgava merecedor dos investimentos do Programa.

Ao considerarmos tais fatos, queremos tão somente salientar a preocupação de que, em razão da política de desenvolvimento urbano preconizada para o País, nosso Município desponta como um dos mais estrategicamente situados e, por conseguinte, não se poderia admitir que, em Minas Gerais,

⁹⁸ - Segundo Mello Reis, a Prefeitura foi deixada por seus antecessores sem um projeto para execução. O estado de empobrecimento do município impedia que se arcasse, por sua própria conta, com os programas básicos propostos pela administração.

qualquer programação para as cidades médias deixasse de contemplar Juiz de Fora. (JUIZ DE FORA, 1978, p.1)

Com base em esforços de seus dirigentes e em justificativa dessa natureza, Juiz de Fora ingressou no Programa Cidade Porte Médio, projeto financiado apenas para grandes cidades e com recursos em grande volume, envolvendo até mesmo agentes de financiamentos internacionais. O Projeto CPM foi uma conquista de Juiz de Fora, uma vez que tinham concorrido ao investimento 40 cidades, algumas menores, outras maiores. Apenas quatro cidades, Juiz de Fora, Florianópolis, Campina Grande e Vitória, foram selecionadas. Esse programa contou com 70% de recursos federais, a fundo perdido ou de participação do BIRD, 20% de recursos estaduais e 10% do município⁹⁹.

Com verba desse programa, Juiz de Fora iniciou as obras das Escolas Municipais de Educação Infantil, com instalação da rede física específica e equipamentos próprios, o que caracterizou uma nova era para o atendimento municipal infantil em Juiz de Fora, até então quase inexpressivo.

Através do Programa de Educação Pré-Escolar foram construídas as 13 unidades de educação pré-escolar, denominados Escolas Municipais de Educação Infantil, tema de que tratarei no item subseguinte.

⁹⁹ - D.M. 31-01-82, p. 6.

6- EMEIS- ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Neste tópico teço considerações sobre as Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEIs-, foco central de análise desta dissertação. Nos tópicos anteriores deste item, levantei ações e programas voltados para a infância menor de 7 anos em Juiz de Fora, com o intuito de mostrar quais políticas estavam sendo desenvolvidas pela esfera municipal em prol das crianças nas décadas de 1970 e 1980. Tal iniciativa me auxiliou a compreender um contexto mais amplo de políticas públicas municipais sendo gestadas desde a década de 1970 que possibilitaram, na década de 1980, a abertura das EMEIs.

Essas escolas infantis representaram, em minha interpretação, uma inovação na política municipal voltada para a educação pré-escolar, pois, anteriormente à inauguração dessas instituições, o atendimento à criança pequena se concentrava em programas de caráter assistencial, que atingiam uma pequena parcela da população carente financeiramente, existindo poucas instituições públicas que prestavam atendimento pré-escolar. Dessa forma, pouco se contribuía para melhorar a qualidade de vida dos pequenos e melhorar a qualidade educacional do município era o principal objetivo de tais programas.

No início da década de 1980, não era mais aceitável tantas crianças ficarem sem atendimento. Assim, uma bandeira foi levantada pelas lideranças locais em prol da infância, visando, entre outros, diminuir o número de evasão e repetência e melhorar a qualidade de vida de crianças vindas de famílias socioeconomicamente carentes.

No entanto, neste período, vivia-se uma situação, segundo as lideranças locais, de falta de recursos para se investir na educação infantil, o que nos faz compreender um dos fatores responsáveis pela forma lenta da expansão da rede do pré-escolar em Juiz de Fora e no Brasil como um todo.

Murílio de Avelar Hingel, quando atuou no Ministério da Educação e Cultura, na década de 1970, como assessor técnico, disse que, embora houvesse uma comissão organizada para discutir sobre ações voltadas para educação infantil, eram poucos os recursos destinados ao setor. Na realidade, não ficou sabendo de nenhum projeto orçamentário para ser aplicado na educação pré-escolar nesta década.

Apesar da falta de recurso, as esferas políticas, principalmente municipais, perceberam que a escola infantil tornava-se de fundamental importância, porque se constituía como uma iniciação à educação básica. Com esse pensamento, os dirigentes políticos municipais do início da década de 1980 consideraram que valia a pena insistir, portanto, na construção desses estabelecimentos de ensino. *“Quanto mais distante e pobre, mais carentes e*

necessitados, mais útil seria o investimento”, foram os dizeres do Prefeito Francisco Antônio de Mello Reis (1977/1982) para o jornal Diário Mercantil (15/06/82, p. 2).

Em entrevista, o então Prefeito disse ainda que, na época, a cidade precisava realizar muitos investimentos em educação, para se chegar a um ponto razoável de atendimento escolar às crianças, sendo as escolas infantis um primeiro passo para isso. Não era considerado como “*prejuízo*”¹⁰⁰, investir na educação pré-escolar, haja vista a possibilidade de gastos maiores com os reprovados na 1ª série do antigo primário.

A autoridade política reforçou em entrevista que tinha a consciência da importância da educação pré-escolar para as crianças pequenas, mas enfatizou que a Prefeitura não tinha como arcar sozinha com os gastos, para construir e manter as pré-escolas. Deixou explícito em entrevista concedido ao jornal Diário Mercantil (D.M. 11-10-81, p. 7) que, embora não houvesse obrigação para o município em Lei, a Prefeitura estava abrindo turmas de pré-escolar em todas as escolas onde houvesse espaço físico disponíveis. Isso:

[...] por acreditarmos que um fator importante de melhoria de ensino será educação pré-escolar. Como prova disso, das crianças de 1ª série que passaram pelo pré, o índice de aprovação chega a 90%, enquanto que na mesma escola, das crianças que não fizeram o pré, 50% foram reprovadas.

Anteriormente, da abertura das EMEIs, um primeiro passo para ampliar a oferta de educação foi abrir salas de 3º período, em escolas municipais em que houvesse espaço disponível. No início da década de 1980, cerca de 50%¹⁰¹ das escolas municipais contavam com salas de pré-escolar. Mas segundo a Secretária de Educação do período, Maria Luiza de Oliveira Moraes, mesmo essa iniciativa não fora suficiente para solucionar o problema, pois a “*demanda era muito maior que as vagas oferecidas. Contudo, significava mais um passo para ampliação do setor*”.

Realmente, muitas crianças ficavam sem atendimento, como nos mostrou o Convênio 1358/1982¹⁰², que trouxe dados referentes a esse segmento de ensino. No início da década de 1980, Juiz de Fora possuía, aproximadamente, 35.000 crianças, na faixa etária de 0 a 6 anos. Destas, 3.806 eram atendidas pela rede privada, 2.046 pela rede estadual, 351 pelas escolas

¹⁰⁰ - Fala de Maria Luiza de Oliveira Moraes.

¹⁰¹ - Dados estatísticos presentes no Diário Mercantil em 07/07/78, p.5 e confirmados em documentos da Secretaria Municipal de Educação.

¹⁰² - Convênio entre Estado de Minas Gerais, através de sua Secretaria de Educação, município de Juiz de Fora em 27 de maio de 1982 - Programa Municipal e Estadual de Educação Pré-Escolar.

municipais de 1º Grau, 378 pela rede municipal conveniada e 498 pela não conveniada. A rede que atendia ao menor número de crianças era a municipal.

Envolvidas por essa política que ansiava melhorar a qualidade educacional do município, seus representantes políticos observaram que apenas abrir classes de pré-escolar em escolas municipais não era suficiente para suprir a necessidade da cidade. Assim, procuraram assinar convênios com outras instâncias políticas para abrir uma rede de escolas infantis.

As EMEIs nasceram no seio dessa política. Tais instituições foram fruto de um convênio firmado entre as instâncias Federal, Estadual e Municipal com apoio financeiro do BIRD, objetivando atender à faixa etária de 2 a 6 anos de idade. A partir desse convênio, foi criado o Programa do Pré-Escolar - PROPRE-, que foi o responsável pelo surgimento das EMEIs.

O Programa de Educação Pré-Escolar - PROPRE -, criado no ano de 1978, comportou dois subprogramas: o Programa do Ensino Pré-Escolar (PROENPE) e o Programa de Atendimento e Programação do Pré-Escolar (PAPPE). Este último, já existente no município desde 1977, foi um dos programas responsáveis pelo atendimento pré-escolar antes da abertura das EMEIs. O PAPPE passou a receber verba do BIRD para possibilitar a expansão do pré-escolar no município.

Em tópicos anteriores já houve oportunidade de comentar sobre a atuação do PAPPE no município. Retomando, resumidamente, o Programa atendia a crianças pobres, na faixa etária de 2 a 6 anos. Tinha o objetivo de prestar atendimento médico, psicológico, social e pedagógico. O PAPPE chegou a atender, no ano de 1981, a 1300 crianças. Ao integrar-se ao PROPRE e receber verbas do BIRD, tinha-se a perspectiva de atender a 6000 crianças até o ano de 1982. Concentrarei minhas atenções no PROENPE, pois no âmbito desse subprograma se deu a construção das EMEIS.

O Programa de Ensino Pré-escolar - PROENPE - compreendia atendimento à educação, à saúde, à nutrição e à assistência social, tendo por meta a expansão do ensino pré-escolar na área urbana da cidade de Juiz de Fora, com a construção e o aparelhamento de 13 unidades de pré-escolar, localizadas em bairros periféricos, com o objetivo de atender 2600 crianças, entre as idades de 3 a 6 anos. Além de construir as EMEIs, o Programa investiu em diversas escolas municipais¹⁰³, abrindo salas de 3º período, continuando a política do município.

¹⁰³ - Escola Municipal Álvaro Braga de Araújo, Escola Municipal Carlos Augusto de Assis, Escola Municipal Cecília Meirelles, Escola Municipal Cosette de Alencar, Escola Municipal Manuel Bandeira, Escola Municipal Paulo

Ao implantar o PROENPE¹⁰⁴, a prefeitura municipal se comprometia a criar, nos órgãos e agentes responsáveis pelo desenvolvimento do pré-escolar, a consciência do imperativo social de assistência global à criança na faixa etária de 2 a 6 anos; canalizar para o projeto recursos econômicos indispensáveis à sua implantação e implementação; desenvolver e operacionalizar os recursos humanos e de infra-estrutura sócio-econômica para a consecução dos objetivos específicos; estabelecer as condições necessárias mobilizando todo o potencial e os recursos disponíveis e rever e atualizar e/ou criar as normas legais necessárias à maximização do desempenho do projeto. (IPPLAN/JF, PROPRES, 1978)

Para os organizadores do PROENPE a construção das EMEIs era necessária, pois Juiz de Fora dizendo contava com uma grande parcela da população socioeconomicamente desfavorecida, com baixo índice cultural, com alto índice de subnutrição e saúde precária, sendo necessário atendimento integral à criança. “A *experiência tem demonstrado que programas educacionais desvinculados de assistência nutricionais e de saúde tendiam ao insucesso*”. (PROPRES, 1978). Do mesmo modo, o atendimento à criança sem envolver a família e a comunidade era incompleto, já que não se corrigiam na fonte os maus hábitos alimentares e de higiene, geradores de inúmeras doenças.

Acentue-se, pois, que um dos princípios fundamentais do Programa de Pré-Escolar é o de que a assistência ao desenvolvimento da criança deve ser global compreendendo, essencialmente educação, saúde, nutrição e assistência social. (IPPLAN/JF, PROPRES, 1978, p.2).

Antes de construir as EMEIs¹⁰⁵, a Secretaria Municipal de Educação organizou uma equipe para planejar as instituições, contando com a participação de membros do Instituto de Planejamento e Pesquisa de Juiz de Fora-IPPLAN/JF. Criou, também, o Setor de Educação Infantil, para fazer treinamento profissional dos professores que trabalhariam nas instituições.

A primeira EMEI, que recebeu o nome de Escola Municipal de Educação Infantil Pedro Nagib Nasser foi inaugurada no dia 28 de maio de 1982, no Bairro São João. Esta possuía duas salas com 56 metros quadrados e tinha a capacidade para atender a 85 crianças, de 2 a 6 anos. A escola funcionava, na época, em dois turnos e possuía espaços para diretoria,

Japyassu, Escola Municipal Olinda de Paula, Escola Municipal Magalhães e Escola Municipal Vereador Marcos Freesz aderiram ao Programa, ampliando seu atendimento às crianças de 6 anos com a abertura de salas de pré-escolas.

¹⁰⁴ - Ofício 028 de 20/03/1979. Reformulação da Política de Convênios Educacionais com escolas infantis. Este mencionou o PROENPE e em anexo teceu comentário sobre suas metas e objetivos.

¹⁰⁵ - Planta em Anexo-5

secretaria, cantina, banheiros, serviços social e psicológico. O quadro de funcionários era: quatro professoras regentes, duas coordenadoras, dois vigias e um servente.

A Secretária de Educação, Maria Luiza de Oliveira Moraes, assinalou¹⁰⁶ que a entrada em atividade da escola significava um novo momento na educação. Disse que a administração da época estava investindo maciçamente nessa área, por acreditar que a educação pré-escolar era tão importante quanto o ensino de 1º e 2º graus.

Posteriormente, foram inauguradas, até outubro de 1982, as EMEIs: João Panisset; Ilva Mello Reis; Pedro Nagib Nasser; Professor Tarcísio Glanzmann; Professora Maria Malta; Elpídio Corrêa Farias; Professora Edith Merhey; Professor Oscar Schmidt; Ernane Lara Mourão; Professor Reinado Andrade; Helena de Almeida Fernandes (DECRETO, Nº. 2698 de 18/02/1982-Anexo/4).

A última EMEI inaugurada foi a José Homem de Carvalho, implantada no início de 1983, no bairro Ipiranga. Todas as unidades nasceram dentro do pensamento da educação compensatória, ou seja, as crianças seriam preparadas para as séries posteriores. Foram financiadas pelo Programa Cidade Porte Médio – CPM/BIRD-, a fundos perdidos. “*Ou seja, não precisam pagar*”, falou com expressividade a Secretária de Educação.

Os locais onde foram erguidas as 13 EMEIs foram: Santa Efigênia, Nossa Senhora Aparecida, Santo Antonio, Progresso, Cerâmica, Vila Santa Rita, Marumbi, São Tarcísio, Borboleta, Granjas Betânea, Vila Olavo Costa e Bairro de Lourdes, localidades consideradas carentes.

Os terrenos para a construção das escolas infantis foram conseguidos através de doações, compras e desapropriações. Dessa forma, apesar de ser um dos quesitos para a construção de uma EMEI o bairro ser pobre, as escolas só poderiam ser construídas onde houvesse locais disponíveis. Muitos terrenos foram conquistados na Justiça, segundo Maria Luiza de Oliveira Moraes.

A Escola Municipal de Educação Infantil erguida no bairro Borboleta, segundo uma técnica entrevistada, foi desativada praticamente uma semana após a sua inauguração. Isso ocorreu porque o local foi considerado impróprio para atender a crianças com idade inferior a sete anos. Atualmente, o local abriga moradores sem teto.

Essas instituições atenderam no ano de 1982 a, aproximadamente, 1020 crianças, mas no decorrer dos anos seguintes foram ampliando sua capacidade de atendimento, seja

¹⁰⁶ - Em entrevistas concedidas ao Diário Mercantil, no dia 29 de maio de 1982 e pessoalmente em entrevista realizada no dia 05 de julho de 2007.

dobrando turnos, ou abrindo novas instituições. No ano de 1996 chegaram a atender a cerca de 4.256¹⁰⁷, o que representa um percentual de 346,8%.

Apesar das idades estipuladas, para se atender nas EMEIs, serem de 2 a 6 anos, a Secretária de Educação, do período, revelou que priorizou-se as crianças de 4, 5 e 6 anos, pensando-se, na preparação para o ensino de 1º Grau. Caso sobrassem vagas, seriam atendidas crianças de 2 e 3 anos no maternal.

Segundo Maria Luiza de Oliveira Moraes, no início da década de 1980, duas questões incomodavam pela precariedade no atendimento da Secretaria Municipal de Educação e da Prefeitura: “*as crianças pequenas e as crianças com deficiências*”. Aquelas, pelo menos uma parte, foram atendidas pelas EMEIs; para estas foram abertas instituições para atendê-las, mas concentraram-se os esforços em ampliar inicialmente a rede de pré-escolar.

A Secretária de Educação reconhecia a responsabilidade do poder público para com a criança que não tinha condição de pagar uma mensalidade em uma escola de educação infantil particular. Enfatizou, ainda, que era necessário investir no pré-escolar “*primeiro porque ninguém assumia a educação infantil e depois porque a criança tinha que ter acesso á educação pré-escolar para se desenvolver*”.

As EMEIs foram construída com a finalidade de atender a essa demanda de crianças pobres e, apesar de as instituições terem o nome de Escolas Municipais de Educação Infantil, privilegiavam o atendimento pré-escolar. Essa postura justificou-se pelos objetivos que as lideranças locais tinham ao implantar as escolas, quais sejam: melhorar a qualidade educacional do primário, que se apresentava defasada no município, e possibilitar que as crianças pequenas tivessem acesso à educação, à saúde, nutrição, apoio psicológico, estes quesitos que também visavam que as crianças chegassem a melhores condições em níveis educacionais posteriores.

Foram criados outros espaços para atender ao máximo de crianças possível, após a inauguração da EMEIs, como: salões de igrejas católicas e metodistas, salões da sociedade pró-melhoramento de bairros, casas emprestadas ou alugadas. Segundo Maria Luiza, “*a luta não parou com a abertura das EMEIs, tive que batalhar na Câmara para as escolas permanecerem abertas e continuar expandindo salas de pré-escolar*”. Outras questões que impulsionaram a expansão do atendimento infantil na Cidade foram às reivindicações que chegavam a todo o momento na Secretaria Municipal de Educação pela implantação de mais

¹⁰⁷ - Este número refere-se ao atendimento total pelo município, pelas EMEIs e pelas Escolas Municipais que oferecem o pré-escolar. Na década de 1990, muitas instituições municipais destinadas a oferecer educação infantil não recebiam o nome de EMEI e sim de Pré-Escolar.

unidades pré-escolares e o aumento do número de mulheres trabalhando fora de seus domicílios, fato que provocava a cobrança do poder público de locais para que os filhos ficassem seguros na ausência dos responsáveis.

Na EMEIs foram desenvolvidos programas voltados para a alimentação e saúde. A Prefeitura firmou parceria com o Programa de Alimentação Escolar e Programa de Saúde Preventiva ao Pré-Escolar. As crianças recebiam atendimento médico e psicológico, bem como três refeições diárias, que consistiam em café, lanche e almoço. Esses programas vinham complementar a política municipal de oferecer atendimento educacional e assistencial aos pequenos.

Para mostrar como a política de atendimento à educação infantil incorporava educação e saúde em Juiz de Fora, foi construído, no terreno da maioria das EMEIs, um Centro Comunitário de Saúde, que contava com médicos, dentistas, psicólogos e assistentes sociais, que atendiam às crianças e à comunidade em geral. Além desses serviços, o local servia para reuniões entre os moradores do bairro.

Essa forma de atendimento à infância juizforana vinha sendo desenvolvida desde a década de 1970, com programas como o PAPPE e o Mobral. O que diferencia as EMEIs desses programas foi que, segundo Antonio de Mello Reis e Maria Luiza de Oliveira Moraes, estas passaram a oferecer atendimento infantil mais concentrado nos aspectos pedagógicos, visando à prontidão das crianças para a primeira série, sem deixar de lado a saúde e nutrição, que seriam complementares ao atendimento pré-escolar, o que não descaracterizava o atendimento como compensatório.

Essas ações procuravam oferecer uma nova concepção de atendimento à criança pequena, que era seu desenvolvimento integral. Apesar dessa inovação, era muito difícil romper com velhas tradições, que acompanham a educação infantil há muitos anos e Juiz de Fora não conseguiu se estruturar para mudar estas concepções. A educação infantil em Juiz de Fora, ainda, hoje carrega estigmas da educação compensatória, ou seja, apesar das mudanças ocorridas nas leis, estas não foram suficientes para mudar na prática.

Maria Luiza de Oliveira Moraes declarou que construir as EMEIs foi a parte mais fácil do processo de expansão da educação pré-escolar na cidade. O mais difícil era manter as instituições com qualidade e continuar ampliando o setor, visto que a demanda era grande e as escolas infantis não foram suficientes para atender a todos.

Persistiram na cidade práticas assistenciais e emergenciais para os pobres. Devido à falta de vagas para todos; continuarem existindo locais improvisados (como casas alugadas, salões de igrejas e salões comunitários, para abrangerem classes de pré-escolar); doações da

comunidade; entre outros, que não permitiram que a educação infantil em Juiz de Fora mudasse totalmente o perfil assistencial que permeia a educação infantil no Brasil.

As verbas conquistadas pelas EMEIs foram apenas para sua construção e equipamentos. Como a Prefeitura alegava não ter recursos disponíveis, para arcar com qualidade em todas as escolas infantis e continuar expandindo a sua rede, foi necessária a assinatura de convênios com as instâncias federal e estadual. Como exemplo, pode-se citar o Programa Municipal de Educação Pré-Escolar, assinado no dia 27 de maio de 1982, mesmo ano de inauguração das EMEIs.

Para viabilizar o Programa Municipal de Educação Pré-Escolar, foram estudadas estratégias para reduzir os custos. Uma dessas estratégias foi a utilização de participação das mães das crianças beneficiadas na prestação de serviços, em substituição de serventes, além do pagamento de uma pequena taxa mensal de 10,00 cruzeiros por aluno que tivesse condições, o que acarretaria redução de custos. (PROPRE, 1978).

As políticas que permearam a abertura das EMEIs representavam a preocupação do poder público em relação à qualidade e quantidade da educação em geral, refletindo mudanças de visão política que repercutiam no desempenho da rede municipal em educação pré-escolar. Maria Luiza de Oliveira Moraes afirmou ter sido muito importante para as crianças juizforanas a ampliação da educação pré-escolar pública, apesar de todas as dificuldades encontradas, entre as quais se destacava a falta de recursos.

Concordo com a Secretária de Educação, quando diz da necessidade de ampliar a educação pré-escolar. Considero que as instituições implantadas contribuíram de forma significativa para a formação de muitos alunos. Esse segmento educacional era importante para a criança, para o seu desenvolvimento sendo, em 1988, considerada como um direito conquistado em Constituição. Mas, na realidade, as políticas nacionais visavam utilizar o pré-escolar como uma estratégia para diminuir as condições negativas enfrentadas pelas crianças ao ingressarem no 1º grau, ou seja, tratava-se de uma tática que escondia o verdadeiro fracasso desse segmento de ensino, que se pautava no distanciamento da escola da realidade em que a grande maioria dos alunos estava inserida.

Segundo Roberto Alves Monteiro¹⁰⁸, o problema era essencialmente uma defasagem de objetivos entre educadores e educandos, pois, em uma sociedade de classes, aquele que

¹⁰⁸ - Professor das disciplinas, Didática da Sociologia e Prática do Ensino Pesquisa Pedagógica, na Faculdade de Educação da UFJF, em entrevista ao Diário Mercantil, 23/05/82, p.1. (Caderno de Domingo)

detém o poder reproduz, através da educação, seus próprios interesses, inculcando nos estudantes saberes e comportamentos necessários à manutenção do sistema.

Quando a criança vinda das camadas de baixa renda era admitida na escola de 1º grau, enfrentava muitas dificuldades de adaptação, porque a estrutura de ensino fora montada segundo padrões e pressupostos que não compõem seu universo e suas necessidades: “*deveria ocorrer uma reformulação no ensino, mas o que se verifica é a preocupação de adaptar mais cedo o aluno à estrutura*”, concluiu o educador Roberto Alves Monteiro.¹⁰⁹

O que se observava era uma escola desenhada pela classe dominante para atingir aos outros segmentos da população e torná-los adaptados às suas metas, transformando esses setores em meros objetos dentro do processo produtivo. O problema residia no fato de a sociedade moderna ter seus segmentos sociais organizados de tal forma que um utiliza o outro para garantir seus objetivos, motivo pelo qual a grande massa não participava dos processos e mecanismos que determinavam as diretrizes da educação no país. O educador Monteiro afirmava que “*a classe dominante jamais criará as escolas que a classe marginal precisa*”.

Ao retomar as informações trazidas no capítulo sobre o histórico da expansão pré-escolar, percebo que esse segmento educacional teve um crescimento significativo na década de 1980 em todo o Brasil. Esse crescimento se deu devido às pressões da sociedade civil, a saída da mulher para o mercado de trabalho, o reconhecimento legal da educação infantil como direito da infância, a consciência das lideranças políticas de que não havia mais como continuar negando a necessidade dessa etapa de ensino para o desenvolvimento integral dos pequenos.

Como já destaquei anteriormente, visualizo que a ampliação da educação pré-escolar em Juiz de Fora na década de 1980 seguiu a tendência nacional. Apesar de apresentar suas especificidades, foi perpassada por todos os fatores que impulsionaram a expansão do pré-escolar no Brasil. Juiz de Fora também estava interessada em desenvolver e ampliar seu campo industrial. A educação constituía-se como fator importante nesse processo, pois, como já descrito, era um campo deficitário na cidade. Dessa forma, para se melhorar a educação básica, foi considerado necessário investir na educação pré-escolar.

Apesar de ter sido significativa a abertura das escolas infantis, detectei algumas deficiências, como profissionais poucos experientes¹¹⁰, apesar de os documentos da Secretaria

¹⁰⁹ - Diário Mercantil 23/05/82, p.1.

¹¹⁰ - Mesmo com a exigência da formação inicial, ocorriam alguns casos de professores sem habilitação adequada trabalharem nas EMEIs.

de Educação e falas de profissionais afirmarem que todas as professoras tinham no mínimo o magistério¹¹¹, quando ingressaram nas EMEIs; não havia vagas para todos; a Prefeitura assumiu essas instituições, mas dispunha de poucas verbas, o que afetava a qualidade. Como não pôde continuar expandindo a rede de pré-escolar municipal com a mesma intensidade; precisou contar com trabalho voluntário de mães para a limpeza e preparação da merenda, além do fato de algumas instituições funcionarem em locais não apropriados, como salões paroquiais e casas alugadas.

A despeito dos problemas mencionados, considero que a política municipal apoiada em um órgão de financiamento internacional – apesar de não ser a melhor opção-, foi muito importante para Juiz de Fora, pois o atendimento ao pré-escolar municipal passou da quase inexpressividade para começar a ganhar visibilidade tanto nos discursos e ações políticas, como nos movimentos sociais que reivindicavam, com mais intensidade na década de 1980, por instituições que atendessem à infância.

Após a implantação das EMEIs, inaugurou-se um novo ciclo na política municipal em prol da expansão da educação pré-escolar em Juiz de Fora, apoiada em ações mais sistematizadas e organizadas pela política educacional municipal. A educação pré-escolar passou a ser considerada como parte do sistema educacional, apesar de apresentar lacunas a serem preenchidas, para que atendessem a todos com qualidade. Dessa forma, a construção das EMEIs pode ser considerada como um marco na intensificação desse tipo de atendimento no município. No próximo item descreverei como prosseguiu a política de expansão da educação pré-escolar após a inauguração das EMEIs.

6.1 - Expansão da educação pré-escolar no município

Nas administrações que prosseguiram, 1983 – 1988, com o Prefeito Raimundo Tarcísio Delgado e o Secretário Municipal de Educação José Eustáquio Romão; 1989/1992, o Prefeito Alberto Bejani e a Secretária Municipal de Educação Regina Mancini; a política de expansão da educação pré-escolar continuou nos mesmos moldes, com poucos recursos e assinatura de vários convênios¹¹² para a abertura e a manutenção de escolas de pré-escolar.

¹¹¹ - Para auxiliar na formação das professoras que trabalham nas escolas infantis, foram promovidos cursos de aperfeiçoamento profissional, voltados para educação pré-escolar, com temas variados como: motricidade, alfabetização, criatividade, entre outros, o que considero um avanço na política municipal voltada para a educação pré-escolar.

¹¹² - Programa Municipal e Estadual de Educação Pré-escolar, 1984.

No ano de 1984, o Decreto nº. 3.035 de 02 de abril concedeu abertura de crédito especial para se investir na educação pré-escolar em Juiz de Fora. Foi um convênio firmado entre Estado de Minas Gerais e Município de Juiz de Fora, que renovou o convênio assinado em 1982, que criava o Programa Municipal e Estadual de Educação Pré-Escola¹¹³ e investiu, também, na formação¹¹⁴ dos professores. O projeto atendeu 1.157 crianças e a 11 Escolas Municipais¹¹⁵.

Juiz de Fora foi contemplada com essa verba juntamente com 35 municípios mineiros. Essa informação foi exposta na Resolução Estadual, nº. 4807 de 13 de janeiro de 1984, que tornou pública a transferência de recursos financeiros aos municípios, para execução do Programa Municipal e Estadual de Educação Pré-Escola. Em seus artigos 1º, 2º e 3º, referia-se ao pré-escolar:

Artigo 1º: Ficam transferidos aos 36 Municípios, entre eles, Juiz de Fora, recursos destinados à remuneração de serviços pessoais, aquisição de materiais de consumo e permanente e para obras e instalações.

Artigo 2º: O Município contemplado com os recursos financeiros nos termos desta Resolução obriga-se, mediante a assinatura de um termo de Compromisso no ato do recebimento, à: I Efetuar pagamento do pessoal envolvido no projeto; II Adquirir material de consumo [...]; III Adquirir material permanente; IV Construir e/ou reformar locais.

Artigo 3º. O material destina-se às turmas carentes integrantes do Projeto, situadas na periferia urbana e na zona rural dos municípios (MINAS GERAIS, RESOLUÇÃO nº. 4807/84).

O artigo 3º nos demonstra uma inovação na política municipal para a educação infantil, pois, anteriormente a essa data e a essa Resolução, não havia o incentivo à expansão desse segmento de ensino para a zona rural. Pelo contrário, quanto perguntei para a Secretária de Educação Maria Luiza de Oliveira Mores (1976/1982), se havia pré-escolas na zona rural,

¹¹³ - Convênio renovado em 1986, pelo Convênio 4505/86 com o Ministério da Educação.

¹¹⁴ - Foi oferecida fazendo parte do convênio com treinamento para as professoras que atuavam na educação infantil de 09 a 14 de janeiro, atendendo, em média, a 90 professoras da rede municipal.

¹¹⁵ - Escolas atendidas: EMEIS Professor Tarcisio Glauzmann (4 turmas, 120 crianças); EMEIS Pedro Nagibe Nasser (4 turmas, 120 crianças); EMEIS Ilva Mello Reis (4 turmas, 120 crianças); EMEIS Professor João Panisset (4 turmas, 120 crianças); EMEIS Maria Malta (6 turmas, 180 crianças); EMEIS Elpídio Corrêa Farias, Escola Infantil Alice Cortes Villela (3 turmas, 90 crianças); Escola Municipal Murilo Mendes (01 turma, 30 crianças), Escola Municipal Professor Dilermando C. Filho (01 turma, 30 criança); Escola Municipal Dr. Dilermando Martins (01 turma, 30 crianças); Escola Municipal Professor Maria das Dores Dias Luzardo Ferreira Leite (02 turma, 60 criança).

ele respondeu que não havia demanda, já que a legislação da época estipulava que, para se abrir uma turma, dever-se-ia se, ter no mínimo, 25¹¹⁶ alunos.

Em 1985 a Prefeitura de Juiz de Fora recebeu, novamente, uma verba da 10ª Delegacia Regional de Ensino para o Programa Municipal de Educação Pré-Escolar. Essa verba foi utilizada em uma experiência pioneira em Juiz de Fora e no Estado de Minas Gerais, a abertura de salas de pré-escolas na zona rural. Os bairros rurais beneficiados foram: Barreira do Triunfo, Valadares, Penido, Igrejinha, Torreões, Dias Tavares, Graminha e Monte Verde.

Segundo o Secretário de Educação, Professor Romão (1983/1988), esse programa de implantação de unidades pré-escolares vinha sendo efetivado apenas na zona urbana, tinha sido essa a primeira vez que esse programa foi expandido para a zona rural. Em 1985 a Prefeitura Municipal contava com 21¹¹⁷ unidades de pré-escolar na zona urbana e, através desse novo trabalho, ampliou sua rede de atuação no segmento educacional pré-escolar.

Em 1986, segundo uma das técnicas entrevistadas, foi montada uma equipe de planejamento para construir uma proposta curricular¹¹⁸ para a educação infantil em Juiz de Fora. Em 1988 foram registradas, na Superintendência, todas as classes de pré-escolar, que funcionavam nas creches da AMAC. Apesar de se concentrar na assistência, essas classes pré-escolares contribuíram para a expansão do ensino municipal voltado para a criança de 4 a 6 anos em Juiz de Fora.

Os caminhos tomados pelas políticas públicas no final da década de 1980 mudaram de direção para atender a mais uma exigência do Banco Mundial, que defendia que os investimentos deveriam concentrar-se na educação primária. As pré-escolas municipais aumentaram a sua oferta de vagas para atender a crianças do 1º grau, muitas vezes colocando maior número de crianças por turma e/ou desdobrando o número de turnos de funcionamento diários, passando a funcionar de 7h às 11h; 11h às 15h e 15h às 19h.

Em meados da década de 1980, Juiz de Fora precisou expandir o número de turnos das EMEIs para atender à demanda de 1º grau. Essas escolas deixaram de ser exclusivamente de atendimento à criança de quatro a seis e começaram a atender a alunos das primeiras séries do 1º grau.

¹¹⁶ - A Secretaria do Estado de Educação, em 1978, baixou norma de funcionamento do ensino da rede de escolas públicas no Plano Mineiro de Reformulação do Ensino. Entre as novidades constavam: o mínimo de 25 alunos e o máximo de 40 alunos, por sala; acabava o privilégio de matrícula para filhos de especialistas, professores, funcionário público e de ex-combatentes ricos e como um estabelecimento de ensino devia proceder para a criação do curso pré-primário. Foi todo um processo que influenciou em uma mudança de postura voltada para a infância, repercutindo na legislação.

¹¹⁷ - Dado recolhido na Secretaria de Educação e em notícia do jornal Tribuna da Tarde, dia 13 de julho de 1985, p.6.

¹¹⁸ - Esta não foi implementada até o ano de 2007.

Pode-se enfatizar que, antes mesmo de a Prefeitura de Juiz de Fora investir na qualidade da educação pré-escolar, ela precisou ampliar a oferta de educação de 1º grau, segmento obrigatório. Dessa forma, como era necessário abrir salas onde houvesse demanda, as EMEIs foram oferecendo espaço para esse segmento de ensino. Isso acarretou uma redução do atendimento das crianças de 4 e 5 anos de idade, que precisaram ceder espaço para crianças maiores de 7 anos. Mas, apesar disso, o número de atendimento pré-escolar não diminuiu. Segundo informações recolhidas na Secretaria Municipal de Educação, a prioridade passou a ser a criança de 6 anos, que deveria ser preparada para primeira série. As crianças de 4 e 5 anos eram atendidas até o limite de vagas nas escolas.

Considero que, a despeito de não afetar no número de atendimento de educandos pré-escolares, tal iniciativa foi um retrocesso na política educacional municipal para infância, pois as EMEIs precisariam dividir espaço com outro segmento de ensino. Sendo assim, o investimento em qualidade, que deveria ser ampliado para a educação pré-escolar, com ampliação de salas, investimentos em mobiliários adaptados, formação de professores, ambiente propício aos pequenos, elaboração de projetos pedagógicos, entre outros, tiveram que dividir espaço com outro segmento de ensino, além de diminuir sensivelmente o atendimento de crianças de 4 e 5 anos.

Essa tendência seguiu uma política nacional mais ampla, que almejava equalizar o ensino de 1º grau, além das influências das agências internacionais, que se tornaram mais intensas no final da década de 1980 e início da década de 1990. Em que pese o fato de as políticas públicas educacionais tomarem outros rumos e se concentrarem, na década de 1990, no ensino fundamental, a Prefeitura de Juiz de Fora abriu várias instituições infantis neste período, prosseguindo com sua política de expansão da educação pré-escolar, como está expresso no próximo item.

6.2 - A educação infantil na década de 1990.

A educação infantil na década de 1990 procurava atender a todos que fizessem cadastros. Mas quando o número de crianças cadastradas era maior que as vagas existentes, a Prefeitura se organizava para atender ao máximo de crianças possível, inclusive expandindo sua rede. Com essa perspectiva, foram abertas escolas que prestavam atendimento pré-escolar¹¹⁹. Foram elas: Escola Municipal Professor Oscar Schmidt – Pré-escolar e 1º Grau-;

¹¹⁹ - Documentos que decretaram a abertura de escolas com atendimento pré-escolar: **Portaria nº. 335 de 1991** refere-se à Escola Municipal Professor Oscar Schmidt – Pré-escolar e 1º Grau-. **A Lei nº. 7683 de 24 de janeiro de 1990**

EMEI Bairro Ipiranga; EMEI Jóquei Clube; EMEI São Benedito; Escola Municipal de Educação Infantil Barreira do Triunfo; Escola Municipal Parque Independência (Pré-escolar e Ensino Fundamental); Escola Municipal Três Moinhos (Pré-escolar e Ensino Fundamental); Escola Municipal Jardim Natal (Pré-escolar e Ensino Fundamental); Escola Municipal Jardim da Lua (Pré-escolar e Ensino Fundamental), Escola Municipal Grama (Pré-escolar e Ensino Fundamental); Pré-Escolar São Bernardo; Pré-Escolar Vila Alpina.

Foram implantadas, também, classes de Educação Pré-Escolar, como pré-primário, funcionando em salões paroquiais e centros comunitários como: o Pré-Escolar Jardim de Alá; Pré-Escolar Jóquei Clube I; Pré-Escolar Nossa Senhora das Graças, funcionando no Centro Comunitário, Pré-Escolar Santa Luzia e Pré-Escolar Centenário.

Uma funcionária entrevistada, que trabalha na Secretaria de Educação de Juiz de Fora, informou que, para atender às crianças, a Prefeitura, quando não havia vagas nas escolas, alugava casas, instalava-se em salões de igrejas ou em centros comunitários. Mas poderia acontecer de a criança morar em um bairro e conseguir a vaga em outro. Isso dificultava que a criança freqüentasse a instituição, o que acarretava o não atendimento.

Para tentar solucionar o problema da locomoção da criança para escolas distantes do seu bairro, a Prefeitura promulgou a Lei nº. 08126/ 1992, que concedia gratuidade a Estudantes no Serviço de Transportes Coletivo de Passageiros. Tinha direito ao benefício criança a partir de 5 anos de idade, incluindo crianças em idade pré-escolar. Como o benefício era oferecido à criança, mas não à família, criava-se um entrave, pois as crianças pequenas não poderiam ir sozinhas para as escolas e muitas famílias alegavam não ter como custear o transporte do acompanhante diariamente.

Outro documento que estabeleceu normas para a educação infantil municipal, na década de 1990, foi a Portaria nº. 0001/92, que trouxe, em seu capítulo II, que as escolas municipais atenderiam prioritariamente aos bairros de periferia da cidade e à zona rural, oferecendo o pré-escolar e a ensino fundamental.

dispõe sobre a criação de Escolas Municipais de Educação Infantil: EMEI Bairro Ipiranga; EMEI Jóquei Clube; EMEI São Benedito. **A Lei nº. 7917 de 3 de junho de 1991** dispõe sobre a criação de unidades escolares, como: Escola Municipal de Educação Infantil no Bairro Barreira do Triunfo; Escola Municipal no Parque Independência (Pré-escolar e Ensino Fundamental); Escola Municipal no Bairro Três Moinhos (Pré-escolar e Ensino Fundamental); Escola Municipal Jardim Natal (Pré-escolar e Ensino Fundamental); Escola Municipal Jardim da Lua (Pré-escolar e Ensino Fundamental), Escola Municipal Grama (Pré-escolar e Ensino Fundamental). **A Lei nº. 8604 de 27 de dezembro de 1994** criou o Pré-Escolar São Bernardo e Pré - Escolar Vila Alpina. **A Lei nº 8604 de 27 de dezembro de 1994** dispõe sobre a criação das Classes de Educação Pré-Escola: Pré-primário, funcionando no Salão Paroquial; Pré-Escolar Jardim de Alá, funcionando na Igreja Metodista; Pré-Escolar Jóquei Clube I¹⁹, funcionando no Salão Paroquial; Pré-Escolar Jóquei Clube II, funcionando no Salão Paroquial; Pré-Escolar Nossa Senhora das Graças, funcionando no Centro Comunitário, Pré-Escolar Santa Luzia, funcionando na Igreja Metodista; Pré-Escolar Centenário.

É importante salientar que, primeiramente, na década de 1980, as EMEIs foram construídas para atender crianças residentes na zona urbana. Em meados da década de 1980, passaram a atender à zona rural, apesar de serem poucas as crianças contempladas. Na década de 1990, a Portaria nº. 0001/92 veio reforçar essa necessidade de educação pré-escolar na zona rural. Considerando as disponibilidades orçamentárias, poderiam a critério da Secretaria Municipal de Educação, ser implantadas turmas de educação pré-escolar, na ordem decrescente dos períodos em locais onde a demanda fosse presente. Na zona rural, o artigo 71 revelara que, para abrir uma sala, era necessário apenas que houvesse: “*mínimo de 15 alunos e máximo de 30 alunos, nas classes de primeira série e pré-escolar*” (JUIZ DE FORA, 1992).

Essa informação representa um avanço na legislação municipal referente à educação pré-escolar, pois, na década de 1980, para se abrir uma sala de pré-escolar na zona rural, era necessário haver, no mínimo, 25 alunos. Esse número sendo reduzido para 15 alunos possibilitou a abertura de salas de pré-escolar nesses espaços. Assim, foram atendidas 171 crianças nas idades entre 4 e 6 anos na zona rural na década de 1990.

É mister destacar que, como na década de 1990, a Prefeitura de Juiz de Fora ainda não dispunha de verbas específicas para investimentos na educação infantil, contava com apoio de outras instituições para atender à demanda de bairros carentes, como os mencionados no parágrafo anterior. Todas as instituições criadas pela Lei nº. 8604/94, funcionavam em locais cedidos por instituições religiosas, o que mostra uma lacuna na política pública municipal voltada para a criança menor de 7 anos.

Apesar do número crescente de instituições de educação infantil em Juiz de Fora na década 1990, profissionais envolvidos com esse setor admitiram que existiam problemas nesse segmento educacional: nem todas as crianças tinham acesso, as condições físicas das escolas deixaram a desejar, demandando reparos, algumas classes de pré-escolar atendiam em local improvisado, entre outras questões.

Reconheço que Juiz de Fora vem buscando alternativas para garantir o atendimento e melhoria na qualidade da educação infantil, através da construção e ampliação de sua rede física, busca de convênios, entre outros. Porém, tais medidas ainda não têm sido suficientes para atender toda a demanda, devido a sua tarefa de garantir obrigatoriamente o atendimento do Ensino de 1º grau e não ter sido estabelecido com clareza o regime de cooperação de que trata a Lei Federal nº. 9.394/96 que responsabiliza também as demais esferas de governos que têm de investir na manutenção da Educação Infantil, o que gera sobrecarga aos municípios.

A educação infantil, considerada como direito da criança pela Constituição de 1988, ainda era negada a muitas crianças brasileiras e em Juiz de Fora a situação não se apresentava

diferente. Tal modalidade de ensino deve compreender a criança enquanto um ser social, cultural e psicológico, situado histórica e geograficamente, em pleno processo de aprendizagem e desenvolvimento de suas possibilidades sócio-efetivas, físicas e cognitivas, bem como desde já exercendo seus direitos e deveres como cidadão.

Pode-se dizer que, embora Juiz de Fora estivesse ávida pela expansão do atendimento da criança de zero a seis anos, não se preocupou de forma tão efetiva com a questão da qualidade. Apesar de ter começado a elaborar políticas públicas voltadas para o pré-escolar desde a década de 1970, pode-se dizer que, em 1996, estas ainda não estavam finalizadas. Seguiam-se as legislações nacionais, mas foram poucos os documentos exclusivos elaborados pelas lideranças locais.

Penso poder afirmar que até o período analisado houve ensaios de políticas públicas educacionais voltadas para a faixa etária de 0 a 6 anos, que, no entanto, não foram suficientes para amenizar o problema da infância pobre juizforana. O que percebi foram muitas crianças, que não podiam arcar com mensalidades em escolas particulares, ficarem sem atendimento, muitas outras recebem atendimento que não era de boa qualidade, com profissionais sem qualificação específica e espaços considerados, até mesmo pela esfera pública local, como impróprios.

Mas não posso deixar de mencionar que, a despeito dos contrastes, o número de crianças em idade pré-escolar, atendidas pelo município, de 1982 a 1996 cresceu, passando de 1.227 alunos atendidos a 4.256, o que representou um acréscimo de 346,8%. As EMEIs foram responsáveis por esse aumento. Iniciativas como estas deveriam receber apoio necessário para que pudessem permanecer se expandindo.

As EMEIs foram sendo modificadas para atender ao primeiro grau, fato que faz com que muitas EMEIs perdessem suas características de escolas infantis, para ceder espaço para um segmento educacional obrigatório pela legislação nacional, afastando-se do seu propósito inicial, ou seja, a expansão do pré-escolar em Juiz de Fora.

Em 1996, data limite de análise desta investigação, houve a incorporação da educação infantil, nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (n.º 9.394/96), como primeira etapa da educação básica, avanço significativo para esse segmento educacional. Assim, penso ser importante que se proceda a um outro estudo sobre a educação infantil no município para sabermos quais mudanças ocorreram após a divulgação desse documento.

Outro fator que se alterou na década de 1990 foi com relação aos registros das escolas de educação infantil no município. Todas as instituições que prestassem atendimento à criança na faixa etária de 0 a 6 anos deveriam fazer registro na Secretaria Municipal de Educação.

Com essa nova especificidade, diminuiu, consideravelmente, o número de instituições clandestinas¹²⁰ na cidade, contribuindo para melhorar a qualidade do atendimento prestado, pois, para se abrir uma escola infantil, dever-se-ia atender a várias normas.

Até o ano de 1996, o que se observou foi que o município de Juiz de Fora se organizara para oferecer a educação infantil para as crianças de 0 a 6 anos, principalmente pobres. Como enfrentou muitos obstáculos, como a falta de verbas, defasagens nesse atendimento foram observadas.

Após 1996, quando os municípios foram levados a assumir a Educação Infantil, segundo a LDBEN (n.º 9.394/96), o Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e Magistério - FUNDEF -, ainda privilegiava o Ensino Fundamental. Onze anos se passaram. Será que o município conseguiu se organizar para oferecer a educação infantil de qualidade para todos?

¹²⁰ -Segundo notícia trazida pelo Jornal Tribuna da Tarde, na década de 1980, era alarmante o número de instituições, de educação infantil, clandestinas na cidade. Muitas destas não atendiam a um padrão mínimo de qualidade.

7- CONCLUSÃO

Este estudo teve por finalidade analisar as políticas públicas voltadas para as crianças com idade inferior a sete anos de idade no município de Juiz de Fora, de 1980 a 1996, com foco nas EMEIs. Para tal, privilegiaram-se os contextos político, econômico e social que possibilitaram a abertura das escolas infantis, marco no processo de expansão do pré-escolar na cidade e da tentativa de formular uma política municipal voltada para o setor.

No decorrer desta pesquisa, o intuito foi responder à questão principal: Como as Escolas Municipais de Educação Infantil foram se constituindo no período de 1980 a 1996? Para tal, foram realizados estudos sobre alguns temas norteadores que serviram de pano de fundo para a compreensão do contexto político, econômico e social mais amplo. O estudo mostrou a necessidade de investimentos em setores sociais, como a educação, para mudar a configuração que Juiz de Fora apresentava nas décadas de 1970 e 1980, que a impossibilitava de desenvolver seu potencial industrial. O município se inseria em um contexto nacional, que não se mostrava muito diferenciado.

O histórico da educação infantil aponta o afastamento dos investimentos públicos no setor que era promovido, sobretudo, por iniciativas privadas e as filantrópicas, marcadas não raro pelo voluntarismo, tendo sua incorporação na legislação ocorrida de forma lenta. Porém, para atender às mudanças almejadas pelo município, considerou-se necessário, no período estudado, também investir em educação pré-escolar, objetivando-se melhorar a educação primária e diminuir as desigualdades sociais.

Apesar, da iniciativa, o que percebi foi que os investimentos na educação pré-escolar continuaram precários, sem continuidade, impossibilitando que os objetivos almejados fossem alcançados em sua plenitude. Entretanto, observei também que, mesmo havendo uma série de deficiências, as autoridades políticas locais sensibilizaram-se para a necessidade de se investir na educação infantil.

Como fatores que impulsionaram a ampliação do pré-escolar podem ser citados: a saída da mulher para o mercado de trabalho; o aumento da reivindicação popular por instituições infantis; concepção de infância, que defendia a necessidade da educação pré-escolar para as crianças pequenas; o aumento no número de investigações e publicações sobre o tema, contribuindo para fortalecimento do debate acadêmico; incorporação da educação infantil nas legislações nacionais, estaduais e municipais, reconhecendo-a, primeiramente, como direito da criança na Constituição de 1988 e, posteriormente, como uma etapa da educação básica, na Lei n.º 9394/96-LDBNE.

Um dos fatores que mais marcaram a expansão da educação pré-escolar em Juiz de Fora foi a possível melhoria da educação primária que historicamente se encontrava defasada, apresentando altos índices de repetência e evasão. Ao olhar para a história da educação no município, percebi que as escolas municipais implantadas, inicialmente na zona rural, nas três primeiras décadas do século XX, foram construídas e mantidas precariamente até a década de 1960, o que reforçava a história de fracassos.

Juiz de Fora, apesar dos problemas educacionais enfrentados, começou a investir em educação em uma época em que instituições escolares não eram para todos. Instâncias como o Estado e a rede privada também investiram em educação na cidade, devido ao seu posicionamento econômico que, até a década de 1930, mostrava-se em papel de destaque. Os investimentos se concentraram, em sua maioria, naquela época, no ensino primário.

Com relação ao pré-escolar, havia a presença, no início do século XX, de uma instituição estadual, Jardim de Infância Mariano Procópio, que prestava atendimentos com essa finalidade. Esta foi pioneira na região e chegou a atender a 1200 crianças por ano. Apesar de ser uma instituição pública, inicialmente atendia a uma parcela da população mais abastada. Com o passar das décadas, a escola passou a atender, também, a uma população de baixa renda.

Para as crianças pobres, no início do século XX, havia o atendimento assistencialista prestado por instituições, como: Associação das Damas Protetoras da Infância, Orfanatos religiosos e filantrópicos. Tal situação se fez presente por todo o Brasil e acompanha a história da educação infantil desde o princípio.

Na década de 1960, a cidade não gozava de tanto prestígio econômico, configurava-se como prestadora de serviços e com uma administração política e estrutural tradicionalista e deficitária. As esferas políticas locais perceberam a necessidade de se modernizar a administração pública para inserir-se em uma política nacional mais ampla, apoiada no desenvolvimento do país.

Nesta década, foram poucos os investimentos municipais focalizados na educação pré-escolar. Priorizaram-se: a criação da Secretaria Municipal de Educação; a abertura e reforma de escolas municipais de ensino primário; o investimento em formação de professores e estruturação da rede de ensino, ou seja, organização de uma estrutura educacional municipal. Considero que, mesmo sendo insuficientes os investimentos realizados na educação para a infância, essa organização do setor educacional em Juiz de Fora era necessária para a elaboração de uma política pública municipal que beneficiasse a infância.

Foram ensaiadas políticas educacionais municipais que, nas décadas seguintes, possibilitaram o processo de expansão da educação pré-escolar. Constatam-se apenas duas escolas municipais, inauguradas nesta década, que tinham a finalidade de prestar atendimento à faixa etária de 4 a 6 anos: Escola Infantil Amélia Pires e Escola Infantil São Tarcísio.

Na década de 1970, já não era possível negar a necessidade da educação pré-escolar no município, mas as lideranças locais alegavam que não havia recursos disponíveis para investir no setor. No entanto, era urgente melhorar a qualidade de vida das crianças pequenas e a qualidade da educação de 1º grau. Dessa maneira, a Prefeitura de Juiz de Fora precisou buscar recursos financeiros em vários órgãos governamentais, como: Secretaria do Estado e do Bem Estar Social, Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura, Legião Brasileira de Assistência e no setor de merenda escolar. Para o atendimento pré-escolar, associado à melhoria da qualidade do ensino, a Secretaria Municipal de Educação, também buscou recursos em órgãos internacionais como o BIRD.

A década de 1970 em Juiz de Fora se caracterizou por uma situação na qual o atendimento pré-escolar, embora considerado importante e necessário, não era assumido ainda pelo estado como direito, tampouco pensado em termos qualitativos. A marca desse período foi o atendimento de baixo custo, proporcionado em espaços improvisados e com pessoal sem a qualificação necessária, baseado numa concepção de atendimento à infância de caráter assistencial, promovido por instituições como a LBA, PAPPE, Mobral, entre outros. Havia um atendimento deficitário para suprir a qualidade de outro segmento deficitário, uma política falha que organizava um sistema educacional, também, falho.

A cidade, nesta época, contava com demanda alta e com número de crianças abandonadas também elevado, além de problemas sociais graves como a fome, alto número de mortalidade infantil, saúde precária, com a presença de muitos bairros clandestinos sem água encanada e rede de esgoto, o que agravava a situação.

O grande número de instituições de caráter assistencial, como: ADPI, Instituto Maria, Instituto Jesus, Mobral, PAPPE, LBA, INAMPS, além de trabalhos realizados por instituições religiosas, denunciavam que Juiz de Fora não apresentou em relação à criança pequena situação diferenciada do restante do país na década de 1970.

A Secretaria de Trabalho e Bem Estar Social era a que estava à frente do atendimento à infância em Juiz de Fora. Nesta mesma década começou a fortalecer no país e na cidade a concepção compensatória, marcada pela preocupação com a nutrição e saúde, visando o desenvolvimento físico das crianças, à estimulação pedagógica e prontidão para alfabetização. Essa concepção defendia o atendimento à infância com a finalidade de suprir carências

culturais, trazidas pelos pequenos de seu meio social sem estímulos. Essas carências repercutiam na reprovação e evasão que, na década de 1970, eram muito elevadas, continuando a proposta de desenvolvimento do município. Desse modo, era preciso investir em quantidade e qualidade educacional. Nesse sentido, o pré-escolar foi considerado como uma das estratégias para diminuir esses índices que denunciavam o descaso político com relação à educação pública.

Percebe-se claramente que a culpa pelo fracasso escolar era depositada na criança, ora por sua situação econômica, ora social, ora psicológica. Não se falava de uma política falha, que não priorizava a criança pequena, que não tinha propostas pedagógicas que estivessem em consonância com a realidade das crianças, nem na formação de professores e nos materiais didáticos defasados, tampouco nas estruturas físicas insuficientes e precárias.

O problema foi que o investimento em educação o pré-escolar, que começou a se intensificar no final da década de 1970, ocorreu de forma precária, com poucos recursos e na base da improvisação, como vinha sendo feito em toda a história da educação infantil, contada em detalhes em itens anteriores.

Essa política de atendimento, pautada na improvisação de recursos e espaços para o trabalho com crianças em idade inferior a sete anos, não considerava, entre outros, a questão da formação profissional. O trabalho voluntariado era uma constante em instituições como LBA, PAPPE e Mobral, fazendo apenas a presença de alguns técnicos necessários à supervisão e coordenação de serviços. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 4024/61 não se manifestara com relação à formação dos educadores de educação infantil. Na Lei nº. 5692/71, também não há qualquer referência à formação necessária ao professor de educação infantil. Tal referência só apareceria em 1974¹²¹, na indicação nº. 45, do Conselho Federal de Educação, para que fosse oferecida a habilitação para o ensino no pré-escolar nos cursos de formação de professores - o chamado Adicional ao curso de Normal de nível médio.

As ações desenvolvidas em prol da educação infantil em Juiz de Fora na década de 1970 não chegaram a se traduzir em programas que repercutissem significativamente na educação pré-escolar em Juiz de Fora, pois o atendimento continuou precário e restrito a uma minoria, motivando movimentos sociais que levaram a população a reivindicar, principalmente para as camadas mais pobres, mais instituições para atender à demanda.

¹²¹ - Em 1975 o Parecer CFE nº 1600/75, como base na indicação 45, estabeleceu os conteúdos referentes à habilitação para atuar no pré-escolar.

A década de 1980 foi um período de efervescência para a educação pré-escolar em Juiz de Fora, pois nesta época que foram construídas as 13 Escolas Municipais de Educação Infantil, tema de destaque desta dissertação.

Na década de 1980 houve um avanço com relação ao número de atendimento, número de instituições e com relação aos direitos das crianças. As transformações ocorridas no plano mundial com relação à concepção de Estado e de políticas sociais vêm conquistando espaço e trazendo a educação infantil cada vez mais para o debate acadêmico. Se, por um lado, houve avanço no campo teórico, com a construção de uma concepção de infância que considera as especificidades da criança pequena e também no campo na legislação, que assegura direitos que visam ao respeito a essas especificidades, por outro lado, no campo das políticas de atendimento, a dispersão e a fragmentação continuaram sendo as marcas do tratamento dado às questões relativas à infância e à educação infantil.

As instituições de educação pré-escolar em Juiz de Fora sofreram uma influência decisiva, em seu processo de expansão, que continua até os dias atuais, das agências internacionais (FMI, BIRD, OMEP), que postulavam os interesses de uma política neoliberal em efervescência no país na década de 1980 e com mais fervor na década de 1990. Nesse contexto, além dos aparatos legais que garantiam o direito da criança, as agências internacionais também tiveram papel de destaque.

A educação da criança menor de 7 anos mostra-se uma área vulnerável, situada no âmbito da educação, que, em si já é uma área frágil quanto à alocação de recursos. Pode-se dizer que sua trajetória é recente, visto que se deu a partir do processo de urbanização, de industrialização, da crescente participação da mulher no mercado de trabalho resultante, muitas vezes, do desemprego masculino.

Quando falo de uma política de expansão do pré-escolar, não se pode esquecer de que as ações desencadeadas na cidade, que culminaram com a ampliação da rede de educação infantil, materializadas nas EMEIs, não se constituíram apenas uma iniciativa local isolada. Na década de 1980, a discussão sobre esse segmento de ensino ampliou-se em todo o Brasil, inclusive convocando-se os governos a assumirem a educação pré-escolar, que era essencial na vida da criança. Assim, pode-se dizer que uma série de questões levaram à implantação dessas escolas, entre as quais cito que havia incentivos por parte das esferas federal, estadual, municipal, além das reivindicações populares, que começaram a aflorar de forma veemente neste período. A política de desenvolvimento do município, a necessidade de melhorar a educação de primeiro grau, as intervenções que órgãos internacionais como o Bird fizeram,

quando mencionavam que era preciso investir na educação e não se esquecer dos pequenos, foram fatores importantes no desenvolvimento do programa que levou à criação das EMEIs.

Foi todo um conjunto de questões que levaram ao fortalecimento de políticas públicas que culminaram na ampliação de um setor, que era inexpressivo até neste momento histórico. Ainda que, diante da demanda, a oferta fosse insuficiente, considero que essa iniciativa foi essencial para o desenvolvimento da educação para infância municipal, que urgia por investimento governamental.

Um marco significativo para a educação infantil foi a Constituição Federal de 1988, que situou como dever do Estado o atendimento em creches e pré-escolas às crianças pequenas, tornando-as sujeitos de direitos. Apesar disso, a Constituição deixa claro que a prioridade de atendimento é o ensino fundamental obrigatório. A Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional de 1996 foi outro documento que classificou a educação infantil como primeira etapa da educação básica, um avanço para o setor.

Essas mudanças legislativas vieram refletir importantes mudanças que já se efetuavam no panorama social e educacional. Com efeito, ainda que a uma grande distância da demanda, a educação infantil veio crescendo e tomando vulto, em especial na chamada década perdida, quando a recessão econômica e o desemprego levaram a mulher a incrementar a sua participação no mercado de trabalho.

De qualquer forma, é importante destacar que, apesar dos problemas enfrentados e da qualidade dos serviços prestados pela esfera pública local, no que concerne ao atendimento da criança de 0 a 6 anos de idade, temos que admitir que, na década de 1970, o município atendia uma parcela reduzida de crianças pequenas. Com a abertura das EMEIs, na década de 1980, esse atendimento ampliou-se e continuou expandindo-se até o ano de 1996.

O município, para pensar em oferecer um atendimento de qualidade, deve construir um plano político e educacional sério e consistente, que vise ao desenvolvimento de instituições com estruturas adequadas, com profissionais preparados, materiais pedagógicos renovados e com número de vagas suficiente para atender a todos. Como observado até a década de 1990, não se atendia à demanda em sua totalidade, pela poucas unidades municipais existentes, principalmente escolas municipais de educação pré-escolar.

Na década de 1990 a entrada do Banco Mundial entre as organizações multilaterais na definição de prioridades e estratégias de modelos de política educacional desenha um novo quadro para a educação infantil. Com uma política baseada em orientações “técnicas” para a educação, fundamentada numa concepção economicista, o modelo do Banco Mundial centrou suas políticas em programas focalizados no combate à pobreza. A prioridade foi dada ao

ensino fundamental¹²², trazendo como consequência a interrupção de uma política voltada para a educação infantil, já que a legislação do período passou a priorizar o Ensino Fundamental -LDB e FUNDEF- ambos de 1996. Como resultado, observou-se uma ocupação das EMEIs pelo Ensino Fundamental, descaracterizando o seu projeto inicial.

No ano de 1982, foram construídas 13 escolas de educação pré-escolar municipal, totalizando 24¹²³ unidades até o ano de 1996, ampliando-se, portanto, a rede física em aproximadamente 100%, o que configura um aumento significativo de alunos matriculados na rede municipal nesse segmento educacional. O número de crianças matriculadas até o ano de 1982 na rede municipal era de 1.227 (escolas conveniadas e escolas não conveniadas), passando para, aproximadamente, 4.256 matrículas em 1996¹²⁴, o que em porcentagem representou 346,8%. Apesar de o aumento apresentar-se significativo, este, em 1996, era insuficiente para atender a todos. Daí a necessidade de a Prefeitura alugar casas, ou ocupar salões paroquiais para atender às crianças pequenas.

Houve avanços e retrocessos na política educacional municipal voltada para a educação pré-escolar. Avanços, pois esse segmento educacional foi incorporado na política municipal de forma definitiva e retrocessos, porque a educação infantil foi perdendo espaço, para a escola de primeiro grau, não se estabelecendo uma política de continuidade dos investimentos que levaram à construção das EMEIs .

Observo que a educação pré-escolar passou por três momentos que contextualizam o seu atendimento: no primeiro observa-se um atendimento assistencial, visando garantir a sobrevivência dos filhos de escravos, ex-escravos, órfãos, abandonados e pobres; o segundo momento foi marcado pela industrialização, que impulsionou a saída da mulher para o mercado de trabalho, ocasionando a construção de creches e propagação da importância dos jardins de infância e o terceiro momento marcado pelo reconhecimento da criança como cidadã, que necessitava de se desenvolver integralmente, em instituições voltadas para a infância, englobando a educação e o cuidado.

Apesar de apresentar poucas estatísticas relacionadas à educação pré-escolar municipal, posso dizer que esse segmento de ensino, entre 1980 e 1996, ampliou-se e avançou não apenas em termos de decisões políticas municipais, apoiadas em legislações (Constituição

¹²² - O Brasil, com mais de 150 países, assumiu o compromisso de acabar com o analfabetismo e universalizar o Ensino Fundamental na Conferência de Educação Para Todos, ocorrida em Jomtien, na Tailândia, em 1990.

¹²³ -Nem todas estas escolas infantis recebiam no nome de EMEIS na década de 1990, muitas se intitulavam apenas Escolas Municipais ou Pré-Escolar.

¹²⁴ - Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora.

Federal de 1988, LDB n.º 9.394/96, Lei Orgânica Municipal, entre outras), mas também pela consciência das lideranças locais da importância e do direito desse segmento de ensino na vida dos pequenos.

Considero que as condições educacionais pré-escolares no município tiveram um crescimento pela melhoria da qualidade, pela ampliação de seu quadro docente e pela ampliação do número de escolas e de vagas oferecidas. O que posso apontar como negativo é uma tradição, que atinge todas as esferas governamentais no Brasil (federal, estadual e municipal), a não continuidade das políticas implementadas por governos antecessores.

As EMEIs vieram para suprir uma determinada necessidade do município, que se pautava em melhorar a qualidade educacional da cidade. Poucas foram as cidades da região Sudeste, que tinham se organizado para abrir uma rede de escolas infantis, no início da década de 1980. Entre as que tenho conhecimento cito São Paulo, Rio de Janeiro e Juiz de Fora.

Concluindo, reitero que o município de Juiz de Fora, a despeito de algumas deficiências, investiu em políticas específicas para a educação infantil. Constituindo uma legislação própria, ainda que através de ações dispersadas e, não raro, descontinuadas, conseguiu contribuir de forma significativa para mudar o perfil do atendimento a esse segmento na cidade passando, da quase inexistência, a uma rede de Escolas Municipais de Educação Infantil.

8- REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

8.1 - Livros, textos e artigos

ALTMANN, Helena. **Influência do banco Mundial no projeto educacional Brasileiro.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p 77-89, jan./jun. 2002.

AMORIM, Eliane Dutra. Arquivos, fontes e novas tecnologias. In.: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação.** Campinas/SP. Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000.

ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de. A infância no Brasil: o atendimento da criança de 0 a 6 anos da décadas de 30 aos dias atuais. In.: **Educação Infantil: História, Políticas e Gestão. Revista Educação e Linguagem.** Ano 8, nº 12, Jul-Dez,. São Bernardo do Campo-SP, Editora Universidade Metodista de São Paulo. 2005

ARIÉS, Phillippe. **História Social da Criança e da Família.** Rio de Janeiro, Guanabara, 1991.

BARRETO, Ângela M. Rabelo F. Por que e para quem uma Política do Profissional de Educação Infantil. IN: **Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI. 2001.

BELÉM. **Caderno de Educação Infantil: política para garantir o tempo de Infância.** Caderno da Educação, nº 4. Secretaria Municipal de Educação. Belém, dezembro de 2001.

BESSA, Ana Paula Bartolomeu, ARAÚJO, Myria Izabel Carvalho de, ROMÃO Eustáquio & SARMENTO, Divas Chaves. **Juiz de Fora: passado e presente.** Governo de Juiz de Fora. Gráfica Ideal. Juiz de Fora, 2000.

BRANDÃO, Zaia. **Pesquisa em educação: conversas com pós-graduandos.** Rio de Janeiro. Editora PUC- Rio. 2004.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Lei nº. 9.394/96. Brasília, 1996.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988

BRASIL. **Ministério da Educação e da Cultura.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº. 4.024/61. Brasília, 1961.

BRASIL. **Ministério da Educação e da Cultura.** Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília, 1990.

BOGDAN, Robert C. & BLIKEN, SATI KNOPP. **Investigação Qualitativa em Educação: Uma introdução à Teoria e aos Métodos.** Portugal. Editora Porto, 1994.

CLARETO, Sônia Maria. **Etnografias e pesquisas interpretativa: Crises da Modernidade e enfrentamento de seus impactos.** Anais do II SIPEQ - Simpósio Internacional de Pesquisa Qualitativa. Bauru: Universidade Sagrado Coração, 2004.

CRESPO, Ana Maria D. **Descentralização do ensino: autonomia ou repasse de responsabilidade? Experiências do Município de Juiz de Fora nas décadas de 70 e 80.** Dissertação defendida em 2002, pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

DIDONET, Vital. **Balanco crítico da educação pré-escolar nos anos 80 e perspectivas para a década de 90.** Em aberto, Brasília, v. 10, n. 50/51, abr. set. 1992.

FERRARI, Alceu & GASPSRY, Lúcia. **Distribuição de oportunidade de educação pré-escolar no Brasil.** Revista Educação & Sociedade, n.º. 5 São Paulo, Cortez , 1980.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à Pesquisa Qualitativa.** Porto Alegre: Artmed/Bookmann Editora, 2004.

FONSECA, Marília. **O Banco Mundial e a Gestão da Educação Brasileira.** In. OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos.** Petrópolis, Rj, Vozes, 1997.

KRAMER, Sônia & SOUZA, S. J. **Educação ou Tutela? A criança de 0 a 6 anos.** São Paulo: Loyola, 1988.

_____. **A Política do Pré-Escolar Brasil: a arte do disfarce.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

KUHLMANN JR., Móyses. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediação, 1998, 210p.

_____. **Educando A Infância Brasileira.** In: LOPES, M. T., FARIA, L.M. & VEIGA, C. G. **500 Anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2º edição, 2000.

_____. **Histórias da Educação Infantil Brasileira.** Revista Brasileira de Educação. Maio-agosto, nº 014. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. São Paulo, Brasil. 5-18, 2005.

LE GOFF. Jaques. **História e Memória.** Campinas. SP. Editora da UNICAMP, 1994.

LEMOS, Vera Lúcia de Matos. **Educação Infantil: Políticas Educacionais na rede Municipal de Juiz de Fora, no período de 1975 a 1985.** Dissertação defendida em 2004, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. Sob Orientação de Prof. Dr. Riolando Azzi.

MENDES, Raimunda Lopes Rodrigues. **Educação Infantil: As Lutas Pela sua Difusão**. Belém, UNAMA, 1999.

MONCORVO FILHO. **Histórico da Proteção a Infância no Brasil (1500-1922)**. Rio de Janeiro, Empreza Graphica-Editora Paulo, Pongetti & Cia, 2ª edição, 1926.

MUNERATO, Rita Virgínia Salles. **Educação infantil; políticas públicas na década de 80**. Bauru: EDUSC, 2001.

NUNES, Deise Gonçalves. **Assistência social e educação infantil: tensões e retrocesso**. In.: Revista Educação e Linguagem. Educação Infantil. Ano 8, nº 12, Jul-Dez, São Bernardo-SP, Editora Universidade Metodista de São Paulo, 2005.

_____. **Reconhecimento social da infância no Brasil: da menoridade à cidadania**. In.: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (org.) . Educação da Infância: História e Política. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2005.

OLIVEIRA, Milton Ramon Pires, LIMA, Alesandra Maia & SILVA, Juliana Paula Alves. **Confluência das Políticas Educacionais e Sociais: Os Núcleos Comunitários de Viçosa (MG)**. Relatório final apresentado ao PIBIC/UFV/CNPq. Viçosa: 2001.

OLIVEIRA, Milton Ramon Pires, LIMA Alesandra Maia & MESQUITA, Lúbia Cristina. **Do Assistir Ao Educar. Dinâmicas Das Políticas Públicas Para Infância Pobre Em Viçosa (MG)**. Relatório final apresentado ao PIBIC/UFV/CNPq. Viçosa: 2001.

OLIVEIRA, Milton Ramon Pires, LIMA, Alesandra Maia & MOREIRA, Janice Cordeiro. **Políticas Públicas e Educação Infantil: um olhar sobre os profissionais. Relatório final apresentado ao PIBIC/UFV/CNPq**. Viçosa: 2001.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Juiz de Fora: Vivendo a História**. Juiz de Fora. Editora UFJF, 1994.

PARDAL, Maria Vittoria de Carvalho. O Cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista. In.: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (org.) . **Educação da Infância: História e Política**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2005.

PILOTTI, Francisco & RIZZINI, Irene (Orgs). A arte de governar crianças. **A História das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro. Instituto Interamericano Del Nino. Editora Universitária Santa Úrsula. Anais Livraria e Editora, 1995.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marinha das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In.: PRIORE, Mary Del (Organização). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo. Contexto, 1999.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil 1930/1973**. Editora Vozes LTDA, Petrópolis, 1978.

ROSEMBERG, Fulvia. **A Educação Pré-escolar e brasileira durante os governos militares**. Cadernos de Pesquisa, n.82, p.21-30. 1992.

_____. **Expansão da educação infantil e processos de exclusão.** *Cadernos de Pesquisa*, n.107, p. 7-40, jun. 1999.

_____. **Organizações Multilaterais, estado e políticas de educação infantil.** Caderno de Pesquisa, n.115. São Paulo. Março de 2002.

SALLUM JR., Brasílio. **Metamorfose do Estado Brasileiro no final do século XX.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. Junho 2003, vol. 18, nº 52.

VIEIRA, Vanilda. **Recensões. Revista de Ciência da Educação.** Número 2, janeiro de 2007.

VISCARDI, Cláudia Mônica R. **Diferentes atores em papéis diversos: a barganha política no campo da gestão participativa em Juiz de Fora (1983-1988).** Dissertação defendida em 1990, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

WADSWORTH, James E. **Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucional e ideológicos da assistência à infância no Brasil.** Revista Brasileira de História. Volume 19, número 37. São Paulo. 1999.

8.2- Documentos Analisados

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. Lei 5.692 de 11/08/1971. Fixa Diretrizes de Bases para o ensino de 1º e 2ª graus. Brasília, 11/08/71.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. Programa Municipal de Educação Pré-Escolar. Convênio 4505/86. Brasília, 1986.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. Convênio entre Governo Federal e Município de Juiz de Fora, sobre Merenda Escolar. Brasília, 1981.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. Convênio entre Governo Federal e Município de Juiz de Fora, para implantação do Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral. Brasília, 1979.

BRASIL. **Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica/ Conselho Nacional de Educação**. Parecer nº., 1.132 de 1997. Dispõe sobre a Educação Básica, nos termos da Lei 9.394/96. Brasília, 1997.

BRASIL. **Conselho Federal de Educação**. Indicação nº. 45 dispõe sobre habilitação para o Pré-escolar. Brasília, 1974.

BRASIL. **Conselho Federal de Educação**. Parecer nº. 1600/75 estabeleceu os conteúdos referentes à habilitação para atuar no pré-escolar. Brasília, 1975.

BRASIL. **Ministério do Interior**. Convênio celebrado entre República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento referente ao Programa Cidade Porte Médio. Brasília, 20 de Junho de 1979.

BRASIL. **Departamento Nacional de Segurança e Higiene no Trabalho**. Portaria número um, 01 de Janeiro de 1969. Regulamentou as Disposições que Obrigam as Empresas a Instalar Creches. Brasília, 1969.

JUIZ DE FORA. **Prefeitura Municipal de Juiz de Fora**. Plano de Educação Comunitária para a Saúde. Juiz de Fora, 1979.

JUIZ DE FORA. **Secretaria Municipal de Educação**. Relatório da situação escolar de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1983.

JUIZ DE FORA. **Secretaria Municipal de Educação**. Programa Integração do Ensino Rural – Proiner. Juiz de Fora, 1978

JUIZ DE FORA. **Secretaria Municipal de Educação**. Plano Municipal de Educação de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1972.

JUIZ DE FORA. **Secretaria Municipal de Educação**. Plano Decenal de Educação de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2006.

JUIZ DE FORA. **Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.** Decreto, nº. 662 de 29 de abril de 1966, criou a Escola Infantil Amélia Pires. Juiz de Fora, 1966.

JUIZ DE FORA. **Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.** Decreto, nº.o 1010 de 03 de fevereiro de 1970, criou a Escola Municipal Bandeira no “Sítio Stoppa, Bairro Progresso”. Juiz de Fora, 1970.

JUIZ DE FORA. **Câmara Municipal de Juiz de Fora.** Lei nº. 7917 de 3 de junho de 1991, dispõe sobre a criação de unidades escolares municipais. Juiz de Fora, 1991.

JUIZ DE FORA. **Câmara Municipal de Juiz de Fora.** Lei nº. 7683 de 24 de janeiro de 1990, dispõe sobre a criação e denominação de Escolas Municipais de Educação Infantil. Juiz de Fora, 1991.

JUIZ DE FORA. **Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.** Decreto nº. 772 de 04 de outubro de 1967, criou a Escola Infantil São Tarcísio. Juiz de Fora, 1967.

JUIZ DE FORA. **Câmara Municipal de Juiz de Fora.** Lei nº. 8604 de 27 de dezembro de 1994, criou o Pré-Escolar São Bernardo e Pré-Escolar Vila Alpina. Juiz de Fora, 1994.

JUIZ DE FORA. **Câmara Municipal de Juiz de Fora.** Lei Orgânica de Juiz de Fora, promulgada em 05 de abril de 1990. Juiz de Fora, 1990.

JUIZ DE FORA. **Secretaria Municipal de Juiz de Fora.** Regimento Escolar, 1992. Juiz de Fora, 1992.

JUIZ DE FORA. **Câmara Municipal de Educação.** Lei nº. **7565 de 1989.** Dispõe sobre o quadro de pessoal. Juiz de Fora, 1989.

JUIZ DE FORA. **Câmara Municipal de Juiz de Fora.** Lei nº. 08126 de 1992. Concede Gratuidade a Estudantes no Serviço de Transporte Coletivo de Passageiro. Juiz de Fora, 1992.

JUIZ DE FORA. **Câmara Municipal de Juiz de Fora.** Lei nº.3.202 de 1985. Aprovou o regulamento do Conselho Municipal de Educação de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1985.

JUIZ DE FORA. **Secretaria Municipal de Educação.** Portaria Normativa número 0001 de 1992. Juiz de Fora, 1992.

JUIZ DE FORA. **Secretaria de Bem Estar Social.** Portaria 01/12/1981. Criação do Programa Escolar de Saúde. Juiz de Fora, 1981.

JUIZ DE FORA. **Secretaria Municipal de Educação.** Portaria 01/03/1981. Criação do Programa Escolar de Saúde. Juiz de Fora, 1981.

JUIZ DE FORA. **Secretaria Municipal de Educação.** Portaria 004/78. Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação. Juiz de Fora, 1978.

JUIZ DE FORA. **Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.** Reformulação da Política de Convênios Educacionais com escolas Infantis. 20/03/1979. Juiz de Fora, 1979.

JUIZ DE FORA. **Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.** Decreto, nº. 3035 de 02 de abril de 1984. Abertura de Crédito Especial para Educação Pré-Escolar e Programa Municipal e Estadual de Educação Pré-Escolar. Juiz de Fora, 1984.

JUIZ DE FORA. **Câmara Municipal de Juiz de Fora.** Lei nº. 8652 de 03 de abril de 1995, dispõe sobre a denominação de Centro de Atenção Integral à criança e ao Adolescente-CAIC. Juiz de Fora, 1995.

JUIZ DE FORA. **Câmara Municipal de Juiz de Fora.** Lei nº. 8937 de 07 de outubro de 1996, dispõe sobre a fusão de Pré-Escolar. Juiz de Fora, 1996.

JUIZ DE FORA. **Câmara Municipal de Juiz de Fora.** Lei nº. 7868 de 15 de janeiro de 1991, altera o artigo 3º da Lei nº. 7681, de 24 de janeiro de 1990. Juiz de Fora, 1991.

JUIZ DE FORA. **Escola Municipal Professora Maria das Dores Dias Lizardo Ferreira Leite.** Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora. Regimento Escolar, Juiz de Fora 2007.

JUIZ DE FORA. **Instituto de Pesquisa e Planejamento/IPPLAN/JF.** Diagnóstico de Análise da Situação Sócio-Econômica de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1979.

JUIZ DE FORA. **Escola Municipal Bonfim. Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora.** Regimento Escolar, Juiz de Fora 2007.

JUIZ DE FORA. **Escola Municipal de Educação Infantil Professor Tarcísio Glanzmann.** Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora. Projeto Político Pedagógico, Juiz de Fora 2007.

JUIZ DE FORA. **Escola Municipal de Educação Infantil Professora Maria Malta.** Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora. Projeto Político Pedagógico, Juiz de Fora 2007.

JUIZ DE FORA. **A Escola Municipal de Educação Infantil Professor Irineu Guimarães.** Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora. Projeto Político Pedagógico, Juiz de Fora 2007.

JUIZ DE FORA. **Câmara Municipal de Juiz de Fora.** Lei 8056 de 27 de março de 1992. Dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente. Juiz de Fora, 1992.

JUIZ DE FORA. **Instituto de Pesquisa e Planejamento - IPPLAN/JF.** Projeto das Escolas Municipais de Educação Infantil. Processo n.º 3968 de 1979.

JUIZ DE FORA. **Instituto de Pesquisa e Planejamento - IPPLAN/JF.** Programa de Educação Pré-Escolar -PROPRE. Juiz de Fora, 1979.

JUIZ DE FORA. **Câmara Municipal de Juiz de Fora.** Lei nº. 3077 de 20 de novembro de 1968. Dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura. Juiz de Fora, 1968.

JUIZ DE FORA. **Câmara Municipal de Juiz de Fora**. Decreto 1220 de 28 de março de 1972 altera a estrutura administrativa da Secretaria de Obras e Urbanismo. Juiz de Fora, 1972.

JUIZ DE FORA. **Instituto de Pesquisa e Planejamento/IPPLAN/JF**. Perfil da Cidade. Juiz de Fora, 1978.

JUIZ DE FORA. **Instituto de Pesquisa e Planejamento/IPPLAN/JF**. Perfis dos Projetos. Juiz de Fora, 1978.

JUIZ DE FORA. **Prefeitura Municipal de Juiz de Fora**. Minuta sobre a participação efetiva do Município no Programa Cidade Porte Médio. 1978.

JUIZ DE FORA. **Prefeitura Municipal de Juiz de Fora**. Convênio Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos – Fundação Educar. Juiz de Fora, 1986.

JUIZ DE FORA, **Secretaria Municipal de Educação**. Relatório de Transferência. Juiz de Fora, 1986.

JUIZ DE FORA. **Secretaria Municipal de Educação**. Portaria número 008/78. Cria Comissão Organizadora das atividades relativas ao Ano Internacional da Criança. Juiz de Fora, 22/12/78.

JUIZ DE FORA. **Câmara Municipal de Educação**. Lei nº. 8595 de 16 de dezembro de 1994. Cria escolas e dá outras providências. Juiz de Fora, 1994.

MINAS GERAIS. **Conselho Estadual de Educação**. Resolução nº. 3.335 de 1985. Atribuiu ao município à autonomia em relação às escolas de sua rede, bem como em relação às escolas privadas de primeiro grau. Belo Horizonte, 1985.

MINAS GERAIS. **Secretaria Estadual de Educação**. Programa Municipal e Estadual de Educação Pré-Escolar. Ofício número 96/84, Belo Horizonte, 1984.

MINAS GERAIS. **Secretaria Estadual de Educação**. Decreto nº. 1886 de 25 de fevereiro de 1907. criação do Grupo escolar Delfim Moreira. Juiz de Fora, 1907.

MINAS GERAIS. **Secretaria Estadual de Educação**. Decreto nº. 2988 de 12 de junho de 1909, criação do Grupo Escolar Antônio Carlos. Juiz de Fora, 1909.

MINAS GERAIS. **Secretaria Estadual de Educação**. Lei nº. 4772 de 1917. Criação do Grupo Escolar Fernando Lobo. Juiz de Fora, 1917.

MINAS GERAIS. **Secretaria Estadual de Educação**. Decreto nº. 5782 de 25 de outubro de 1926. Cria o Jardim de Infância Mariano Procópio. Juiz de Fora, 1926.

MINAS GERAIS. **Secretaria Estadual de Educação**. Decreto nº. 8245. Cria Escola Normal.

8.3 - Reportagens dos Jornais: Diário Mercantil e Tribuna da Tarde

ANO Internacional da Criança. **Diário Mercantil**, 05 de janeiro de 1979, página 11. Juiz de Fora.

ENFERMAGEM quer participar do Ano Internacional da Criança. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 31 de janeiro de 1979, página 04.

PEP, ADPI, PAPPE e ambulatório: tudo a favor da infância (Informativo Especial e Saúde). **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 07 de abril de 1979, páginas 10 e 11. Juiz de Fora.

A INFÂNCIA sem opção. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 9 de maio de 1979, página 02.

EDUCAÇÃO Pré-escolar. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 02 de março de 1981, p.4.

VERBAS para a infância. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 13 de julho de 1985, p.6.

MELLO Reis: uma visão de 5 anos de governo. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 31 de janeiro de 1982, página 06.

PROFESSORA diz que o CPM é problema. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 29 de julho de 1982, página 01.

HOUVE melhoria na Educação em JF, diz secretária. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 12 de fevereiro de 1982, página 04.

ZONA da Mata parou de Crescer (V). **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 04 de abril de 1982, página 06 a 08.

PREFEITURA inaugura 13 unidades de pré-escolas. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 29 de maio de 1982, página 04. Juiz de Fora.

PRÉ-ESCOLAR em debate: resolve problemas do 1º Grau ou só antecipa as suas dificuldades. **Diário Mercantil, Caderno de Domingo**. Juiz de Fora, 23 de maio de 1982, página 01.

FOME mata 68 em cada mil crianças. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 11 de julho de 1982, página 01.

OS MALES da desnutrição. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 29 de maio de 1982, página 04.

BASTOS analisa Educação em JF. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 20 de junho de 1982, página 07.

PRÉ-ESCOLAR: a marginalização do menor começa a ser combatida na origem em JF. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 20 de junho de 1982, página 08. Juiz de Fora.

SOCIÓLOGO analisa crescimento de JF. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 27 de junho de 1982, página 04.

SOCIÓLOGO analisa industrialização da cidade. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 27 de junho de 1982, página 05.

DESNUTRIÇÃO: um mal que atinge 25% das crianças de JF. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 01 de outubro de 1982, página 05.

SAÚDE e educação. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 29 de agosto de 1982, página 08.

EDUCAÇÃO, um setor ao qual Mello Reis dá prioridade. E o resultado é o melhor. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 02 de agosto de 1982, página 06.

RAINHO, Luiz Flávio. Política Urbana e a atual administra I. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 12 de abril de 1984, p.4.

MATTOS, Custódio Antonio. A administração municipal e o programa CPM. **Tribuna da Minas**, Juiz de Fora, 16 de fevereiro de 1984, p.4.

ENSINO Clandestino. **Tribuna da Tarde**, Juiz de Fora, 16 de maio de 1989, página 5.

DESNUTRIÇÃO atingia, em 1982, 25% da população infantil em Juiz de Fora, na idade de zero a cinco anos. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 01 de outubro de 1982, página 5.

DESNUTRIÇÃO: um mal que atinge milhões no Brasil. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 24 de março de 1983, página 7.

DESNUTRIÇÃO, maior perigo para as crianças. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 02 de janeiro de 1983, página 4.

OLIVEIRA, José de. Pré-escolar em debate: resolve os problemas do 1º grau ou só antecipa as suas dificuldades. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 23 de maio de 1982, página 1, Caderno de Domingo.

CARTA escolar vai fazer um “raio x” da educação em JF. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 06 de março de 1983, página 2.

EDUCAÇÃO precisa de mais verbas e professores. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 15-03-83, página 11.

TEIXEIRA mais escola e calçamento, **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 17 de março de 1983, página 06.

CALENDÁRIO Rural mais uma inovação. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora. 31 de janeiro de 1978, página 6.

PROFESSOR que criar especialização em Juiz de Fora. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora. 04 de maio de 1979, página 5.

AS CAMPANHAS da ADPI. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora. 23 de maio de 1979, página 11.

LBA promove convênios e programas em várias cidades da região. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 15 de abril de 1978, página 7.

SUBNUTRIÇÃO pode reduzir níveis de inteligência. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 15 de abril de 1978, página 4.

EDUCAÇÃO diz que 50% das crianças são reprovadas. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 20 de abril de 1978, página 4.

EDUCAÇÃO do Pré-Escolar. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 08 de agosto de 1979, página 11.

MENORES têm nova entidade. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora, 25 de maio de 1979, página 5.

ENCERRAMENTO do curso de Puericultura. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 17 de novembro de 1979, página 2.

EDUCAÇÃO desconhece verbas. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 23 de fevereiro de 1978, página 4.

PROJETO BIRD fixa para julho início de execução. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 26 de novembro de 1978, página 4.

PROGRAMA escolar da LBA envolve 4 mil prefeituras. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 15 de janeiro de 1980, página 14.

MULHERES criam movimento para prestar serviço. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 17 de março de 1978, página 4.

PROGRAMA pré-escolar tem ênfase na cidade. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 25 de junho de 1978, página 6.

ENSINO pré-escolar atinge mais de 50% dos grupos de Juiz de Fora. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 07 de julho de 1978, página 5.

SAÚDE inicia tratamento de pré-escolar. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 20 de agosto de 1978, página 4.

PROGRAMA defende a nutrição escolar para reduzir repetência. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 26 de agosto de 1978, página 5.

ESCOLAS anunciam férias e continuam projetos. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 15 de novembro de 1978, página 5.

LBA elabora novo estatuto para assistência social. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 29 de novembro de 1978, página 2.

CRIANÇAS a procura de um novo prédio para sua escola. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 03 de dezembro de 1978, página 2.

LBA. **Diário Mercantil**, Caderno Dia-a-Dia. Juiz de Fora, 29 de dezembro de 1978, página 3.

COMO vamos salvar o menor? Esta a questão pensar. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 12 de dezembro de 1978, página 14.

EDUCAÇÃO tem normas de ensino para a rede de escolas públicas. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 15 de dezembro de 1978, página 1.

ÓRGÃO de Assistência ao Pré-escolar funda uma creche na cidade. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 15 de março de 1980, página 5.

ORGANIZAÇÃO mundial prepara de assistência aos pré-escolares. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 13 de março de 1980, página 5.

UFJF anuncia curso de Educação Pré-escolar só para professores. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 11 de junho de 1980, página 4.

LBA quer atuação do empresariado em programas sociais. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 15 outubro de 1980, página 9.

MÉDICO: desnutrição em JF é alarmante. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 11 de outubro de 1981, página 7.

MOBRAL anuncia mais assistência a 70 mil menores carentes. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 22 de fevereiro de 1981, página 5.

MEGGIOLÁRIO, Marcio. Orçamento chega à Câmara e prevê 6 bilhões. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 01 de outubro de 1981, página.

GÓES, Juçara. Educação pré-escolar torna-se necessidade. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 11 outubro de 1981, página 7.

POLÍTICOS lutam por escola. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 06 de janeiro de 1982, página 6.

MELLO faz avaliação das obras para 1982. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 07 de janeiro de 1982, página 4.

PREFEITOS querem recursos para educação. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 09 de janeiro de 1982, página 4.

MELLO Reis: uma avaliação de 5 anos de governo. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 31 de janeiro de 1982, página 6.

PRIMEIRO passo: nova estrutura administrativa. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 31 de janeiro de 1982, página 7.

CEAPS: áreas de saúde e social são prioritárias. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 16 de janeiro de 1982, página 4.

PORTUGAL, Henrique Furtado. **Jardins de Infância**, Diário Mercantil. Juiz de Fora, 24 de janeiro de 1982, página 2.

9- ANEXOS

9.1- Lei Orgânica do Município de Juiz de Fora

9.2 - Decreto n.º 772 de 4 de outubro de 1967- Primeira Escola Municipal Infantil de Juiz de Fora.

9.3- Portaria n.º 008/79. Cria a comissão de coordenação do Ano Internacional da Criança em Juiz de Fora.

9.4- Decreto n.º 2698 de 18 de fevereiro de 1982.

9.5- Planta das Escolas Municipais de Educação Infantil